

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PPG EM HISTÓRIA

**Masculinidades e Tortura:
gênero e o uso sistemático da tortura na Ditadura Civil-Militar Brasileira**

EMERSON FLORES GRACIA

Porto Alegre

2018

CIP - Catalogação na Publicação

Gracia, Emerson Flores

Masculinidades e tortura: gênero e o uso sistemático da tortura na Ditadura Civil-Militar Brasileira / Emerson Flores Gracia. -- 2018.

137 f.

Orientadora: Carla Simone Rodeghero.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, BR-RS, 2018.

1. Masculinidades. 2. Tortura. 3. Ditadura civil-militar. I. Rodeghero, Carla Simone, orient. II. Título.

EMERSON FLORES GRACIA

**Masculinidades e Tortura:
gênero e o uso sistemático da tortura na Ditadura Civil-Militar Brasileira**

Dissertação apresentada como requisito parcial
para obtenção do título de Mestre junto ao
Programa de Pós-Graduação em História da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Dr.^a Carla Simone Rodeghero (orientadora) – UFRGS

Prof.^a Dr.^a Mariana Joffily – UDESC

Prof^o Dr^o Fernando Seffner – UFRGS

Prof.^a Dr.^a Caroline Bauer – UFRGS

Porto Alegre

2018

AGRADECIMENTOS

Nesta pequena e breve página de agradecimentos, gostaria de demonstrar minha gratidão, na medida do possível, a todas/os aquelas/aqueles que tornaram este trabalho possível.

Ao CNPQ, pela bolsa que me manteve ao longo desses dois anos. Sou um dos sortudos em tempos sombrios de cortes e precarização da educação pública.

À minha orientadora, Carla Rodeghero, pela presteza, atenção e agilidade nas análises de um trabalho que enfrentou uma boa cota de problemas para ser finalizado. Foi um prazer e um privilégio poder trabalhar contigo.

À minha companheira, Amanda, pelo apoio emocional, pelo seu extenso conhecimento das regras da ABNT e pela paciência que teve para me ajudar a superar as crises de stress causadas pela escrita da dissertação. Espero que eu também possa ter servido de apoio na escrita da tua dissertação. Te amo muito!

Aos/As colegas orientandos/as da Carla, que leram e criticaram meu trabalho ainda no início de sua construção. Em muito contribuíram para que o mesmo tomasse a forma que possui hoje.

À banca de qualificação composta por Mariana Joffily e Benito Schmidt, pelas contribuições que me possibilitaram enxergar meu próprio trabalho com outros olhos.

Aos/As colegas de mestrado e doutorado, pelo apoio e interesse. Como as discussões em sala de aula são importantes para pensarmos nossos próprios trabalhos, vocês não acham? Nós que estamos no mesmo barco temos que nos manter unidos!

Aos meus gatos, pelos miados, ronronares e travessuras que, no mínimo, deixaram meus dias mais leves e agradáveis.

Muito obrigado!

RESUMO

A presente dissertação tem por objetivo compreender os entrecruzamentos entre as masculinidades militares e policiais e o processo de tortura na ditadura civil-militar brasileira, através da análise dos depoimentos prestados à Comissão Nacional da Verdade. Para tanto foi necessário passar em revista a lógica do butim de guerra, os discursos militares sobre o regime ditatorial e a tortura e a violência sexual contra mulheres e homens. Utilizando-me dos conceitos de masculinidade personalista e burocrática, sistematização proposta por Huggins, Fatouros e Zimbardo no livro *Operários da Violência*, busquei visualizar mais nitidamente o papel das masculinidades dos agentes estatais na construção do sistema repressivo. Agindo como um exército de ocupação de um território estrangeiro, os policiais e militares levaram a cabo a tarefa de reprimir – legal e ilegalmente - os opositores e opositoras do governo. Ao controle social, exercido pelas forças de segurança, se somou a vigilância da ordem de gêneros. Assim como a guerra contra as esquerdas, o trabalho de restabelecimento dos lugares sociais de gênero conhecia poucos limites.

Palavras-chave: Masculinidades; Tortura; Ditadura civil-militar.

ABSTRACT

The present dissertation has the objective understand the criss-cross between militaire and police masculinities and the torture process in the civil-militaire brasilian dictatorship, through the *Comissão Nacional da Verdade* depositions analysis. For the task was necessarie to go through the war booty logic, the militaire discourse on the dictatorial regime and the torture and the sexual violence against women and men. Using the concepts of personalistic and burocratic masculinities, systematization proposed by Huggins, Fatouros and Zimbardo in the book *Violence Workers*, I seeked to visualize more clearly the state agents's role in the repressive system's building. Acting like a occupation army in a foreign country, the policemen and militaires bring off the task of repress – legally and illegally – the government opponents. To the social control, exercised by the security forces, the gender order's vigilance was added. As the war against the lefts, the social gender places restoration work knowed few limits.

Keywords: Masculinities; Torture; Civil-militaire dictartorship.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
CAPÍTULO 1 – MASCULINIDADES, O DISCURSO MILITAR E A LÓGICA DO BUTIM DE GUERRA	35
1.1 – Somos todos soldados: hegemonia das masculinidades militares e policiais.....	35
1.1.1 – Vigilância e repressão	43
1.1.2 – Disciplinamento e obediência: a lubrificação das engrenagens	44
1.2 – O direito do vencedor: a lógica do butim de guerra em tempos de repressão política	47
1.2.1 – Guerra é guerra: o discurso militar sobre a repressão.....	51
1.2.2 A culpa é do Gabeira: a responsabilização das esquerdas pela violência repressiva	53
1.2.3 O reino dos excessos: o discurso militar sobre a tortura	55
1.3 – A ordem do gênero e o gênero da ordem: os militares e policiais frente as/aos militantes	64
CAPÍTULO 2 – MASCULINIDADES E VIOLÊNCIA/TORTURA SEXUAL.....	74
2.1 – Restabelecimento da ordem e arma de guerra: a violência sexual contra mulheres	77
2.2 – A manutenção da hegemonia: a violência sexual contra homens.....	93
CAPÍTULO 3 – MASCULINIDADES, RESPEITO, BUROCRACIA E VIOLÊNCIA	100
3.1 – Respeito e honra: a masculinidade personalista na tortura.....	107
3.2 – Racionalidade e profissionalismo: a masculinidade burocrática e a tortura	114
3.3 – O institucional e o pessoal: os casos Fleury e Ustra.....	120
CONSIDERAÇÕES FINAIS	129
FONTES.....	134
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	134

INTRODUÇÃO

A presente dissertação tem por objetivo analisar as relações entre as masculinidades policiais e militares e o processo de tortura durante a ditadura civil-militar brasileira. As Forças Armadas (FAs), assim como as policiais, são instituições predominantemente masculinas até os dias de hoje, e naqueles tempos ainda mais, já que as mulheres começaram a ser aceitas nas FAs apenas em 1980 e ainda assim, em funções de saúde e administração.¹ Nas polícias estaduais, esse processo teve início mais cedo: o estado de São Paulo iniciou a incorporação de mulheres na instituição a partir de 1955.² Somente no ano de 2012, através da Lei nº 12.705, foi garantido o acesso de mulheres às escolas de formação das armas combatentes do Exército Brasileiro, como a infantaria e a cavalaria. Porém, só no ano de 2017 a primeira turma formada por homens e mulheres entrou na Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEx), tendo sido disponibilizadas para mulheres apenas 40 das 440 vagas do concurso realizado em 2016.³ Com essa ação se abriu finalmente a possibilidade de que uma mulher chegue ao topo da hierarquia do Exército e ao comando da instituição em algumas décadas, apesar da óbvia disparidade no montante das vagas.

Determinados valores atribuídos à masculinidade, podem ter tido importante atuação no comportamento de militares e policiais, principalmente aqueles envolvidos mais diretamente na repressão política, especialmente em relação à tortura. Por isso, procuro entender *quais expressões da masculinidade dos militares e policiais envolvidos na tortura são mais comumente relatados por homens e mulheres torturados/as*, assim como *de que forma são*

1 “Assim, as FFAA incorporaram as primeiras mulheres no ano de 1980 por meio da iniciativa da Marinha, seguida da Força Aérea em 1982, e, por último, pelo Exército em 1992, quando abre a primeira turma de oficiais com 29 mulheres que ingressaram na Escola de Administração do Exército (EsAEx). Em 1997, houve a abertura de turmas femininas no Instituto Militar de Engenharia (IME), em 1996, criou-se o serviço militar voluntário para a área administrativa e de saúde e, finalmente, em 1998 foi implantado um projeto piloto de formação de “atiradoras” na Amazônia sendo desativado em 2001”. ROSA, Alexandre Reis; BRITO, Mozar José de. *Mulheres Fardadas: reflexões sobre a dominação masculina e violência simbólica na organização militar*. XXXII Encontro da ANPAD. 2008. pp. 7-8

2 “Anos após a experiência feminina na Segunda Guerra Mundial, as FFAA voltaram-se novamente ao recrutamento exclusivamente masculino. Até que em 1955, dez anos após a guerra, a Polícia Militar de São Paulo resolve incorporar mulheres influenciando ações similares, por exemplo, nos Estados do Paraná em 1977, Amazonas em 1980, Minas Gerais em 1981 e nos demais Estados em anos subsequentes (Cappelle, 2006).” Ibidem. p. 7

3 Consultei matérias do G1 e do Correio Popular para obter essas informações: “Mulheres ingressam pela 1ª vez como cadete e podem se tornar general”. Disponível em: <http://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/concursos-e-emprego/noticia/2016/05/exercito-se-adapta-para-receber-mulheres-em-carreira-para-general.html> e “Após 76 anos, mulheres ingressam na EsPCEx”. Disponível em: http://correio.rac.com.br/_conteudo/2017/02/campinas_e_rmc/469692-apos-76-anos-mulheres-ingressam-na-espce.html Consultado em 15/05/2017.

colocados em ação determinados padrões de masculinidade no tratamento despendido aos/as presos/as políticos/as nos momentos de tortura.

Os objetivos desta pesquisa consistem em: 1. identificar características e padrões de masculinidades de militares e policiais que atuaram na repressão, por meio da análise de depoimentos e entrevistas cedidas pelos mesmos, de indícios de suas ações e falas nas sessões de tortura, colhidos por meio dos depoimentos de ex-presos/as políticos/as e da bibliografia específica; 2. sistematizar tais características, de forma a facilitar a análise das mesmas; e 3. relacionar tais características com os procedimentos de tortura em específico e com a repressão de forma mais geral.

Creio que o estudo das relações entre masculinidade e tortura seja importante pela atualidade do tema, já que as forças policiais seguem sendo majoritariamente masculinas e continuam empregando a tortura como método de interrogatório e punição. Além disso, os estudos sobre masculinidades são bastante recentes, e no Brasil ainda mais. Portanto, penso que a presente dissertação virá a contribuir para essa área de estudos.

No meu trabalho de conclusão de curso, estudei a tortura de caráter sexual utilizada em mulheres durante o período ditatorial.⁴ Através da análise dos processos da Comissão Estadual de Indenização de Ex-Presos Políticos busquei um lado perverso da relação entre gênero, militância e repressão política naquele período. Trabalhar com tortura é sempre complicado e emocionalmente pesado, é impossível ficar insensível diante de relatos tão estarrecedores. Porém, essa foi uma maneira que encontrei de estudar gênero e ditadura, dois assuntos caros a mim. A temática de pesquisa que expus acima foi uma forma de seguir trilhando o caminho dos estudos de gênero e ditadura, ao mesmo tempo que uma maneira de, com sorte, cumprir um papel social de publicização dos horrores cometidos pelo regime militar.

A partir desse momento, desenvolverei brevemente alguns dos referenciais teóricos que embasarão esta pesquisa e também apresentarei alguns trabalhos com os quais dialogarei. No decorrer dos capítulos tais referenciais serão melhor trabalhados e outros serão introduzidos.

As ditaduras civis-militares no Cone Sul foram fortemente influenciadas pela Doutrina de Segurança Nacional (DSN), na qual basearam seu discurso e sua visão de mundo. Tal doutrina pregava uma divisão do mundo entre o bem e o mal, este último representado pelo

⁴GRACIA, Emerson Flores. *Tortura e violência sexual contra mulheres na ditadura civil-militar brasileira*. Trabalho de Conclusão de Curso. UFRGS. 2014.

comunismo internacional, que estaria infiltrado em todos os países do mundo. Ora, para combater um “inimigo interno” as regras do jogo deveriam ser outras, ou seja, as FAs não poderiam mais apenas se preocupar com possíveis invasões de inimigos estrangeiros, como na guerra tradicional. O inimigo já estaria dentro das fronteiras nacionais. Apregoando a ideia de unidade nacional, de Nação enquanto algo homogêneo, constituído numa única vontade e num único projeto, uma comunidade de valores ocidentais, capitalistas e cristãos, a DSN identificou os “inimigos internos” aos defensores de “ideologias estranhas” aos “interesses nacionais”. Ao associar “subversivo” à comunista, na prática, o que aconteceu foi uma identificação de todo e qualquer opositor do regime ao comunismo.⁵

Dentre as práticas embasadas pela DSN está o Terrorismo de Estado (TDE), que dominou os métodos repressivos das Forças Armadas e Policiais nos períodos ditatoriais. Essa política de terror foi estudada minuciosamente por Eduardo Duhalde em seu trabalho clássico *El Estado Terrorista Argentino*, onde o autor reflete teoricamente sobre a formação de uma estrutura estatal clandestina paralela à estrutura legal, estrutura essa que lidava com a repressão ilegal:

Se configura el Estado Terrorista, partiendo de supuestos que se esgrimen como permanentes y que contradicen las bases fundamentales del Estado democrático-burgués. Se afirma en que el principio de sujeción a la ley, la publicidad de los actos y el control judicial de os mismos incapacitan definitivamente al Estado para la defensa de los intereses de la sociedad.

En consecuencia, aparece como sustrato de dicha concepción la necesidad de estructuración – casi con tanta fuerza como el Estado Público – del Estado Clandestino y como instrumento de éste, el terror como método.⁶

Esse Estado Clandestino foi o responsável por grande parte da repressão – aquela que não pode ser exibida publicamente, os sequestros, torturas, assassinatos e desaparecimentos. Enquanto isso, o Estado ditatorial disseminava um legalismo repressivo, onde leis, decretos e atos institucionais cerceavam cada vez mais as liberdades e retiravam os direitos da população em geral. O combate ao “inimigo interno” se dava por quaisquer meios vistos como necessários, como em uma guerra total, só que contra a própria população, ou pelo menos parte dela.

Um dos focos de minha pesquisa é a tortura institucionalizada pelo regime. O projeto *Brasil Nunca Mais* é paradigmático na questão do estudo do uso da tortura pelas forças

5WASSERMAN, Claudia. O Império da Segurança Nacional : o golpe militar de 1964 no Brasil. In: WASSERMAN, Claudia; GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos (Orgs.). *Ditaduras Militares na América Latina*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

6 DUHALDE, Eduardo Luis. *El Estado Terrorista Argentino: Quince años después, una mirada crítica*. Eudeba, 1999. p. 217

repressivas no Brasil ditatorial. Através da compilação dos processos constantes no Supremo Tribunal Militar, tal projeto conseguiu mapear as formas de tortura utilizadas, suas vítimas, os locais de tortura e alguns torturadores.⁷ A definição dessa prática constante no projeto Brasil Nunca Mais é bastante clara e concisa:

É tortura tudo aquilo que deliberadamente uma pessoa possa fazer a outra, produzindo dor, pânico, desgaste moral ou desequilíbrio psíquico, provocando lesão, contusão, funcionamento anormal do corpo ou das faculdades mentais, bem como prejuízo à moral.⁸

Para além de sua mais óbvia dimensão física, a tortura tem uma faceta simbólica e psicológica que transcende o ato de torturar. A tortura nega e objetifica a vítima, tenta destruir o indivíduo sob a justificativa da busca por informações. O artigo de Fernando Kruehl Abreu, *Da Confissão ao Castigo*, remonta pelo menos três funções no processo de tortura: a inquisitorial, a pedagógica e a punitiva. A função primária da tortura e sua justificativa de existência era a obtenção de informações que levariam a repressão aos companheiros e companheiras do/a preso/a. Por isso, as perguntas nos “interrogatórios” eram basicamente sobre o ponto e o aparelho do/a militante. A tortura também era utilizada como forma de castigo para aqueles e aquelas que ousavam ir contra o regime instituído. Ela funcionava como forma de humilhar os indivíduos que defendiam ideais de esquerda, associando seu sofrimento as mesmas. Finalmente, a função pedagógica e de intimidação baseia-se na ideia de que torturando algumas pessoas intimida-se a sociedade como um todo. Ao desaparecer com alguns corpos, deixar alguns presos livres para contar suas histórias, demonstra-se que existe muita impunidade e nenhuma defesa aos cidadãos e cidadãs.⁹ Sobre a questão dos interrogatórios, Mariana Joffily em sua tese de doutorado intitulada *No Centro da Engrenagem*, estuda os interrogatórios preliminares da Operação Bandeirantes (OBAN)/ Destacamento de Operações Internas (DOI) através de documentos produzidos por essas instituições.¹⁰ A autora apresenta uma série de assuntos sobre os quais se focavam os questionamentos dos agentes: pontos, aparelhos, nomes, “experiência em Cuba”, organogramas e organizações “militaristas” e “massistas”. Segundo Joffily:

7ARQUIDIOCESE de São Paulo. *Brasil: Nunca Mais*. 4ª ed Petrópolis/RJ: Vozes, 1985.

8BNM. Tomo V, Vol. 1 p. 2

9ABREU, Fernando Kruehl de. Da confissão ao castigo: as diferentes nuances da tortura durante a ditadura civil-militar brasileira de 1964 – 85. In *I Jornada de Estudos sobre Ditaduras e Direitos Humanos*. Porto Alegre, APERS, 2011. pp. 304-307.

10 JOFFILY, Mariana. *No centro da engrenagem: os interrogatórios na Operação Bandeirantes e no DOI de São Paulo (1969-1975)*. Tese de Doutorado. PPGH-USP. São Paulo, Universidade de São Paulo (USP). 2008.

Sobre as informações contidas nos depoimentos, pode-se dizer, grosso modo, que possuíam ao menos três funções distintas. A primeira e mais urgente consistia em localizar o inimigo: angariar dados para novas perseguições e capturas, além de identificar os alvos. A segunda estava relacionada ao conhecimento do inimigo, com o propósito de antever seus passos e impedir seus movimentos. A terceira dizia respeito à punição legal, sendo importante identificar o grau de envolvimento do depoente com atividades de cunho político, e medir intencionalidades, com vistas à fase judiciária da repressão política, a fim de orientar a decisão dos juízes no processo movido pela Justiça Militar.¹¹

Como podemos perceber pelo trecho citado acima, a ordem do dia nos órgãos envolvidos com a repressão era o conhecimento do inimigo que estavam enfrentando, com vistas a tornar o aparato ainda mais eficiente. Cabe refletirmos, porém, a que custo?

Os estudos de Anna Fernandes e Olivia Joffily, *O ataque ao corpo durante a ditadura militar brasileira* e *O corpo como campo de batalha*, respectivamente, focam sua atenção nos corpos dos presos e presas que foram aviltados.¹² Olivia Joffily aponta para a importância do corpo para nossa identidade:

O corpo – e tudo que fazemos com ele, como nos vestir, nos alimentar, nos exercitar, dentre outras coisas, constitui o substrato material de nossa identidade. É por meio dele que expressamos nossas emoções, sentimentos, raciocínios. Usando o corpo, nos comunicamos com os outros, amamos, reproduzimos. É ainda com o corpo que enfrentamos e manifestamos nossos sofrimentos, sejam de ordem física ou psíquica.¹³

Podemos, assim, entender que os ataques desferidos contra as/os militantes, em um nível psíquico e simbólico, são dirigidos contra a identidade dessas pessoas, identidade essa expressa através da fisicalidade dos mesmos; as/os militantes encarnavam valores que o Estado militar urgia destruir. Fernandes escreve que a tortura na América Latina, mais do que usada para obter informações, era usada para fazer calar, aniquilar qualquer desejo democrático. Diz ainda que a tortura tira qualquer direito do torturado sobre o seu próprio corpo. O corpo passa a ser um lugar de encontro com o mal, um mundo binário é produzido, onde só existe o torturado e seu torturador. Fernandes ainda afirma que a passividade ou o apoio da população frente à tortura é resultado de um intensivo adestramento dos corpos ao longo da história brasileira, o que corrobora a função pedagógica e intimidativa defendida por Fernando Abreu.

Elio Gaspari, em seu livro *A Ditadura Escancarada*, trata da institucionalização da

11 JOFFILY, Mariana. *No Centro...* p. 148

12 JOFFILY, Olivia Rangel. O corpo como campo de batalha. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheib (Orgs). *Gênero, feminismo e ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010. FERNANDES, Anna Cláudia Bueno. O ataque ao corpo durante a ditadura militar brasileira. In *I Jornada de Estudos sobre Ditaduras e Direitos Humanos*. Porto Alegre, APERS, 2011. pp. 312-316.

13 JOFFILY, Olivia. Op Cit. p. 226

tortura no período ditatorial. Ele traz uma análise bastante lúcida sobre a tortura e suas consequências, pensando principalmente a defesa da mesma e as mitologias que ela envolve. O autor se refere à tortura como “A Praga”, deixando entender sua opinião sobre a mesma: um mal que se espalha sem controle pela sociedade. Sua disseminação foi justificada, segundo o autor, pela associação de dois conceitos:

Os oficiais-generais que ordenaram, estimularam e defenderam a tortura levaram as Forças Armadas brasileiras ao maior desastre de sua história. A tortura tornou-se matéria de ensino e prática rotineira dentro da máquina militar de repressão política da ditadura por conta de uma antiga associação de dois conceitos. O primeiro, genérico, relaciona-se com a concepção absolutista da segurança da sociedade. [...] Sua lógica é elementar: o país está acima de tudo, portanto tudo vale contra aqueles que o ameaçam. O segundo conceito associa-se à funcionalidade do suplício. A retórica dos vencedores sugere uma equação simples: havendo terroristas, os militares entram em cena, o pau canta, os presos falam, e o terrorismo acaba.¹⁴

A retórica de culpabilização das vítimas está muito presente nos discursos que legitimam o uso de tortura, causando uma distorção das responsabilidades, criando uma lógica aberrante que poderia ser resumida na frase “não haveria tortura se não fossem as vítimas”. Ainda citando Gaspari:

A tortura é filha do poder, não da malvadeza. [...] A natureza imoral dos suplícios desaparece aos olhos daqueles que os fazem funcionar, confundindo-se primeiro com razões de Estado e depois com a qualidade do desempenho que dá às investigações. O fenômeno ocorre em dois planos. Num está a narrativa da vítima, com seus sofrimentos. No outro, a do poder, com sua rotina e a convicção da infalibilidade do método. Para presidentes, ministros, generais e torcionários, o crime não está na tortura, mas na conduta do prisioneiro. É o silêncio, acreditam, que lhe causa os sofrimentos inúteis que podem ser instantaneamente suspensos através da confissão.¹⁵

Se a tortura nas ditaduras latino-americanas teve um caráter institucionalizado, se ela foi política de governo, a imagem do torturador enquanto uma pessoa desequilibrada e monstruosa é insuficiente para explicar sua disseminação tão ampla. Nas palavras de Gaspari:

O torturador maluco, vítima de uma perversão, é em geral um produto de fantasia política. Para a ditadura, funciona como um álibi. Permite-lhe ter à mão a tese da insanidade do agente para salvar a honra do regime se algum dia a oposição conseguir provar os suplícios e identificar os torcionários.¹⁶

14GASPARI, Elio. *A Ditadura Escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 15 A primeira sessão do primeiro capítulo deste livro, que trata especificamente sobre a tortura, foi intitulada “A Praga”.

15Ibidem. p. 17

16 Ibidem. p.24.

Como veremos em outros capítulos, encontraremos torturadores extremamente cruéis, talvez até sádicos, nos depoimentos de vítimas. Espero conseguir argumentar de forma convincente que, mesmo essas figuras fazem parte de uma estrutura burocrática pensada para “processar” os/as detidos/as afim de obter informações. Cristina Rauter, em seu artigo *Notas sobre o tratamento de pessoas atingidas pela violência institucionalizada*, fala sobre os subterfúgios utilizados pelo discurso oficial para mascarar, negar ou a amenizar a violência estatal institucionalizada:

Algumas vezes esta violência é exercida ao lado de outros objetivos que se consideram principais. Os discursos oficiais mais recentes preconizam que se poderia e deveria prescindir dela, que ela não é intencional - é fruto de um excesso, de um erro, de imperícia, de ignorância. Outras vezes, em determinados momentos históricos, o Estado assume mais claramente sua intenção de exterminar parcelas da população - por exemplo, no nazismo ou nas ditaduras latino-americanas. Os judeus, os degenerados, os subversivos devem ser erradicados em nome de um objetivo - a segurança nacional, a limpeza étnica, o combate ao tráfico de drogas, o combate ao crime, etc. Mas parece haver sempre, mesmo neste último caso, nos discursos oficiais, um certo ocultamento, um certo cinismo, a encobrir as ações violentas do Estado, as quais, no entanto, estão presentes sempre, e não apenas nas circunstâncias extremas, como é o caso do nazismo ou das ditaduras militares.¹⁷

Apesar do foco do artigo supracitado ser a experiência nazista, a autora esforça-se para fazer uma conexão com outros períodos e locais, como as ditaduras latino-americanas. Na ditadura brasileira as/os “subversivas/os” sofreram com essa violência, que visava à destruição de qualquer oposição, disfarçada de combate ao terrorismo. Essa violência burocratizada exercida por regimes autoritários busca uma legitimação ou ao menos uma justificativa mais ou menos plausível para sua perpetuação.

Hannah Arendt, no livro *Eichmann em Jerusalém*, faz um longo relato sobre o julgamento de Adolf Eichmann, um funcionário nazista que facilitou o massacre de judeus através de sua atuação no transporte dos mesmos até campos de concentração e extermínio.¹⁸ A autora argumenta sobre a normalidade e até mesmo a mediocridade de Eichmann, buscando demonstrar como a imagem de monstro construída ao redor do réu não ajudava a entender o fenômeno do genocídio, assim como não ajudava no seu julgamento:

O problema com Eichmann era exatamente que muitos eram como ele, e muitos não eram nem pervertidos, nem sádicos, mas eram e ainda são terrível e assustadoramente normais. Do ponto de vista de nossas instituições e de nossos

17 RAUTER, Cristina. *Notas sobre o tratamento de pessoas atingidas pela violência institucionalizada*. Psicologia em Estudo, Maringá, v.6, n.2, p.3-10, jul./dez. 2001. p.3

18 ARENDT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. São Paulo, Companhia das Letras. 1999.

padrões morais de julgamento, essa normalidade era muito mais apavorante do que todas as atrocidades juntas, pois implicava que - como foi dito insistentemente em Nuremberg pelos acusados e seus advogados - esse era um tipo novo de criminoso, efetivamente *hostis generis humani*, que comete seus crimes em circunstâncias que tornam praticamente impossível para ele saber ou sentir que está agindo de modo errado.¹⁹

A questão que a autora coloca em seu livro, eternizada na expressão “a banalidade do mal”, nos aponta para esse dado alarmante: os perpetradores e facilitadores de atrocidades são, em sua maioria, pessoas bastante comuns, que em determinadas circunstâncias passam a fazer parte de grandes esquemas de violação dos direitos humanos. Talvez mais do que isso, a “banalidade do mal” seja a frieza burocrática, formal e cotidiana com a qual tais violências são levadas a cabo, sem que as pessoas envolvidas entendam seu trabalho como algo além de uma formalidade burocrática. Como peças pequenas de uma grande engrenagem, não podem (ou querem) ver a totalidade daquilo que estão ajudando a produzir. Como historiador, não posso deixar de me incomodar com a categorização dicotômica entre “mal” e “bem”, noções que pouco ou nada ajudam a entender os complexos eventos a que a autora se refere. Porém, a autora escreve algo diferente de um trabalho científico, escreve um relato, uma reportagem. No entanto, durante a leitura de um qualificado trabalho, inclusive central para a presente pesquisa, me deparei com a mesma dicotomia: O livro de Martha Huggins, Mika Haritos-Fatouros e Philip Zimbardo, *Operários da violência*, é um denso trabalho que analisa as histórias de vida e a atuação de policiais torturadores e assassinos que fizeram parte das polícias civil e militar em vários estados brasileiros, principalmente, mas não somente, no período ditatorial.²⁰ Os autores buscam compreender o uso da violência pelos agentes policiais, a influência dos facilitadores dessa violência e os mecanismos de legitimação da mesma. Em pelo menos dois momentos, os autores deslizam, em minha opinião, ao colocar dentro de um estudo científico, uma avaliação moral bastante questionável.²¹ Essa difícil realidade da ambiguidade moral é posta pela própria Hannah Arendt em seu texto:

A acusação tinha por base a premissa de que o acusado, como toda "pessoa normal", devia ter consciência da natureza de seus atos, e Eichmann era efetivamente normal na medida em que "não era uma exceção dentro do regime nazista". No entanto, nas condições do Terceiro Reich, só se podia esperar que apenas as "exceções" agissem "normalmente". O cerne dessa questão, tão simples, criou um dilema para os juízes.

19 ARENDT. Op. Cit. p. 299

20 HUGGINS, M.; FATOUROS, M.; ZIMBARDO, P. *Operários da violência*: policiais torturadores e assassinos reconstruem as atrocidades brasileiras. Editora Universidade de Brasília, 2006.

21 “Esses processos normalizadores facilitaram que cada um desses conjuntos de operários da violência cruzassem a sutil fronteira entre o bem e o mal para fazer o inconcebível, de forma ininterrupta.” p. 436; e “Fica mais fácil que pessoas de bem façam o mal [...]”. p. 450

Dilema que eles não souberam nem resolver, nem evitar.²²

Poderíamos dizer, assim, Eichmann foi uma “pessoa de bem” dentro do regime nazista, pois as regras morais para aquele espaço histórico foram por ele seguidas. O que Huggins, Fatouros e Zimbardo parecem querer afirmar é uma moralidade universal que, em minha avaliação, não ajuda na análise sociológica que os mesmos realizam.

Para retomar a ideia de processo burocrático mencionada acima, cito alguns/mas autores/as que trabalharam com essa perspectiva de forma mais extensa. Falando sobre um dos policiais perpetradores de violências que foram entrevistados para seu trabalho, os já mencionados Huggins, Fatouros e Zimbardo afirmam que

Empregando a retórica comumente utilizada por outros funcionários institucionais, Eduardo divide o trabalho da violência em tantas partes distintas, que nenhum dos operários da violência precisa assumir plena responsabilidade por ele. Sendo apenas um dos elementos da “linha de montagem” do sistema segmentado de controle social do Brasil, ele instrumentaliza a violência da força de segurança. Não precisa assumir ter visto, nem assumir responsabilidade pelas consequências violentas de haver facilitado a violência extrema, uma vez que suas ações consistiam meramente em cumprir uma única tarefa de controle social estritamente definida.²³

Sob o manto protetor dessa divisão “racional” do trabalho, nenhum dos agentes envolvidos na perpetração de violações de direitos humanos assume quaisquer responsabilidades. Um só sequestrava, outro apenas levava até a sala de tortura, um terceiro apenas vigiava a cela etc. Esse paradigma industrial que praticamente “fabrica vítimas” é a chave para produção e reprodução dessa violência institucional. Pilar Calveiro, em seu livro *Poder e Desaparecimento: os campos de concentração na Argentina*, estuda a estrutura burocrática da máquina de desaparecimento, tortura e assassinato da ditadura militar argentina:

Em suma, o dispositivo dos campos se encarregava de *fracionar, segmentar* seu funcionamento para que ninguém se sentisse responsável. [...] A fragmentação do trabalho “suspende” a responsabilidade moral, embora na verdade sempre exista a possibilidade de escolha, ainda que mínima.

A autorização por parte dos superiores hierárquicos “legalizava” os procedimentos, parecia justificá-los automaticamente, deixando o subordinado sem alternativa aparente exceto a obediência. O fato de fazer parte de um dispositivo apenas como uma de suas engrenagens criava uma sensação de impotência que, além de desencorajar a resistência virtualmente inexistente, fortalecia a impressão de ausência de responsabilidade. Os mecanismos para despojar as vítimas de seus atributos humanos facilitavam a execução mecânica e rotineira das ordens. Resumindo, tratava-se de um dispositivo montado para calar consciências, previamente treinadas para o silêncio, para a obediência e para a morte.²⁴

22 ARENDT. Op. Cit. p. 38

23 Ibidem. p. 216

24 CALVEIRO, Pilar. *Poder e Desaparecimento: os campos de concentração na Argentina*. São Paulo, Boitempo,

Como fica explícito na citação acima, a autora argumenta que a fragmentação dos procedimentos dividia a responsabilidade pela violência entre tantos agentes, de forma que nenhum deles poderia se sentir verdadeiramente responsável, especialmente em função da obediência aos superiores hierárquicos. O trabalho de Calveiro traz uma análise do processo repressivo na ditadura de segurança nacional argentina, o que em muito me ajuda a pensar o caso brasileiro, seja por suas semelhanças, seja por suas diferenças.

No contexto das mencionadas ditaduras de SN latino-americanas, a centralidade das Forças Armadas e policiais não pode ser ignorada. Essas instituições - as FAs (Exército, Marinha e Aeronáutica) principalmente e as forças policiais em menor medida - envolvem seus membros em intenso disciplinamento e ocupação do tempo, deixando-os apartados do mundo fora dessas ditas instituições e suas rotinas. Erwin Goffman, no livro *Manicômios, Prisões e Conventos*, define esses espaços como “instituições totais”. O autor afirma que:

Uma disposição básica da sociedade moderna é que o indivíduo tende a dormir, brincar e trabalhar em diferentes lugares, com diferentes co-participantes, sob diferentes autoridades e sem um plano racional geral. O aspecto central destas instituições totais pode ser descrito como a ruptura das barreiras que comumente separam essas três atividades da vida. Em primeiro lugar, todos os aspectos da vida são realizados no mesmo local e sob uma única autoridade. Em segundo lugar, cada fase da atividade diária do participante é realizada na companhia imediata de um grupo relativamente grande de pessoas, todas elas tratadas da mesma forma e obrigadas a fazer as mesmas coisas em conjunto. Em terceiro lugar, todas as atividades diárias são rigorosamente estabelecidas em horários, pois uma atividade leva, em tempo predeterminado, à seguinte, e toda a seqüência de atividades é imposta por cima, por um sistema de regras formais explícitas e um grupo de funcionários. Finalmente, as várias atividades obrigatórias são reunidas num plano racional único, supostamente planejado para atender aos objetivos oficiais da instituição.²⁵

As instituições totais de Goffman me parecem ser lugares de extremo disciplinamento e regulamentação da vida de seus membros, assim como de alienação dos mesmos em relação ao mundo exterior. Coesão interna, afastamento externo e disciplina: a semelhança com as disposições das instituições militares é inegável. Porém, Celso Castro, em *O espírito militar*²⁶ critica o entendimento das academias militares como instituições totais por três motivos: primeiro, porque não existe uma divisão rígida entre “equipe dirigente” e “internados”; segundo, porque nas instituições militares se busca uma “vitória cultural” ao contrário das

2013. p. 49

25GOFFMAN, Erwin. *Manicômios, prisões e conventos*. Editora Perspectiva, 9ª Ed. 2015 (1ª Ed 1974). pp. 17-18
26 CASTRO, Celso. *O espírito militar: um estudo de antropologia social na Academia Militar das Agulhas Negras*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar. 1990.

instituições totais que buscariam uma “tensão persistente” entre o mundo doméstico e o mundo institucional e; terceiro, porque Goffman trata principalmente de instituições de participação compulsória, o que não se aplica às academias militares.²⁷ Apesar das críticas de Castro, creio que ainda seja interessante encarar as FAs – e em menor medida as policiais - enquanto instituições totais, pois objetivo pensá-las de uma forma mais ampla e não tenho em mente apenas as academias de formação. Dentro de um quartel, onde nem todos os membros do corpo podem, de fato, comandar, a divisão entre “equipe dirigente” e “internados” se torna um pouco mais sólida. Em relação à questão da “vitória cultural” contra a “tensão persistente”, é interessante notar que a própria obra de Castro mostra como existe um constante tensionamento no meio dos cadetes, entre o reconhecimento de uma “inferioridade civil” e um “bitolamento” da vida militar, ou seja, se é verdade que os militares constroem sua identidade em oposição aos civis, por eles considerados desleixados, indisciplinados, no limite, inferiores, há uma permanente preocupação com a validade dos conhecimentos adquiridos dentro da academia quando se está fora dela.²⁸ E em relação à compulsoriedade, o serviço militar obrigatório, com duração de um ano, que forma tanto soldados quanto oficiais reservistas pode ser visto como forma provisória de manutenção de indivíduos dentro dos ideais da instituição. Como minha argumentação deixa perceber, o conceito não se encaixa perfeitamente às FAs e polícias, mas me parece uma boa baliza teórica para entendê-las e compreender suas formas de atuação em relação à sociedade civil no período autoritário analisado.

Juliana Mendes, em sua dissertação de mestrado, intitulada *Histórias de Quartel: um estudo de masculinidades com oficiais fora da ativa*, estuda as instituições militares enquanto lugar privilegiado para a construção do ideal de masculinidade. Para tanto, a autora entrevista alguns oficiais da reserva, o que proporcionou um entendimento importante de como o militarismo molda os militares, seus pensamentos e atitudes, mesmo estando eles fora de atividade. A autora afirma que as Forças Armadas são instituições totais, sendo por isso extremamente importantes para as definições de masculinidade de seus membros.²⁹ Entendo que as polícias também tenham um perfil bastante semelhante, apesar do contato mais direto com a população civil. A submissão dos seus membros a uma rotina fechada em si mesma, convivendo por longos períodos apenas com outros membros da mesma instituição pode ser um fator relevante no processo de facilitação da perpetração de violências contra os/as presos/as

27 CASTRO. Op. Cit. pp. 33-34

28 Ibidem. pp. 158-162

29 MENDES, Juliana Cavilha. *Histórias de Quartel: um estudo de masculinidades com oficiais fora da ativa*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2002.

políticos/as. O já citado trabalho de Celso Castro, que foca sua atenção na formação de cadetes na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), onde o autor realizou seu estudo antropológico, traz um dado essencial para a conformação da masculinidade desses oficiais em formação: a oposição em relação aos civis ou “paisanos” segundo a gíria militar. O autor constatou a necessidade de dissolução da identidade civil anterior do cadete para que o mesmo pudesse adquirir sua identidade militar.³⁰ Apesar de já ter problematizado acima o quanto realmente os cadetes absorvem dessa inferiorização do civil em favor do militar, é inegável que esse seja um valor corrente da instituição e que faz parte, em diversas medidas, do imaginário de seus membros e também, porque não, de suas masculinidades.

Como afirmei anteriormente, este trabalho se insere nos estudos de gênero, já que estuda as masculinidades dos torturadores e sua relação com a tortura. Judith Butler analisa o gênero enquanto *performatividade*, enquanto um conjunto de atos, gestos, expressões que constituem um sujeito:

Nesse sentido, o *gênero* não é um substantivo, mas tampouco é um conjunto de atributos flutuantes, pois vimos que seu efeito substantivo é *performativamente* produzido e imposto pelas práticas reguladoras da coerência do gênero. Consequentemente, o gênero mostra ser performativo no interior do discurso herdado da metafísica da substância – isto é, constituinte da identidade que supostamente é. [...] nós afirmaríamos como corolário: não há identidade de gênero por trás das expressões do gênero; essa identidade é *performativamente* constituída pelas próprias “expressões” tidas como seus resultados.³¹

Sendo assim, Butler põe as expressões de gênero no lugar de *constituintes* e não apenas de *resultados* de uma identidade pré-definida. Tal definição é importante pois coloca o gênero como uma categoria social permanentemente em mutação, ao mesmo tempo que é mantida por uma constante repetição: o gênero seria um ato. Ainda de acordo com a autora,

Assim, em que sentidos o gênero é um ato? Como em outros dramas sociais rituais, a ação do gênero requer uma *performance repetida*. Essa repetição é a um só tempo reencenação e nova experiência de um conjunto de significados já estabelecidos socialmente; e também é a forma mundana e ritualizada de sua legitimação. Embora existam corpos individuais que encenam essas significações estilizando-se em forma do gênero, essa ‘ação’ é uma ação pública. Essas ações têm dimensões temporais e coletivas, e seu caráter público não deixa de ter consequências; na verdade, a *performance* é realizada com o objetivo estratégico de manter o gênero em sua estrutura binária – um objetivo que não pode ser atribuído a um sujeito, devendo, ao invés disso, ser compreendido como fundador e consolidador do sujeito.³²

30 CASTRO. Op. Cit. p. 32

31 BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro. 11ª Edição, 2016 (1ª Ed. 1990) p. 56 (grifos da autora)

32 Ibidem. p. 242

Essa performance repetida talvez venha a ficar mais nítida durante a exposição teórica, assim como durante o desenvolvimento dos capítulos e análise das fontes, onde as falas, atos e gestos das pessoas envolvidas (tanto agentes da repressão quanto militantes) denotam esse caráter performativo e repetitivo do gênero. Pensar o gênero como ato implica reconhecer que além de imposição há também ação direta dos indivíduos na construção de seu gênero. Raewyn Connell, em trabalho mais recente, com a parceria de Rebecca Pearse, intitulado *Gênero: uma perspectiva global*, insiste nessa questão, questionando as interpretações do gênero como algo puramente imposto “de fora para dentro”:

Assim, não podemos pensar o ser mulher ou ser homem como experiências fixadas na natureza. Mas também não podemos pensá-los apenas como uma imposição externa realizada por meio de normas sociais ou da pressão de autoridades. As pessoas *constroem a si mesmas* como masculinas ou femininas. Reivindicamos um lugar na ordem de gênero - ou respondemos ao lugar que nos é dado -, na maneira como nos conduzimos na vida cotidiana.³³

As pessoas envolvidas em condutas do cotidiano - por todo um espectro que varia de conversas e trabalho doméstico até estilos de interação e comportamento econômico - são cobradas nos termos de suas "categorias sexuais" presumidas como homem ou mulher. A conduta produzida em resposta a essa cobrança não é um produto do gênero - é o gênero em si. Fazemos nosso próprio gênero, mas não somos livres para o fazermos como quisermos.³⁴

Sem cair no extremo de uma liberdade absoluta do indivíduo para construir seu gênero, é necessário reconhecer que há possibilidades de atuação direta nesse processo. Ver o processo dessa forma é também aceitar que as escolhas dos indivíduos ajudam a criar novas formas de viver o gênero, modificando assim feminilidades e masculinidades.

O gênero pode também, portanto, ser entendido como aprendizagem. Miguel Vale de Almeida, no seu artigo *Gênero, masculinidade e poder*, em trabalho anterior aos dois acima mencionados, ocupou-se de estudar a produção e reprodução das masculinidades em um pequeno vilarejo no sul de Portugal, buscando entender a influência dos espaços de sociabilidade exclusivamente masculinos nessa produção/reprodução. O autor também teorizou sobre a questão das múltiplas masculinidades e da masculinidade hegemônica. De acordo com Vale de Almeida:

A relação entre feminino e masculino não é, na avaliação moral, como as duas faces de uma moeda mas sim assimétrica, desigual. Trata-se de uma forma de ascendência social que se reproduz, pois, na base de um processo de naturalização. O corpo é o

33 CONNELL, Raewyn; REBECCA, Pearse. *Gênero: uma perspectiva global*. São Paulo, nVersos. 2015. p. 39

34 Ibidem. p. 156

lugar investido simbolicamente para confirmar esta ontologia. E o processo de incorporação dos significados do gênero resulta como um consenso vivido (na expressão de Bourdieu) em virtude da sua aprendizagem ser permanente, não focada, não verbal e não reflectida.³⁵

Feminilidade e masculinidade são, portanto, frutos de uma aprendizagem permanente que é mantida e reforçada pelo esforço de repetição, de um “consenso vivido” que os naturaliza, assim como pela sua dimensão punitiva, que objetiva manter os indivíduos no esquema binário estabelecido. Defendi, em estudo anterior, assim como outros/as autores/as, a ideia de que a tortura em geral e a tortura sexual em específico, foram utilizadas como forma de punição para as mulheres que ousaram transgredir a hierarquia de gêneros, assim como a ordem política estabelecida, demonstrando uma dimensão punitiva no processo de tortura.³⁶ Porém, lendo o livro de Butler mais recentemente, me chamou a atenção como a autora entende que o próprio gênero tem consequências punitivas:

Portanto, como estratégia de sobrevivência em sistemas compulsórios, o gênero é uma *performance* com consequências claramente punitivas. Os gêneros distintos são parte do que “humaniza” os indivíduos na cultura contemporânea; de fato, habitualmente punimos os que não desempenham corretamente o seu gênero.³⁷

Da mesma forma que a performatividade de gênero nos “humaniza”, será que poderíamos dizer que a transgressão das suas normas nos “desumaniza”? Desnecessário frisar que o processo de tortura envolve uma considerável parcela de desumanização do/a torturado/a; mas é interessante notar como essa desumanização parece necessariamente passar pelo gênero, principalmente no caso das mulheres. Ao longo dos capítulos discorrerei sobre alguns mecanismos de controle e vigilância do gênero.

Os trabalhos de Elizabeth Ferreira, *Mulheres, militância e memória*, e Ana Maria Colling *A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil*, são exemplares importantes de estudos sobre a participação política das mulheres no período ditatorial. Ferreira trabalha com treze ex-presas políticas, de diferentes organizações. Através de entrevistas, ela tenta captar aspectos da experiência de vida dessas mulheres, como a convivência familiar, a trajetória até

35VALE DE ALMEIDA, Miguel. *Gênero, masculinidade e poder*. Revendo um caso do Sul de Portugal. Anuário Antropológico, 95: 161-190. 1996. p. 164

36 FERREIRA, Elizabeth Fernandes Xavier. *Mulheres, militância e memória*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.; PECORARO, A. Políticas de terror y violencia sexual. In: AUCÍA, Analía et al. *Grietas en el silencio: una investigación sobre la violencia sexual en el marco del terrorismo de Estado*. pp. 115-140. Rosario, CLADEM. 2011.; SANSEVIERO, Rafael. Soldaditos de plomo y muñequitas de trapo: los silencios sobre el abuso sexual en la tortura después que la tortura fue un sistema de gobierno. In: BAICA, Soledad G.; FERNÁNDEZ, Mariana R. (Comps.) *Las Laurencias: violencia sexual y de género en el terrorismo de Estado Uruguayo*. Montevideo: Trilce, 2012. GRACIA. Op. Cit.

37BUTLER. Op. Cit. p. 241

o início de suas militâncias, a clandestinidade, a prisão, a tortura e a saída da clandestinidade. A obra nos dá uma boa ideia da forma como as mulheres militantes eram vistas e tratadas pela repressão. Mostra como as masculinidades dos agentes repressivos se manifestam ao entrar em contato com mulheres agindo politicamente.³⁸ Já Colling demonstra como se constituiu o sujeito político “puta comunista”, através da visão da repressão, da memória das militantes e da sociedade. Essa construção pode ser entendida como uma forma de desconstrução da mulher enquanto sujeito político, transformando-a em sujeito desviante e não político. Seu trabalho expõe os limites que a masculinidade patriarcal estabelece para a ação feminina ao abordar principalmente o discurso da repressão, mas também o discurso dos militantes de esquerda.³⁹ Ambos textos focam sua atenção em mulheres, o que permite perscrutar um determinado ângulo da masculinidade dos agentes repressivos.

A significação da diferença entre os sexos/gêneros é feita sob a ótica da hierarquia, das qualificações e desqualificações. Ordem ou Hierarquia de Gênero de acordo com a definição dada por Rafael Sanseviero em seu artigo *Soldaditos de Plomo y Muñequitas de Trapo*, seria um sistema de sinais binários e excludentes que tem por finalidade social dar indicações para as pessoas do que é ser legitimamente mulher ou homem. Essas indicações se originam na diferenciação sexual construída na corporeidade. A ordem de gêneros é o fundamento de um sistema de hierarquias, qualificações e desqualificações de pessoas.⁴⁰

É importante ressaltar que assimetrias de poder não se dão apenas na subordinação histórica do feminino ao masculino: existem muitas gradações hierárquicas entre modelos de masculinidade. Nesse sentido, entendo masculinidade e feminilidade assim como Miguel Vale de Almeida:

Masculinidade e feminilidade não são sobreponíveis, respectivamente, a homens e mulheres: são metáforas de poder e de capacidade de acção, como tal acessíveis a homens e mulheres. Se assim não fosse, não se poderia falar nem de várias masculinidades nem de transformações nas relações de género. O carácter móvel e contingente da relação entre masculinidade, homens e poder toma-se claro quando analisamos etnografias que prestam atenção ao diálogo e conflito entre masculinidades hegemónicas e subordinadas, ou que prestam atenção quer à variabilidade individual das identidades masculinas, quer às alterações destas num só indivíduo ao longo do ciclo de vida ou consoante diferentes situações de interacção.⁴¹

38 FERREIRA. Op. Cit.

39 COLLING, Ana Maria. *A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997. Capítulo IV

40 SANSEVIERO. Op. Cit., p.54

41 VALE DE ALMEIDA. Op. Cit. p. 162

O conceito de masculinidade hegemônica é muito caro aos estudos de masculinidade, pois lida com a questão do modelo patriarcal dominante e sua relação com outras masculinidades subordinadas, bem como com as diferentes feminilidades. Vale de Almeida define patriarcado como “uma ordem de gênero específica na qual a masculinidade hegemônica define a inferioridade do feminino e das masculinidades subordinadas”.⁴² O autor entende masculinidade hegemônica como

um consenso vivido. As masculinidades subordinadas não são versões excluídas, existem na medida em que estão contidas na hegemonia, são como que efeitos perversos desta, já lá estão potencialmente [...] A masculinidade hegemônica é um modelo cultural ideal que, não sendo atingível – na prática e de forma consistente e inalterada – por nenhum homem, exerce sobre todos os homens e sobre as mulheres um efeito controlador. Implica um discurso sobre a dominação e a ascendência social, atribuindo aos homens (categoria social construída a partir de uma metonímia do dimorfismo sexual) este privilégio potencial.⁴³

Sendo assim, podemos entender a masculinidade hegemônica como um dos artifícios para a manutenção da hierarquia de gêneros, na medida em que esse ideal dá motivação para que os homens sigam buscando se enquadrar nesse padrão, criando a crença mencionada por Butler, mas também orienta os limites que mobilizarão ou não punições por um eventual desvio da norma.⁴⁴ A ideia de “consenso vivido” sugere tanto um sistema de dominação ideológico e, portanto, mantido com o consentimento dos dominados, quanto a sensação de transitoriedade, pois diferentes consensos são vividos em diferentes momentos históricos. Ainda que eu esteja me apoiando em Vale de Almeida, é preciso lembrar que Raewyn Connell foi a primeira pesquisadora a dar visibilidade para o conceito de masculinidade hegemônica ainda na década de 1980, e em 2005, escreve o artigo *Masculinidade Hegemônica: repensando o conceito*, juntamente com James Messerschmidt, revisando o mesmo à luz das críticas acumuladas ao longo dos anos.⁴⁵ Os autores buscaram entender o que poderia ser mantido no conceito, o que deveria ser descartado e o que deveria ser modificado. Na época de sua criação, segundo Connell e Messerschmidt, o conceito abrangia as seguintes características:

A masculinidade hegemônica se distinguiu de outras masculinidades, especialmente das masculinidades subordinadas. A masculinidade hegemônica não se assumiu normal num sentido estatístico; apenas uma minoria dos homens talvez a adote. Mas

42VALE DE ALMEIDA. Op. Cit., p. 164

43Ibidem. Op. Cit. pp. 162-163. (grifo meu)

44 “[...] o acordo coletivo tácito de exercer, produzir e sustentar gêneros distintos e polarizados como ficções culturais é obscurecido pela credibilidade dessas produções – e pelas punições que penalizam a recusa a acreditar neles; a construção ‘obriga’ nossa crença em sua necessidade e naturalidade.” BUTLER. Op. Cit. p. 241

45 Cientista social transexual australiana, anteriormente conhecida como Robert William Connell. Optei por visibilizar sua identidade de gênero atual, mesmo que o trabalho citado ainda leve o nome Robert.

certamente ela é normativa. Ela incorpora a forma mais honrada de ser um homem, ela exige que todos os outros homens se posicionem em relação a ela e legitima ideologicamente a subordinação global das mulheres aos homens.

Homens que receberam os benefícios do patriarcado sem adotar uma versão forte da dominação masculina podem ser vistos como aqueles que adotaram uma cumplicidade masculina. Foi em relação a esse grupo, e com a complacência dentre as mulheres heterossexuais, que o conceito de hegemonia foi mais eficaz. A hegemonia não significava violência, apesar de poder ser sustentada pela força; significava ascendência alcançada através da cultura, das instituições e da persuasão.⁴⁶

Para os autores, as seguintes características do conceito devem ser mantidas:

A característica fundamental do conceito continua a ser a combinação da pluralidade das masculinidades e a hierarquia entre masculinidades. [...] O conceito de masculinidade hegemônica presume a subordinação de masculinidades não hegemônicas, e esse é um processo que agora tem sido documentado em muitos contextos, em nível internacional.

Também muito apoiada é a ideia de que a hierarquia das masculinidades é um padrão de hegemonia, não um padrão de uma hegemonia simples baseada na força. O consenso cultural, a centralidade discursiva, a institucionalização e a marginalização ou a deslegitimação de alternativas são características amplamente documentadas de masculinidades socialmente dominantes. Também muito apoiada é a ideia original de que a masculinidade hegemônica não necessita ser o padrão comum na vida diária de meninos e homens. Em vez disso, a hegemonia trabalha em parte através da produção de exemplos de masculinidade (como as estrelas dos esportes profissionais), símbolos que têm autoridade, apesar do fato de a maioria dos homens e meninos não viver de acordo com eles.⁴⁷

As seguintes características devem ser rejeitadas:

Apesar da crítica do traço psicológico em *Gender and Power* e do apelo às ideias psicanalíticas sobre a motivação inconsciente, declarações iniciais sobre a masculinidade hegemônica, quando tentaram caracterizar o conteúdo de fato das diferentes configurações de masculinidade, muitas vezes caíram numa terminologia classificatória de traços – ou na melhor das hipóteses, fracassaram em apresentar alternativas a ela. A noção de masculinidade como um conjunto de traços, que abriu caminho para o tratamento da masculinidade hegemônica como um tipo de caráter fixo, já causou muitos problemas e foi altamente criticada nos escritos psicológicos recentes. Não apenas o conceito essencialista de masculinidade, mas também, em geral, a abordagem dos traços para compreender o gênero necessitam ser completamente transcendidos.⁴⁸

Sendo assim, ao trabalhar com o conceito, é necessário manter-se em mente a estrutura hierárquica, os mecanismos de hegemonia e também a flexibilidade da mesma. Me parece aqui

46 CONNELL, R. W.; MESSERSCHMIDT, James W. *Masculinidade Hegemônica: repensando o conceito*. Estudos Feministas, Florianópolis, 21(1): 241-282, janeiro-abril/2013. p. 245

47 Ibidem. pp. 262-263

48 Ibidem. p. 264

que a fluidez e a adaptabilidade são a tônica das dinâmicas. Além disso, os autores defendem a ideia de que as masculinidades hegemônicas podem se modificar ao incorporar características das masculinidades subordinadas, participando de um processo dialético de influência recíproca.⁴⁹ Tal afirmativa corrobora a ideia de transitoriedade e contingência tanto da masculinidade hegemônica como do próprio gênero de forma mais geral. A hegemonia se perpetua de formas sofisticadas e não necessariamente baseadas na violência, seja ela física, psicológica ou simbólica. Ela é um horizonte, um modelo ideal a ser perseguido – e raramente alcançado –. Pedacos dela são expressados diariamente por meninos e homens, ainda que os mesmos não vivam de acordo com esse ideal. Ao mesmo tempo, os autores nos alertam para o perigo de essencializar a masculinidade e cair numa “terminologia classificatória de traços” que acaba por dar um caráter fixo a ela. Creio que pensar em gênero enquanto performance nos ajuda a ter uma abordagem diferente, mais próxima da que Connell e Messerschmidt propõem.

Elisabeth Jelin, em seu livro *Los trabajos de la memoria*, estuda a memória das vítimas da repressão nas ditaduras latino-americanas, levando em consideração o gênero como fato decisivo tanto para a repressão quanto para as vítimas. Para a autora, “*La represión fue ejecutada por una institución masculina y patriarcal: las fuerzas armadas y las policías. Estas instituciones se imaginaron a sí mismas con la misión de restaurar el orden ‘natural’ (de género)*”.⁵⁰ A autora afirma categoricamente: a repressão tem gênero. Não apenas a tortura poderia variar de acordo com o gênero da vítima, mas o gênero das instituições repressivas é importante para entendermos o fenômeno da repressão:

*También el poder que se ejerce y ejercita en la represión directa se da en el marco de las relaciones de género. El modelo de género presente identifica la masculinidad con la dominación y la agresividad, características exarcebadas en la identidad militar, y una feminidad ambivalente, que combina la superioridad espiritual de las mujeres (inclusive las propias ideas de “Patria” y de “Nación” están feminizadas) con la sumisión y pasividad frente a los deseos y órdenes de los hombres. [...] El poder masculino militar en la esfera pública, con sus rituales y prácticas de representación repetitivas en uniformes, desfiles, exhibición de armas, etc., se acompañaba por performances materializadas en cuerpos y prácticas concretas en los espacios específicos de la represión y especialmente en los lugares de tortura. En efecto, allí la masculinidad de los torturadores se afirmaba en su poder absoluto para producir dolor y sufrimiento.*⁵¹

Como fica claro no excerto acima, a autora caracteriza as demonstrações públicas de

49CONNELL; MESSERSCHMIDT. Op. Cit. p. 267

50JELIN, Elisabeth. *Los trabajos de la memoria*. Madrid: Siglo XXI de España Editores, S.A. 2002. pp.106-107 [grifos meus]

51Ibidem. pp. 101-102

poder militar enquanto um espelho das mostras de poder sobre os corpos e as vidas dos seus inimigos, exercido na clandestinidade dos porões e centros de tortura. Talvez possamos compreender os períodos ditatoriais latino-americanos enquanto protagonistas de um tipo de expansão do militarismo, tanto nas ruas como para dentro de escolas, universidades e outros espaços coletivos, onde os rituais militaristas funcionavam quase como uma bandeira de um exército invasor hasteada sobre o território conquistado.

Huggins, Fatouros e Zimbardo, argumentando sobre a típica masculinidade patriarcal ocidental, escrevem que “Os 'homens de verdade', segundo as expectativas da masculinidade patriarcal ocidental, devem ser capazes de dominar alguns homens e todas as mulheres”.⁵² Tal afirmação corrobora o pensamento de Vale de Almeida sobre as hierarquias de gênero envolvendo masculinidades e feminilidades e os de Connell sobre masculinidade hegemônica. Para Huggins, Fatouros e Zimbardo, as masculinidades seguem uma lógica de competição por recursos escassos:

As interações sociais baseadas no poder, na competição e no possível conflito têm ganhadores e perdedores. Nelas, conseguir e ter respeito é essencial para demonstrar masculinidade “bem-sucedida”. O homem “de verdade” que quer respeito de outro homem deve eliminar quaisquer sentimentos que possam indicar fraqueza. [...] Em um sistema de gênero de competição por recursos escassos de masculinidade – seja por “respeito”, mulheres ou poder – os homens devem demonstrar permanentemente que possuem os atributos de masculinidade exigidos. Embora tal validação possa ser perseguida na presença de mulheres, dirige-se principalmente aos outros homens.⁵³

Os autores encontraram, dentre os entrevistados de sua pesquisa, três modelos de masculinidade policial que muitas vezes se cruzaram e intercambiaram entre si: a masculinidade personalista, a burocratizante e a mista. O modelo personalista foi definido pelos autores da seguinte maneira:

A masculinidade policial personalista pode ser vista no “tira” de ronda que se apresenta como “um verdadeiro [e apaixonado] crente” na causa de melhorar a sociedade e protegê-las dos criminosos. [...] Quando o operário da violência personalista fala a respeito da violência cometida por ele ou por colegas policiais, em geral atribui a responsabilidade aos indivíduos “maus” (quer vítimas, quer perpetradores) ou ainda difundem as causas por entre vagos fenômenos sociais e culturais, em vez de atribuí-la de maneira consistente a condições ou pressões organizacionais.⁵⁴

52HUGGINS; FATOUROS; ZIMBARDO. Op. Cit. pp. 172-173

53Ibidem. pp. 173-174

54Ibidem. p. 179

Já os policiais de masculinidade burocratizante ou “funcionários institucionais” como propõem os autores, foram definidos assim:

Esses homens apresentaram sua masculinidade como extensão das necessidades e das prerrogativas da organização de segurança interna e como subordinada a elas. Apresentaram a si mesmos como extensões desapaixonadas e “racionais” da organização policial e do Estado político.⁵⁵

Finalmente, sobre a masculinidade de tipo mista:

Situando-se entre os outros dois tipos de masculinidade, esses operários da violência não se identificavam inteiramente nem com as comunidades que policiavam, nem com a hierarquia organizacional da polícia e do Estado. O policial de “masculinidade mista” praticava simultaneamente a violência na organização policial, em nome dela e fora dela, mudando de direção sua lealdade segundo quem estivesse “comprando” seus serviços. Por um lado, vacilavam em demonstrar masculinidade personalista e física quando falavam sobre violência fora da organização policial e, por outro lado, tentavam justificar aquela violência mediante um discurso de “funcionário institucional” que a vinculava à burocracia policial “racional-legal”. Subordinavam sua masculinidade à burocracia policial quando discutiam a violência em nome da organização policial e dentro dela.⁵⁶

Ou seja, os policiais personalistas foram aqueles que tomaram seu trabalho de forma pessoal, se identificavam com as comunidades que policiavam e sua masculinidade incluía a necessidade de demonstrações de superioridade física. O personalista almejava ser respeitado, e qualquer forma de desrespeito a sua pessoa poderia enfurecê-lo e leva-lo ao uso de violência física. O funcionário institucional, por sua vez, submeteu sua masculinidade à instituição, de forma que seus atos eram justificados pelas necessidades da mesma. Essa é, segundo os autores, a apresentação mais fria de masculinidade, pois subsume sua violência em uma “racionalidade” e “profissionalismo” que pretendem anular a moralidade dos seus atos. Já os agentes de masculinidade mista tinham a dubiedade de vincular e legitimar sua violência, perpetrada fora de serviço, enquanto uma extensão do sistema burocrático estatal.

Essas modalidades de masculinidade, especialmente as duas primeiras, serão de especial utilidade em minha pesquisa, pois embasarão minha análise no terceiro capítulo. Os autores deixam bastante claro que, apesar de identificar padrões de masculinidade nos policiais assassinos e torturadores, não é possível dizer que a masculinidade por si só causou a violência nem estabeleceu determinados tipos de atrocidade.⁵⁷ Por isso, adoto a perspectiva de que a

55 HUGGINS; FATOUROS; ZIMBARDO. pp. 179-180.

56 Ibidem. p. 180

57 Ibidem. p. 179

masculinidade não causa por si só a tortura; não pretendo, pois, reduzir o fenômeno da institucionalização da tortura a determinados modelos de masculinidade. Tampouco pretendo ignorar a maneira como os mesmos, definidos dentro e fora das instituições militares e policiais, influenciam na prática da tortura, seu desenvolvimento, seus métodos.

No intento de buscar as relações entre as masculinidades policiais e militares e tortura, tive de procurar fontes adequadas para o tipo de informação que me interessava. No projeto original desta pesquisa, imaginei que iria me utilizar das entrevistas do projeto Marcas da Memória, por pensar que encontraria maiores descrições de atos e palavras dos torturadores nas mesmas. Porém, por sugestão de minha orientadora, passei a avaliar os processos da Comissão Estadual de Indenização, mesmas fontes que utilizei no meu já mencionado TCC. Após a análise de algumas dezenas desses processos, percebi que minha busca não seria recompensada, pois a própria natureza de processo jurídico, onde procura-se provar a prisão e os maus tratos sofridos, acaba reduzindo o espaço, em muitos casos, da descrição das ações dos agentes nestes documentos. Às vezes os anexos de pareceres psiquiátricos e de sequelas físicas “substituíam” uma descrição mais densa das sevícias sofridas. Por um golpe de sorte, neste mesmo período em que estava pesquisando os referidos processos de indenização, descobri que as transcrições dos depoimentos à Comissão Nacional da Verdade (CNV) estavam disponíveis para *download*. Após informar minha orientadora e analisar alguns desses depoimentos, tomei a decisão de abandonar os processos da Comissão de Indenização e fixar os depoimentos da CNV como minhas fontes principais.

Criada pela Lei 12.528/2011 e instituída em 16 de maio de 2012, a CNV teve o intuito de “apurar graves violações de Direitos Humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988”⁵⁸. Dentre uma quantidade volumosa de documentos reunidos pela Comissão, me detive nos depoimentos de vítimas civis e nos depoimentos de agentes do Estado. Os depoimentos de vítimas civis são os mais volumosos contando com 6 no ano de 2012, 85 no ano de 2013 e 139 no ano de 2014. Dos agentes do Estado, estão disponíveis 8 do ano de 2012, 28 de 2013 e 33 de 2014.

Através da análise dos ditos depoimentos, busquei expressões da masculinidade presente na ação e fala dos agentes repressivos. As transcrições das entrevistas apresentam tamanhos muito diversos, desde 6, 7 páginas até quase 200. O formato das narrativas varia um

58 <http://www.cnv.gov.br/institucional-acesso-informacao/a-cnv.html> Consultado em 15/05/2017.

pouco, mas no geral, inicia com o relato da juventude e militância dos/as depoentes, e segue uma certa linearidade em direção à prisão, tortura, julgamento, vida após a prisão, entre outras coisas. Mas logicamente, a narrativa faz a memória dar voltas, ir e voltar cronologicamente, lembrar detalhes de eventos já relatados etc. Em alguns casos, parte dos depoimentos foi perdida por não ter sido gravada, incidentes provavelmente ocasionados por falta de bateria ou memória do gravador. Outro traço dos depoimentos é que os membros da CNV sempre faziam um pequeno questionário para deixar registrados alguns dados de identificação como nome completo, CPF, RG, mas também havia questionários específicos para os grupos de trabalho em que a Comissão fora dividida.

Desde o princípio da leitura destas fontes, percebi que na maioria dos casos, a fala balizada por algumas poucas perguntas, permitiu que aflorassem muitas lembranças sobre o comportamento dos torturadores e das torturas sofridas. Da mesma forma, como a CNV buscava deliberadamente as violações de direitos humanos, os membros da mesa, que tomavam o depoimento, buscavam sempre fazer o/a depoente falar um pouco mais sobre essas experiências específicas. O processo de análise dos depoimentos acabou sendo relativamente longo, devido à quantidade, mas também a extensão dos mesmos. Porém, a quantidade de trechos que selecionei foi bastante modesta e o que foi diretamente citado ao longo da dissertação ainda mais reduzido. Em parte, isso se deu em função da especificidade das informações que busquei nas fontes: procurei descrições de atos e falas dos agentes repressivos, especialmente nas situações de tortura. Os excertos que citarei nos próximos capítulos foram selecionados primeiramente em função da insistência com que apareceram nas fontes, mas também devido à semelhança com temas que surgiram durante minha leitura da bibliografia utilizada neste trabalho. Para a redação dos capítulos, procurei agrupar os trechos de acordo com sua temática e relevância, mas acabei constatando, em várias situações, que determinado excerto se encaixava melhor em um capítulo diferente daquele que eu havia pensado inicialmente, o que por vezes me gerou muito mais trabalho, mas também um resultado muito melhor.

Me deparei, contando apenas os depoimentos da seção de vítimas civis do site da CNV, com 55 arquivos onde alguma forma de sevícia é relatada, isso em um total de 89 registros, somando os anos de 2012 e 2013. Essa grande quantidade de relatos, a meu ver, reforça a ideia de que a tortura foi institucionalizada durante o regime militar, não tendo sido a exceção no tratamento dos/das presos/as políticos/as, mas sim a regra.

Por outro lado, os depoimentos de agentes do Estado tiveram, em grande parte, um

caráter semelhante ao interrogatório. Diversos depoentes compareceram às sessões privadas, acompanhados de advogados e munidos de *habeas corpus* (a ironia disso lhes deve escapar completamente!) concedendo-lhes o direito de se recusar a responder às perguntas da Comissão. Mauad Chirio e Mariana Joffily, em artigo chamado *La verdad de los verdugos*, apontam para a diversidade de estratégias da CNV frente aos agentes do Estado entrevistados:

Las técnicas de los interrogatorios y el clima de las comparecencias fueron extremadamente variados. Algunos interrogadores, sobre todo cuando se trataba de declaraciones en privado, intentaron reconstruir la trayectoria profesional del testigo en su integridad y, más allá del establecimiento de hechos concretos, se interesaron por la estructura y la lógica de la maquinaria represiva. Otros pusieron al agente represor ante una lista de víctimas y no esperaron de él más que recuerdos sobre hechos precisos, con el objetivo de averiguar, no de comprender. Además de la personalidad de los miembros de la comisión y de la idea que tenían de su cometido, el carácter público o privado de la comparecencia influía sobre la estrategia adoptada. En una comparecencia pública, se trataba menos de recoger informaciones o de elaborar documentos de archivo que de hacer pedagogía colectiva.⁵⁹

Os depoimentos dos agentes do Estado tiveram, portanto, caráter de interrogatório, onde os membros da Comissão se preocuparam em averiguar informações, conhecer mais sobre a estrutura da repressão e buscar indícios de pessoas desaparecidas. Isso poderia, no entanto, variar caso a audiência fosse pública ou privada: quando abertas ao público, as sessões visaram uma ação pedagógica a respeito da ditadura. É importante ter em mente que os depoentes tomaram também posturas diversas, desde a agressividade até a condescendência, passando pela mais comum postura de negar conhecimento sobre quaisquer formas de ilegalidades, torturas e assassinatos dentro dos estabelecimentos militares e policiais:

El culto al secreto, la adopción de alias, la falta de comentarios sobre los asuntos en curso, el aislamiento espacial de las instalaciones más sensibles, como las células y salas de interrogatorio, permitían a los testigos no solo afectar ignorancia respecto a la suerte de las víctimas, sino también en cuanto a la identidad y responsabilidades de sus colegas. Existe una jerarquía dentro de lo confesable. Para estos militares, la negación más absoluta consistió en decir que jamás tuvieron que ver con presos y por supuesto que nunca tocaron a nadie. Otros confesaron haberse enfrentado con opositores i haberlos matado, pero solo en la calle, en arrestos o tiroteos. Nadie, salvo rarísimas excepciones confesó haber torturado [...].⁶⁰

Os depoimentos de militares, de fato, dificilmente trazem uma confirmação de tortura e assassinato ou ocultação de cadáver. O discurso militar, como veremos no capítulo 1, tendeu a

59 CHIRIO, Mauad; JOFFILY, Mariana. *La verdad de los verdugos*: Las comparecencias de los agentes de la represión ante la Comissão Nacional da Verdade de Brasil. Rubrica Contemporanea 5, nº 9. DOSSIER Las declaraciones públicas de perpetradores en contextos posdictatoriales. 2016. p. 21

60 Ibidem. p. 23

focar sua atenção em outros assuntos; poucos foram os que admitiram a existência dessas violações de direitos humanos e menos ainda assumindo responsabilidade sobre elas. A postura dos membros da CNV, em contrapartida, também poderia ser bastante hostil, principalmente nas audiências públicas, como podemos perceber na tomada de depoimento de Valter da Costa Jacarandá, conhecido como Major Jacarandá, denunciado como torturador do DOI-CODI do Rio de Janeiro, onde uma das representantes da Comissão faz o seguinte discurso:

Rosa Cardoso (Comissão Nacional da Verdade) – [...] Todos os denunciados, mesmo aqueles que eram civis ou não eram do quadro do Exército, receberam a Medalha do Pacificador com Palma, honraria máxima concedida pelo Exército. Os violadores de direito que aqui estão, que deveriam estar todos, não foram heróis, foram torturadores. Eu me pergunto neste momento se torturadores contumazes como este, homicidas podem possuir uma condecoração que deveria ser destinada a heróis de nossa República. [...] Finalmente senhoras e senhores eu insisto em dizer que o comportamento destes acusados de graves violações, consideradas pelo direito internacional dos direitos humanos e pela sentença do caso Araguaia imposta ao Brasil em 2010 são crimes imprescritíveis, de lesa humanidade e eles nos propõe, a seguinte reflexão: o que conduz seres humanos a trair sua própria humanidade? A envergonhar seus pais? Se ainda os tens, a conspirar sua memória, senão os tem mais? A gerar suspeitas e desprezo pelos seus próprios filhos? A serem considerados monstruosos quando ainda são seres humanos, criaturas abjetas e indignas de merecerem convívio social? A despeito de uma sua inteira responsabilidade como autores quem os protegeu e os comandou? E o que nós, hoje, como seres humanos, preservados a dignidade e a humanidade de cada um de nós, o que nós podemos e o que nós devemos fazer?⁶¹

Como podemos perceber na citação acima, Rosa Cardoso não hesita em chamar Válder Jacarandá de “violador de direitos” e de “torturador”, mas essa ainda não é a parte hostil de seu discurso, é apenas uma constatação baseada em depoimentos de vítimas e testemunhas. As reflexões que ela faz antes de passar a palavra a Jacarandá, no entanto, demonstram uma clara atitude de antagonismo: ele teria traído sua humanidade, envergonhado seus pais, gerado suspeitas e desprezo nos seus filhos, seria uma criatura abjeta e indigna de convívio social. Nessa mesma sessão pública, a fala inicial não foi feita pelo depoente, mas por Álvaro Caldas, um militante do PCBR torturado por Jacarandá. Por causa do acima exposto, ao analisar os trechos, foi necessário levar em consideração esses elementos de produção das fontes: se por um lado as vítimas civis estavam, em geral, mais dispostas a falar e tinham uma certa simpatia dos membros da CNV, os agentes do Estado que prestaram depoimento, em parte, estavam lá porque foram intimados judicialmente a comparecer, munidos de amparo legal e sem contar com simpatia por parte da mesa.

61 Valter da Costa Jacarandá. Depoimento à CNV, 2013. p. 6.

Por sugestão de minha banca de qualificação, incorporei as entrevistas da Fundação Getúlio Vargas (FGV), publicadas no livro organizado por Maria Celina D'Araujo, Gláucio Ary Dillon Soares e Celso Castro, *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*.⁶² As entrevistas constantes no livro, realizadas no início da década de 1990, possuem também condições de produção muito diversas da CNV. Me apoio no artigo de João Roberto Martins Filho, *A guerra da memória: a ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares*⁶³, para compreender melhor o conteúdo e teor das entrevistas mencionadas acima. Segundo o autor:

Na visão unânime dos militares, uma vez derrotada, a esquerda esforçou-se por vencer, na batalha das letras, aquilo que perdeu no embate das armas. Tal atitude foi desde o início caracterizada pelo lado castrense como revanchista e inoportuna. Mas, em geral, o argumento que unifica a crítica militar às tentativas da esquerda de construir uma narrativa própria sobre os acontecimentos de 1968-1975 adquire um caráter um pouco mais formal. Segundo essa perspectiva, depois da Lei da Anistia de 1979, qualquer esforço de trazer à lembrança o que efetivamente ocorreu na breve e brutal repressão aos grupos da esquerda brasileira (não apenas armada, vale registrar) representaria uma violação ao próprio princípio da Anistia. Conforme essa ótica, anistiar é zerar as contas e, portanto, esquecer.⁶⁴

Do ponto de vista dos militares, portanto, a denúncia das violações de direitos humanos seria uma violação de um pacto de conciliação assinado com a Anistia, em outras palavras, um pacto de silêncio. Mas como as esquerdas não teriam “respeitado” tal pacto, ainda na década de 1980, começaram a surgir vozes de militares buscando dar o seu ponto de vista. Para Martins Filho, no entanto, essa primeira fase se mostrou decepcionante:

Este primeiro exemplar da reação castrense à memória da esquerda é, no entanto, decepcionante, enquanto refutação histórica ou argumentação discursiva. Limita-se a reproduzir a versão oficial sobre o perigo comunista de 1935 a 1974, ao mesmo tempo em que tenta elaborar uma antropologia darwinista do povo brasileiro com tom surpreendentemente racista, além de reiterar os já conhecidos elementos da Doutrina da Segurança Nacional e a da doutrina francesa da Guerra Revolucionária, denunciando o avanço da subversão na Igreja Católica e prometendo a volta dos militares ao poder, caso os comunistas não se emendassem. Nesse sentido, pode ser visto como uma espécie de reflexo condicionado da mais pura ideologia da guerra fria.⁶⁵

62 D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio; CASTRO, Celso. *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro, Ed. Relume-Dumará. 1994.

63 MARTINS FILHO, J. R. *A guerra da memória: a ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares*. Revista Varia História, nº 28, 2002.

64 Ibidem. p. 180

65 Ibidem. pp. 187-188

O comentário acima se refere principalmente a obra *Brasil Sempre* de Marco Pollo Giordani, lançada em 1986. Uma nova fase desse combate se iniciaria no início da década de 1990, pela iniciativa dos pesquisadores da FGV já mencionados, que levaram a cabo entrevistas com uma série de militares, através do recurso da história oral, além de uma vasta bibliografia de memórias.⁶⁶ Nesse momento de maior prolixidade das vozes militares, aparece a já bem conhecida justificativa dos “excessos” através da noção de que ambos os lados se excederam.⁶⁷ Martins Filho aponta fatores mais gerais para o surgimento desse tipo de discurso por parte dos militares:

Essas visões claramente expressam uma preocupação típica dos anos 90, no clima do final da guerra fria, do avanço da globalização e da consolidação do regime civil. Nesse quadro, com distanciamento histórico da fase aguda da ditadura militar, os oficiais cujo final de carreira se deu já no regime civil parecem não ver problemas em admitir o que todo mundo já sabe. O que permanece sem alterações é a recusa a aceitar a tortura como parte integrante da política do Estado militar.⁶⁸

O projeto do CPDOC sobre a memória militar resultou na realização de 20 entrevistas e na publicação de três livros: *Visões do Golpe*, *Os Anos de Chumbo* e *A Volta aos Quartéis*.⁶⁹ Alguns anos depois a Biblioteca do Exército, no ano de 2003, lançou uma coleção de História Oral do Exército, com 15 tomos dedicados à memória sobre o golpe, intitulados *1964, 31 de março: o movimento revolucionário e sua história*.⁷⁰

As torturas, assassinatos e desaparecimentos forçados foram e ainda são os pontos mais sensíveis em relação à memória do período. Tanto é que a própria CNV, como já mencionei, foi criada pensando exatamente nessas questões. Enquanto a memória militante busca enfatizar sempre e constantemente a virulência da repressão e seus métodos brutais, a memória militar tende a relativizar tais violências, ao mesmo tempo que as justifica através de discursos difusos, como os já mencionados “excessos” de ambos os lados, à impossibilidade de controlar totalmente os subordinados, entre outros.

Além das entrevistas do CPDOC, para a confecção do capítulo 2, incorporei os 27 depoimentos de sobreviventes constantes no livro *Luta, substantivo feminino*, terceiro livro

66 MARTINS FILHO. Op. Cit. pp. 188-189

67 Ibidem. p. 191

68 Ibidem. pp. 191-192

69 D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio; CASTRO, Celso. *Visões do Golpe*: 12 depoimentos de oficiais que articularam o golpe militar de 1964. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.; D'ARAUJO; SOARES; CASTRO. *Os Anos de Chumbo...*; D'ARAUJO; SOARES; CASTRO. *A volta aos quartéis*: a memória militar sobre a abertura. Rio de Janeiro: Relume – Dumará, 1995.

70 MOTTA, Arilcides de Moraes (Coordenação Geral). *31 de março: o movimento revolucionário e sua história*. Rio de Janeiro: Biblioetca do Exército Editora, 2003. 15 tomos

confeccionado a partir do relatório *Direito à memória e à verdade*, de 2007.⁷¹ O livro consiste no registro de vida e morte de 45 mulheres que se opuseram a ditadura civil-militar, além de conter os mencionados relatos. A análise desse material enriqueceu em muito a escrita do capítulo e me permitiu torná-lo mais complexo e completo.

Entendo que a ditadura foi um momento traumático para a sociedade brasileira e deixou profundas marcas na mesma e em seus indivíduos. As memórias das pessoas atingidas pela violência institucionalizada costumam passar por um demorado processo de elaboração e reelaboração. O trauma, definido por Márcio Seligmann-Silva “é caracterizado por ser uma memória de um passado que não passa”.⁷² E sendo assim, não permite aos traumatizados seguirem em frente com suas vidas.

O processo de reabilitação de pessoas vitimadas por grandes traumas é atravessado pela necessidade de narrar o trauma, de testemunhar sobre os sofrimentos pelos quais passou. Em situações de violência massiva e institucionalizada, como é o caso das ditaduras latino-americanas, a possibilidade de narrar o trauma se vê bloqueada pela narrativa oficial que pretende o esquecimento desse passado como pré-requisito para a unidade nacional e o progresso do país. De acordo com Pollak, “o longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais”.⁷³ Nesse sentido, o silenciamento deliberado das vítimas de violência estatal não gera um esquecimento, muito menos uma “reconciliação nacional” ou algo do tipo, tendo em vista que o trauma social causado pela violência ditatorial não pode se resolver. Sem a responsabilização dos perpetradores, sem o julgamento daqueles que violaram os Direitos Humanos mais básicos de outros concidadãos, nunca se poderá fechar essa ferida, nunca se poderá virar essa página.

Mas apenas narrar o trauma não é o suficiente: é necessário que haja ouvidos para receber esse testemunho; o testemunho não cumpre totalmente sua função sem a escuta: “Para poder relatar seus sofrimentos, uma pessoa precisa antes de mais nada encontrar uma escuta”.⁷⁴ Ou como escreve Seligmann-Silva: “Sem a nossa vontade de escutar, sem o desejo de também portar aquele testemunho que se escuta, não existe o testemunho”.⁷⁵ Creio que o espaço criado

⁷¹ MERLINO, Tatiana; OJEDA, Igor (orgs). *Direito à memória e à verdade: Luta, substantivo feminino*. São Paulo: Editora Caros Amigos, 2010.

⁷² SELIGMAN-SILVA, Márcio. *Narrar o trauma: A questão dos testemunhos de catástrofes históricas*. Psic. Clin., Rio de Janeiro, Vol. 20, n. 1, p.65-82. 2008. p.69

⁷³ POLLAK, Michael. *Memória, Esquecimento, Silêncio*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.2, n.3, 1989, p. 3-15. p.5

⁷⁴ Ibidem. Op. Cit. p.6

⁷⁵ SELIGMAN-SILVA. Op Cit. p.72

pela Comissão Nacional da Verdade para tomada de depoimentos cumpra com essa função social de escuta, já que não apenas o/a depoente tem sua fala ouvida por muitas pessoas, mas também essa fala se vê publicizada e transformada em livros e relatórios: o testemunho é assimilado socialmente e gera consequências práticas, mesmo que não sejam as consequências que gostaríamos.

Ao trabalhar com tais depoimentos, poderei analisar elementos que foram marcados nas memórias dos/das depoentes pela violência dos agentes estatais. As terríveis experiências vividas nos porões da ditadura não se apagarão das memórias dos/as atingidos/as, mas seu conhecimento público tem grande utilidade ao ajudar a recompor a memória social sobre o período ditatorial pelo qual o Brasil passou.

Tendo em vista o acima exposto, creio que os depoimentos da CNV se mostraram adequados para a finalidade de minha pesquisa. Através da fala das vítimas, é possível captar falas e ações dos agentes repressivos nos terríveis momentos de tortura, pois são memórias fortes e importantes para aqueles que as possuem.

Esta dissertação será dividida em 3 capítulos, sendo o primeiro *Masculinidades, o discurso militar e a lógica do butim de guerra*, um momento onde desenvolvo minha visão sobre as masculinidades policiais e militares, como elas atuam na sociedade e como elas estiveram presentes na constituição do próprio regime ditatorial e das forças repressivas. Discorro também sobre o discurso militar e sua influência na memória sobre a ditadura. Exponho, ainda, como a lógica da guerra interna e do butim de guerra possibilitou e legitimou diversas violências contra os/as militantes de esquerda e pessoas próximas dos mesmos.

No capítulo 2, *Masculinidades e violência/tortura sexual*, devido ao grande número de relatos de violência de caráter sexual, bem como por minha experiência de trabalho com o tema, discorrei sobre a forma como as masculinidades policiais e militares foram mobilizadas para agredir, de forma sexual, mulheres e homens em ambiente de tortura, mas não somente neste, levando em consideração a anteriormente referida lógica do butim de guerra.

O capítulo 3 *Masculinidades, respeito, burocracia e violência*, será baseado na leitura anteriormente citada de Huggins, Fatouros e Zimbardo, os quais identificaram três tipos de masculinidades em policiais assassinos e torturadores brasileiros: burocrática, personalista e mista. Como estudarei os seus comportamentos de gênero dos agentes repressivos perceptíveis através dos depoimentos, necessitarei analisar mais detidamente apenas as duas primeiras, já que a terceira se baseia em traços específicos das duas primeiras. Buscarei expor como o

entrelaçamento entre a estrutura burocrática e as masculinidades policiais e militares facilitaram e moldaram o processo de tortura. Também tratarei de analisar como aqueles policiais e militares que tomaram o processo político enquanto uma questão mais pessoal e se envolveram de forma mais próxima ao processo de repressão política moldaram a tortura durante a ditadura civil-militar.

CAPÍTULO 1. MASCULINIDADES, O DISCURSO MILITAR E A LÓGICA DO BUTIM DE GUERRA

Neste capítulo irei discutir a questão das masculinidades militares e policiais nas Ditaduras de Segurança Nacional no Cone Sul, focando na lógica do butim de guerra, suas premissas, práticas e consequências. É importante compreender como o discurso militar do conflito armado borra as linhas do socialmente permitido/proibido naturalizando uma ampla gama de violências físicas, simbólicas e psicológicas sob o pretexto de uma “situação de exceção”, uma luta contra um “mal maior”. Por isso analiso as formas que o discurso militar sobre a ditadura de SN brasileira assume, principalmente quando se refere ao conflito com as esquerdas e à tortura. Para tanto, o capítulo está dividido em três partes: a primeira, que versará sobre as masculinidades militares e policiais e sua importância na formação dos meninos e homens; a segunda que tratará sobre a lógica do butim de guerra e o discurso militar; e a terceira, onde analisarei, de forma geral, como as masculinidades dos repressores reagem ao confronto com as/os militantes.

1.1 Somos todos soldados: hegemonia das masculinidades militares e policiais

Leonardo Hidaka (Comissão Nacional da Verdade) - General Álvaro, o senhor teve alguma seqüela em virtude do tiro que o senhor recebeu? Como foi a sua recuperação?

Álvaro de Souza Pinheiro - Eu não vou tratar disso. Eu digo pra você o seguinte, essas coisas pra mim são muito sérias, entendeu? E eu ficar contando aqui, entendeu? O único animal que tem pena de si mesmo na terra, é o homem. Você vai aí fora, temperatura dez abaixo de zero, passarinho desse tamanho, ele sabe que ele vai morrer congelado, mas ele não tem pena de si mesmo, é ou não é verdade? Eu não vou dizer a você o que eu sofri, não vou dizer pra você nada sobre isso. Eu só quero dizer a você, que eu tenho um orgulho muito grande, que é o *grande legado* que eu deixo para os meus dois filhos, sendo que o mais velho é militar também, e é comando, paraquedista, forças especiais, é que eu *já nunca perdi a dignidade. Todas as dificuldades que eu enfrentei, eu as enfrentei direto, superando-as* como elas tinham que ser superadas. Porque eu não fui o único, tenho companheiros que infelizmente tiveram seqüelas pra todo o sempre, tivemos companheiros que não voltaram, aquilo era guerra. Nós estamos falando de guerra, nós estamos falando de guerra de curta distância, nós estamos falando de combate na selva, com fuzis, nós estamos falando de calibre 762 milímetros, ponto trinta, já ouviu falar nisso? Você imagina o buraco que faz um projétil a dez metros de distância, você já imaginou como é? Não é muito fácil, não (risos).⁷⁶

Antônio Carlos Fon - [...] havia uma expressão, você que faz, está no grupo de trabalho de gênero, polícia, ainda é hoje, mas na época era muito mais, é um ambiente extremamente masculino e machista e extremamente pervertido. [...] uma

76 Álvaro de Souza Pinheiro. Depoimento à CNV, 2013. pp. 17-18 [grifos meus]

outra demonstração de como se dava esse machismo, essa coisa, havia uma expressão que se usava muito, que era *coisa de homem*. Qualquer coisa, coisa de homem. Significa o seguinte, mais ou menos como no jogo do bicho, vale o escrito, o combinado era... E, eu fiquei muito conhecido por isso, porque eu cumpria acordos, coisa de homem. [...] O acordo comigo era coisa de homem. Então, isso me permitia ter informações que a maioria não tinha, porque confiavam em mim.⁷⁷

Escolhi essas duas passagens na intenção de iniciar um debate sobre as masculinidades militares e policiais. A primeira passagem é de autoria de Álvaro de Souza Pinheiro, general do Exército, envolvido com a repressão à guerrilha do Araguaia. O general não apenas se recusa a falar de um ferimento que sofreu – algo que o mesmo parece entender como sinal de fraqueza, ou quem sabe de vergonha? –, como também apela para uma consideravelmente longa explicação do porquê de sua recusa. O discurso do militar tangencia a pergunta e busca o foco em questões mais nobres: o “grande legado” que ele teria deixado para seus filhos, a dignidade que ele nunca perdeu, a sua capacidade de enfrentar as dificuldades e superá-las, e claro, os perigos de um conflito armado. O militar evade o assunto do ferimento, me parece, justamente por causa de sua “baixeza”, ou seja, não há necessariamente heroísmo e honra em ser ferido: ser tirado de combate pelo inimigo pode ser uma situação inglória, além de dolorosa. Existe um entrelaçamento entre a masculinidade do militar e sua performance em combate de tal forma que ser ferido pode ter lhe dado a sensação de ser reduzido enquanto homem. Por isso, talvez a insistência em falar sobre coisas que o colocam lado a lado com outros militares e dentro de uma instituição vitoriosa: seja os perigos da guerra, enfrentados bravamente, ou o legado proveniente dessa coragem, o discurso de Álvaro consegue, ao mesmo tempo, subsumi-lo no seio de uma instituição bem-sucedida e enaltece-lo como membro da mesma, mitigando ou até mesmo fazendo desaparecer a sua “vergonha”.

Já na segunda passagem temos a fala de Antônio Carlos Fon, militante da ALN e jornalista policial, que trabalhou com a polícia civil de São Paulo. Em sua fala, claramente influenciada por discussões feministas que provavelmente não se colocavam para ele naquele momento, Antônio nos deixa entrever um pouco da masculinidade dos policiais no período ditatorial. “Coisa de homem” é entendida como ter honra, cumprir com sua palavra, ser confiável, entre outras coisas. Essa expressão apresenta implicitamente uma divisão entre uma suposta seriedade e confiabilidade masculina em contraposição a uma suposta frivolidade feminina. Pois o que seria “coisa de mulher” na mentalidade desses policiais?

Defendo a ideia de que as masculinidades militares e policiais se encaixam na categoria

⁷⁷Antônio Carlos Fon. Depoimento à CNV, 2013. p. 6

de masculinidades hegemônicas, por serem uma referência do que é “ser homem” no mundo ocidental na modernidade. Ana Colling se utiliza de Michele Perrot para afirmar que existem três bastiões de resistência à entrada da mulher no mundo do público e do poder: o militar, o religioso e o político.⁷⁸ Diante dessa afirmação podemos entender que esses três âmbitos, apesar do crescente espaço aberto às mulheres, são vistos como eminentemente masculinos. Porém, nem sempre o âmbito militar foi fechado às mulheres. Sabina Loriga, em artigo intitulado *A experiência militar*, aponta para o fato de que “até o início de século XIX, as mulheres participavam normalmente da vida dos exércitos, trabalhando como lavadeiras, remendeiras, cozinheiras, prostitutas”.⁷⁹ Crianças, mulheres e velhos eram presença comum nos exércitos. A visão do militarismo como algo masculino e juvenil é bastante recente:

A associação entre a guerra e a "máscula" juventude nem sempre foi válida, mas amadureceu lentamente, no decurso do século XIX, para difundir-se e consolidar-se só nas primeiras décadas deste século [XX]. Os exércitos do Antigo Regime representavam um ponto de referência para pessoas de todas as idades: os soldados eram, em geral, homens jovens, na plenitude de suas forças físicas, mas eram recrutados também muitos adultos e velhos, ficando as guarnições frequentemente saturadas de mulheres e crianças. A instituição militar começou a transformar-se num lugar homogêneo, do ponto de vista do sexo e da idade, só no final do século XVIII, quando o serviço militar deixou de ser um ofício para se tornar um dever de todos os machos aptos na faixa dos vinte aos 25 anos.⁸⁰

O movimento mais recente de entrada de mulheres na vida militar, traz uma nova dinâmica de configurações de gênero, pois se em séculos anteriores ao XIX os exércitos foram bastante heterogêneos em relação à faixa etária e gênero, a quebra da pretendida homogeneidade do século XX se mostra desafiadora. Cristina Silva no seu artigo *Masculinidades e feminilidades nas Forças Armadas: uma etnografia do ser militar, sendo mulher*, estuda como é a vida das mulheres militares e suas relações com seus colegas homens. A autora entende, a partir dos depoimentos colhidos, que as militares acabam assumindo atitudes, aparências e comportamentos tidos como masculinos, porque isso as aproxima mais da realidade militar. Sobre um determinado depoimento, de uma cadete que passa a ser considerada por seus colegas como bastante masculina, a autora coloca que

[...] quando a cadete diz que passou a ser vista como homem por seus companheiros, ela acredita que isso a torna mais militar: “alcancei os objetivos comuns a todos”. Neste sentido, para ser vista mais como militar do que como mulher, é preciso

78 COLLING, Ana Maria. *As mulheres e a ditadura militar no Brasil*. História em Revista, Pelotas, vol. 10, dez 2004. pp. 16-17.

79 LORIGA, Sabina. A experiência militar. In: LEVI, Giovanni; SCHMITT, Jean-Claude (Orgs.) *História dos jovens: a época contemporânea*. São Paulo: Ed. Companhia das Letras. 1996. p. 23

80 Ibidem. pp. 39-40

apresentar um conjunto de elementos tidos como mais masculinos. Esses elementos são os próprios valores apreendidos na Academia, como os ideais de liderança e coragem, que sempre foram marcados, seja no mundo militar ou no civil, como valores “inatos” do homem. A instituição militar, portanto, é vista como um espaço masculino.⁸¹

Ou seja, as instituições militares estão calcadas em padrões tidos como masculinos, são formatadas e pensadas para homens e não para mulheres. O relato acima citado evidencia a exigência de um determinado tipo de comportamento, uma performance. A identidade de militar está intrinsecamente ligada a um tipo específico de masculinidade. Segundo Juliana Mendes, as instituições militares elaboram e constroem diversos modelos que se relacionam e identificam hierarquicamente. Vários padrões são produzidos em um mesmo contexto social, mas sempre há uma masculinidade hegemônica sustentada por outras ao seu redor.⁸² As Forças Armadas são vistas, em geral, como um local de formação masculina, ou melhor, um lugar onde se “aprende a ser homem”. Mas o que isso significa? Nesse momento, já podemos inferir algumas respostas. Através das passagens transcritas no início dessa sessão, algumas características saltam aos olhos: a honra, a coragem, a confiabilidade e a coesão de grupo. Acrescento aqui também a grande preocupação com o corpo, a higiene, a educação física e a violência, traços marcantes da vida militar, assim como da vida policial. Me deterei em uma breve análise sobre tais características, na medida em que elas me auxiliarão em argumentações posteriores.

Sobre a *honra*, busquei uma sistematização do debate ao redor do conceito no artigo de Fabíola Rohden, *Para que serve o conceito de honra, ainda hoje?*, tendo em vista a grande produção bibliográfica sobre o assunto e o meu escasso acesso à mesma.⁸³ Rohden argumenta que os textos de J.Pitt-Rivers foram os mais precisos na definição do conceito:

Honra aparece como possuindo uma estrutura geral presente nas instituições e valores de uma determinada cultura. Seus princípios estariam em toda parte, mas seu significado variaria no tempo, no espaço e de uma classe para outra. [...] Além disso, honra poderia ser entendida como um nexos entre os ideais da sociedade e a sua reprodução no indivíduo (Pitt-Rivers 1971), o que abre dois leques de apreciação: a) honra como atributo individual; e b) honra com relação às solidariedades sociais.⁸⁴

Como atributo individual, a honra “é o valor que uma pessoa tem aos seus olhos e aos olhos da sociedade, por meio da conformação a determinadas formas de conduta. É uma reclamação pessoal de orgulho e também a aceitação do direito ao orgulho.”, mas também se

81 SILVA. Op. Cit. p. 12

82 MENDES. Op Cit. p. 88

83 ROHDEN, Fabíola. *Para que serve o conceito de honra, ainda hoje?* Revista Campos, v. 7(2). pp. 101-120. Rio de Janeiro, 2006.

84 Ibidem.Op. Cit. p. 105

expressa através do comportamento físico e sua guarda e arbítrio ficam a cargo dos homens. “Apenas os considerados incapazes (mulheres, doentes, idosos, padres) têm direito a defensores. Aos outros, recusar-se a enfrentar pessoalmente uma ofensa pode também produzir desonra.”⁸⁵ Já com relação às solidariedades sociais, a autora afirma que:

Os grupos sociais possuem uma honra coletiva relacionada à honra de cada membro. A conduta desonrosa de alguém se reflete na honra de todos, ao mesmo tempo em que cada indivíduo participa da honra de todo o grupo. Desde a família até a nação, nos mais diversos grupos, uma pessoa é investida da honra de todo o grupo.⁸⁶

As duas disposições me parecem importantes no sentido de pensar uma “honra militar”, já que, em nível de grupo, cada militar carrega a representação da instituição em suas costas, o que acarreta a visão de que a falha do indivíduo reflete diretamente no corpo da tropa. Tal definição obriga a “conformação a determinadas formas de conduta”, essenciais para a manutenção da honra coletiva, mas também individual, e garante a reclamação de orgulho pessoal, visto como um direito obtido através da submissão às regras de conduta.

A *coesão de grupo*, ou no caso militar, o “espírito de corpo” é uma característica de masculinidade que parece gerar uma série de direitos e deveres para aqueles que a ostentam. De acordo com Celso Castro:

Um ponto comum aos sociólogos que escreveram sobre as academias militares nos Estados Unidos é o destaque que dão à intensidade do processo de socialização profissional militar, combinado ao fato de que esse processo ocorre em relativo isolamento ou autonomia. Por isso, comparada a outras profissões, a militar representaria um caso-limite sociológico, contribuindo para uma grande coesão ou homogeneidade interna (“espírito-de-corpo”), mesmo que frequentemente ao preço de um distanciamento entre os militares e o mundo civil.⁸⁷

Essa coesão interna possibilita discursos como o do general citado no início desse capítulo, dá a “vantagem” de subsumir “falhas” individuais nos “sucessos” coletivos. Por outro lado, a homogeneidade cobra a confiabilidade entre os seus membros, a coragem para defender uns aos outros nas mais diversas situações, pois a honra do indivíduo está em jogo. A oposição marcada entre os militares e os “paisanos” é um artifício potente para a construção dessa coesão. Os militares seriam mais do que diferentes dos civis, de acordo com Castro:

E não apenas diferentes, mas também melhores. São melhores - nessa visão - não individualmente, mas porque eles - enquanto coletividade, corpo - *viveriam da maneira correta*. Englobando e fundamentando todos os níveis de características

85 ROHDEN.Op. Cit. p. 105

86 Ibidem. p. 106

87 CASTRO. Op. Cit. p. 31

diferenciais entre militares e paisanos acima mencionadas existe uma experiência totalizadora e básica para a identidade militar: a da preeminência da coletividade sobre os indivíduos.⁸⁸

A “maneira correta de viver” que as FA ensinam aos seus membros não se reduz apenas ao exercício da profissão, ao horário de trabalho ou aos muros do quartel. Como aponta Castro, os comportamentos dos cadetes fora da AMAN são controlados por regulamento.⁸⁹ Diferente de outros profissionais, o militar carrega o peso da instituição mesmo quando está de folga, férias ou mesmo após a aposentadoria, como afirma Mendes:

O Exército possui nas suas bases a premissa de “ensinar” a coragem, o respeito e a hierarquia. Ele objetiva o aperfeiçoamento daqueles que adentram sua instituição. Na rotina de um quartel, os militares são inseridos num processo civilizador no sentido de Norbert Elias (1994). Eles aprendem a “ser homem” e a ter controle sobre o próprio corpo como instrumento e expressão de dominação. É dessa forma que o militar aprende a ver o mundo e a viver num sistema a partir de regras e de uma noção de coletividade. A vida militar é construída em grupo, e num grupo organizado em que “todos” os movimentos são ditados por regras, onde a posição é mais importante que o indivíduo e no qual, mesmo após a aposentadoria, ele ainda está sujeito ao estatuto militar e às regras de disciplina.⁹⁰

Nas instituições militares e policiais, os indivíduos acabam por representar a instituição frente à sociedade. Por isso, o disciplinamento e a regulamentação alcançam todos os âmbitos das vidas de seus membros. Particularmente importante é a *marca distintiva dos corpos*. É necessário que o militar e o policial sejam limpos, asseados, se vistam bem, sejam polidos. As regras militares sobre o corte de cabelo e a barba são exemplos dessa questão. Cláudia Mauch, em sua tese de doutorado, intitulada *Dizendo-se autoridade: polícia e policiais em Porto Alegre, 1896-1929*, separa uma sessão de seu trabalho para analisar a masculinidade desses policiais no período proposto. A autora expõe como os regulamentos policiais propunham aos policiais

Moderação e autocontrole, contenção dos gestos, boas maneiras e asseio sem, no entanto, perder os atributos de força, firmeza, energia e gravidade. Tratava-se, em suma, de uma *virilidade civilizada* a serviço do policiamento.⁹¹

Apesar de contextos bastante diversos, creio que esse modelo de virilidade civilizada seguiu orientando o comportamento das polícias brasileiras nas décadas seguintes. Interessante

88 CASTRO. Op. Cit. p. 43 [grifos do autor]

89 Ibidem. p. 19

90 MENDES. Op Cit. pp. 94-95

91 MAUCH, Cláudia. *Dizendo-se autoridade: polícia e policiais em Porto Alegre, 1896-1929*. Tese de Doutorado. PPGH-UFRGS, Porto Alegre, 2011. p. 200

notar que todos os comportamentos e características descritas na citação acima se encaixam perfeitamente com o modelo militar vigente até os nossos dias.

Finalmente, o *condicionamento físico* é questão essencial na formação militar e policial, tornando-se também elemento fundamental na construção de suas masculinidades. De acordo com Jonas Oliveira em seu artigo *O corpo como significado ou o significado do corpo: poder, violência e masculinidade na polícia militar*, onde o autor leva a cabo uma pesquisa junto a policiais militares do Rio de Janeiro, analisando o corpo em sua dimensão simbólica, entre os PMs, é comum a associação entre corpo malhado e disposição. Quanto mais malhado e forte, mais disposição o possuidor deste demonstra ter para enfrentar a criminalidade. Assim, é comum a associação entre o corpo e um ideal de masculinidade comum à instituição policial.⁹² Essa mesma construção simbólica sobre o corpo pode ser encontrada nas Forças Armadas, talvez com alguns significados diferentes, de acordo com o mesmo autor:

Nas Forças Armadas também encontramos uma lógica semelhante quando se trata de demonstrar disposição como artifício fundamental para reforçar a masculinidade. Aqueles que conseguem demonstrar mais disposição para agüentar os pesados exercícios físicos, a fome, as simulações de combate etc. são considerados “homens de verdade” entre os pares e naquele contexto, masculinidade se torna símbolo de prestígio.⁹³

A boa forma física, portanto, está associada tanto a uma funcionalidade prática – disposição para combater o crime ou o inimigo no campo de batalha – quanto simbolicamente a uma forma de prestígio e reconhecimento. Na já mencionada hierarquia de gêneros, um determinado indivíduo pode “subir alguns degraus” ao se mostrar fisicamente mais capaz que outros homens. Além da construção corporal, o ideário de violência é bastante similar entre as instituições e também deve ser considerado como elemento de constituição de um modelo de masculinidade hegemônica. Oliveira irá afirmar que a violência policial pode ser entendida através dos estilos de masculinidades comuns na polícia militar e que essa instituição reforça valores masculinos disponíveis na sociedade:

Não seriam os policiais um modelo de masculinidade hegemônica? A masculinidade fornece os pressupostos ideológicos com os quais os policiais organizam as suas ações. Quando pensamos em masculinidade, estamos na verdade buscando compreender quanto e como e até que ponto a relação entre homens e mulheres está estruturada em práticas construídas socialmente, imputando uma “lógica masculina” e, por conseguinte, uma dominação masculina não apenas sobre as mulheres, mas sobre toda a construção simbólica que constitui as representações sociais e as ações

92 OLIVEIRA, Jonas Henrique de. *O corpo como significado ou o significado do corpo: poder, violência e masculinidade na polícia militar*. Revista Vivência nº 35, 2010. p. 101-117.

93 Ibidem. p. 112

coletivas.⁹⁴

Partindo das reflexões apresentadas até o momento, podemos entender que devido ao intenso disciplinamento que transpõe as paredes dos quartéis, tendo reflexos na sociedade como um todo, o ideal militar passa a ser um tipo de modelo para a população civil, principalmente os homens. A educação física e os esportes podem se tornar formas de competição através dos quais os meninos buscam afirmar sua masculinidade. Segundo Loriga, a partir da segunda metade do século XIX, a ginástica passou a ser matéria obrigatória nas escolas em quase todos os países europeus, pois o militar passou a ser exemplo a ser imitado no plano físico.⁹⁵ A *violência*, característica essencializada nos ofícios da guerra e do combate ao crime, também transborda em direção à formação dos homens de uma forma mais geral. Connell e Pearse refletem sobre o papel da violência na formação dos meninos australianos:

Os homens estão desproporcionalmente envolvidos em situações de violência parcialmente porque são preparados para isso. Mesmo que os padrões de criação das crianças variem entre culturas, o quadro encontrado na Austrália não é incomum. Os meninos australianos são estimulados - por seus pais, escolas e pela mídia de massas - a praticar esportes competitivos, como o futebol, em que a dominação física é celebrada desde a mais tenra idade. [...] Mostrar-se capaz de cometer atos violentos se torna, então, um recurso social. Meninos da classe trabalhadora, que não têm acesso a outros recursos que os encaminhem a uma carreira, são massivamente recrutados para funções que operam com violência: polícia, Forças Armadas, segurança privada, crimes de colarinho azul e esportes profissionalizados. As mulheres jovens são as principais recrutadas para as funções que lidam com as consequências dessa violência: enfermagem, psicologia e assistência social.⁹⁶

Várias características do militarismo e do ideal de vida militar compõem o ideal hegemônico de masculinidade ocidental. O gosto dos meninos por combates, armas, brincadeiras e filmes que envolvem guerra e violência, é exemplo desses valores na formação dos homens desde muito cedo. De acordo com Loriga:

Para um jovem, a primeira prova de potência viril era o exame do serviço militar, como lembrava um dito comum na Itália centro-setentrional, segundo o qual "quem não é bom para o rei não o é tampouco para a rainha". Contudo, mesmo atribuindo imensa importância à ginástica, muitos grupos nacionalistas consideravam que o fundamento de "uma educação máscula e austera" seria muito mais que corpóreo: o que estava em jogo não era a força bruta nem a coragem, mas sim "um modelo de moralidade e de bons hábitos".⁹⁷

Apesar de tratar de um contexto bastante diverso, a ideia geral de que uma educação aos

94 OLIVEIRA. Op. Cit. p. 107

95 LORIGA. Op. Cit. p. 36

96 CONNELL; PEARSE. Op. Cit. pp. 35-36

97 LORIGA. Op. Cit. p. 37

moldes militares seria necessária para formar homens valorosos, não só fisicamente, mas moralmente, em alguma medida, permanece.

1.1.1 Vigilância e repressão

Dirce Machado da Silva - [...] Tinha um cara que passava para lá e para cá, esse eu não sei o nome, fazendo gozação, brigando, dava pontapé em um, chute no outro e aquela coisa toda, aí eu perguntei para ele assim: “O senhor é casado?” Ele respondeu que sim. “Tem filhos?” “*Claro que tenho, eu não sou viado*”. Aí eu falei: “Como que o senhor pega nos seus filhos com a mão suja de sangue dos outros?” Ele falou: “Quem faz pergunta aqui sou eu”, mas não voltou mais lá.⁹⁸

O depoimento acima citado foi dado por Dirce da Silva, ex-militante do PCB, e se refere a uma conversa com um guarda numa prisão de Brasília. Como podemos perceber, mesmo sem nenhuma insinuação de questionamento à masculinidade heterossexual do guarda, ele se viu em posição de defendê-la, o que demonstra a extrema fragilidade dessa configuração e também um *costume* muito arraigado de defesa da mesma. O meu objetivo com a citação acima é iniciar uma breve discussão sobre a temática que dá título à sessão. Para que o ideal de masculinidade mantenha sua vigência, um constante trabalho social de vigilância e repressão de comportamentos considerados “não-masculinos” e/ou talvez “pouco masculinos”, visando o enquadramento dos meninos e homens dentro da norma da masculinidade hegemônica, se faz necessário. Segundo Juliana Mendes:

é imposto ao menino, desde muito cedo, um comportamento “viril” e, caso ele fuja às regras, será rapidamente reconduzido ao seu caminho por força das coações sociais que lhe são impostas. Se o menino optar por algumas das “coisas proibidas”, sua masculinidade será colocada em xeque. Nesta perspectiva, um importante aprendizado corporal da masculinidade pelos garotos está também relacionado a sua socialização na escola, em seus grupos de pares, assim como nas relações adulto/criança.⁹⁹

Esse processo de socialização tem muitas facetas e níveis de atuação, mas estão constantemente presentes. Um dos elementos mais recorrentes são as “piadas” e “brincadeiras”, geralmente de caráter homofóbico ou misógino, que aparecem com frequência na convivência entre meninos e homens. Podemos entender esse mecanismo como uma forma de punição dos desvios de gênero, por menores que esses sejam. O riso e a humilhação funcionam como inibidores de comportamentos mais livres. Além disso, fica visível o aspecto performativo do gênero, já que um determinado tipo de atuação é exigido para que se escape às punições, um

98 Dirce Machado da Silva. Depoimento a CNV, 2012. p.23 [grifos meus]

99 MENDES. Op Cit.p. 81

“aprendizado corporal”. Ainda sobre a questão do controle das masculinidades através do riso, Mendes aponta que

Essas piadas e brincadeiras entre os homens são, efetivamente, uma maneira de lembrá-los de que sua masculinidade é frágil e que precisa estar sendo constantemente construída e reconstruída. Os homens devem estar atentos ao controle de seu corpo, no qual o fantasma da feminilidade é colocado em forma de brincadeira, sempre transformando a vítima em mulher simbólica. É a partir de piadinhas inocentes, quase corriqueiras em nosso dia-a-dia, que, acredito, cria-se no mundo masculino uma rede de vigilância em que os homens têm poder sobre outros, mas não sobre si próprios. Desse modo, a piada se constitui como um importante elemento de construção da masculinidade.¹⁰⁰

Esta constante vigilância, baseada no medo da feminilidade, acaba por inferiorizar tudo aquilo associado à dita feminilidade, principalmente as mulheres. Criando-se a vítima enquanto mulher simbólica, gera-se a base para que a sensibilidade dos futuros homens em relação às mulheres seja minimizada, ou seja, um bloqueio da empatia, um conformismo e naturalização do posicionamento das mulheres enquanto vítimas. E também relega qualquer homem posto em uma posição de vítima a um *status* “feminino”.

A vigilância em relação a sua própria masculinidade e a dos outros faz parte da configuração do gênero; é necessária para mantê-lo. É importante frisar, porém, que essa vigilância se manifesta por outros meios como a humilhação e a violência física direta. Como já mencionei, os homens em geral vivem numa lógica de recursos escassos, onde não há masculinidade suficiente para todos e, portanto, reduzir o outro em seus atributos masculinos é agregar maior valor aos seus. Esse “jogo”, bastante opressivo, considera as mulheres apenas como recursos. Existe uma necessidade de exclusão e subordinação das mulheres como forma de afirmação e reforço.

1.1.2 Disciplinamento e obediência: a lubrificação das engrenagens

Creio que as instituições policiais compartilham muito desse mesmo ideário militar (não apenas as polícias militares brasileiras, mas as civis também), ainda mais se pensarmos na subordinação das polícias estaduais ao Exército, a partir do decreto-lei nº 667, de 2 de julho de 1969, que causou um processo de intensa militarização dessas mesmas forças.¹⁰¹ No entanto, Elio Gaspari enxerga, em sua análise, uma inversão desse processo, devido à integração com as forças policiais:

100 MENDES. Op Cit. p. 84

101 http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/De10667.htm Acessado em 20/11/2017.

O que se apresentava como uma militarização das operações policiais tornou-se uma policialização das operações militares. O delegado Sérgio Fleury não ficou parecido com um oficial do Exército. Eram oficiais do Exército que ficavam parecidos com ele.¹⁰²

Mesmo que não possamos acreditar que o gênio de um delegado tenha servido de modelo para o comportamento dos oficiais do Exército, é bastante crível que os procedimentos policiais, dos quais o Exército carecia de conhecimento e prática, tenham sido absorvidos pelos militares afim de aprimorar o trabalho repressivo.

Dito isso, é importante compreender como essas instituições conseguem difundir e reforçar esse ideário entre seus membros. A intensa convivência com pares, sob estrita disciplina, torna seus membros mais afeitos ao pensamento militar e policial. Mesmo os policiais, que convivem mais diretamente com a população civil, enxergam a sociedade sob as lentes da profissão policial. Como já afirmei anteriormente, entendo as instituições militares e policiais como instituições totais, segundo o conceito de Goffman, e creio que o intenso disciplinamento facilita o exercício de violências contra os/as presos/as políticos/as.

Parte desse processo se dá de forma “informal”, ou mesmo ilegal. Me refiro ao trote. Para desenvolver essa questão, me utilizarei dos livros de Celso Castro (para o caso militar) e de Huggins, Fatouros e Zimbardo (para o caso das polícias). Apesar de proibido no regulamento militar, é prática corrente e defendida tanto pelos que o aplicam quanto pelos que o sofrem, conforme se lê no estudo de Castro:

Vários oficiais com os quais conversei defenderam o trote como um aspecto positivo e necessário, e existe uma espécie de acordo de cavalheiros entre oficiais e cadetes do 4º ano no sentido de que os trotes não devem ser "exagerados" nem executados na presença de oficiais; por outro lado, estes fazem "vistas grossas" à sua ocorrência. Por isso os trotes acontecem geralmente à noite ou nos finais de semana e nos alojamentos, para que os oficiais não os vejam.¹⁰³

O fato é que o trote, de maneira geral, é aceito pelos próprios bichos como algo inofensivo e mesmo positivo. Os bichos sabem que não devem reagir aos trotes nem tentar denunciá-los aos oficiais. Se um bicho recusar um trote - "cagar", na gíria acadêmica - terá contra si uma pressão enorme, uma "marcação" por parte dos aspirantes, oficiais e até mesmo dos próprios colegas bichos.¹⁰⁴

O trote se mostra, portanto, como uma dinâmica que faz parte da construção do “espírito-de-corpo” militar. Ele se traduz em atividades aviltantes e vexatórias, que visam a

102 GASPARI. *A ditadura escancarada*. p. 69

103 CASTRO. Op. Cit. p. 27

104 Ibidem. p. 29

coesão de grupo. O trote adquire um caráter de rito de passagem, pois está associado aos processos de transição durante a formação dos militares. A análise que segue ainda é de Castro:

[...]gostaria apenas de realçar o aspecto de rito de passagem do trote. [...] Na Academia, o trote marca a passagem da condição de bicho à de cadete, e estamos diante de um rito de "elevação de status". [...] Isto sempre está claro para o bicho: se ele hoje aceita o trote é porque amanhã estará numa posição em que poderá dar trotes. O trote humilha aquele que aspira a um status superior e lhe ensina que, antes de subir, é preciso descer à posição mais baixa. O trote contribui também para desacreditar qualquer auto-estima que o bicho tenha em função de sua vida pregressa e que queira trazer para a vida militar. Reduzidos simbolicamente a um estado pré-humano (de "bichos"), os novatos só reencontrarão sua dignidade se estiverem de acordo com as exigências da nova situação de vida a que aspiram.¹⁰⁵

Entende-se que o trote está relacionado ao status: seria necessário destruir um status anterior para que o militar pudesse “renascer” para sua nova e melhorada condição social. Analisando o caso das polícias, Huggins, Fatouros e Zimbardo veem o trote como parte da modelagem para obediência à autoridade:

Ele [o trote] tinha papel central na criação da obediência, na modelagem da violência como instrumento viável de controle e no "descomprometimento" moral dos perpetradores da violência quanto à responsabilidade por seus atos. O processo de aviltamento e remodelagem da identidade começava antes mesmo que muitos treinandos tivessem ao menos chegado à Academia da Polícia Militar. O aviltamento do status muito provavelmente tinha a primeira demonstração pública ao ser transportados para a Academia, sem qualquer consideração, sobre a carroceria nua de um caminhão - como gado sendo levado para o matadouro.¹⁰⁶

A maior parte do trote no treinamento da Polícia Militar brasileira assumia a forma de rituais de "aviltamento de status" [...] que proclamavam a transição de um treinando de um status normal e imaculado para um outro aviltado e sujo. Entre os mecanismos para a realização disso, estavam, além de trocar o nome de batismo do treinando por um número e um "nome de guerra", o uso abusivo de xingamentos, de exercícios e punições fisicamente exaustivos, comandos incoerentes e ordens tipo dividir e dominar. Mediante esse trote psicológica e fisicamente violento, os instrutores da Polícia Militar suprimiam a individualidade do treinando e o subordinavam a uma hierarquia que arbitrariamente promovia e legitimava a violência. No decorrer do processo, o treinamento dos policiais militares, em geral, e o trote, em particular, ofereciam lições sobre a aceitabilidade da violência para alcançar os fins desejados. Isso também "descomprometia" moralmente a violência quanto às apreciações legais, sociais ou morais.¹⁰⁷

Os autores se referem apenas às polícias militares estaduais quando se referem ao trote. A semelhança com os procedimentos do Exército, no entanto, é impressionante. Talvez isso se

105 CASTRO.Op. Cit., pp. 30-31

106 HUGGINS, FATOUROS e ZIMBARDO. Op. Cit. p. 273

107 Ibidem. p. 279

deva ao fato de a maior parte dos relatos de trote recolhidos pelos autores virem de entrevistados que passaram seu período de formação durante a ditadura. De qualquer forma, creio que seja importante reter algumas informações das citações acima: a questão do “descompromentimento” moral à que os autores se referem é central para entendermos como torturas e assassinatos em massa podem ser perpetrados por pessoas comuns. Veremos mais adiante, quando discutirei os discursos militares sobre o confronto com as esquerdas brasileiras e sobre a tortura, como a relação entre o trote, o treinamento militar e a aceitabilidade de certos graus de violência como “normais” faz parte da mentalidade repressiva. Além disso, a supressão (ou tentativa de) da individualidade dos treinandos é um fator ligado diretamente à já mencionada coesão de grupo, importante para as FAs e polícias de forma geral, mas ainda mais importante para as unidades envolvidas com a repressão política. Na citação acima, a evocação do “nome de guerra”, prática canônica entre as instituições militarizadas, nos faz refletir sobre como a operação simbólica de troca de status pode ter um tremendo efeito na identidade dessas pessoas. Não pretendo, porém, com essa linha de argumentação, isentar os indivíduos da responsabilidade por seus atos. Ao mesmo tempo que os agentes são disciplinados e socializados, eles também participam ativa e voluntariamente desses processos. Connell e Pearse afirmam que “corpos podem participar de regimes disciplinares não porque são dóceis, mas porque são ativos. Procuram prazer, experiência e transformação”.¹⁰⁸ Existe um movimento duplo: os corpos têm agência e são construídos socialmente.¹⁰⁹ As autoras se referem, principalmente, à dinâmica de construção dos gêneros nos corpos, mas não apenas a isso, tendo em vista a referência a “regimes disciplinares”. Em suma, é necessário manter em mente que, se por um lado os agentes repressivos foram treinados e direcionados para a perpetração de violações dos direitos humanos, eles foram também ativamente participantes desse processo, quiseram fazer parte do mesmo.

1.2 O direito do vencedor: a lógica do butim de guerra em tempos de repressão política

Antônia Ribeiro de Magalhães - [...] Eles ficaram com a minha casa, na minha casa, tudo que tinha na minha casa eles roubaram, de joias que eu tinha. Porque a gente, assim, quando é mocinha, sempre tem assim uma joia. Minha mãe era muito, assim, caprichosa com a gente, sabe? Ela comprava as coisas para a gente. Eu tinha umas coisas que hoje eu [trecho incompreensível], mas uma grana, não é? Se fosse vender hoje. Carregaram tudo. Quando eu cheguei em casa, estava tudo revirado e o que eu tinha de valor eles carregaram tudo.¹¹⁰

108 CONNELL; PEARSE. Op. Cit. p. 96

109 Ibidem.p. 111

110 Antônia Ribeiro de Magalhães. Depoimento a CNV, 2013. pp. 5-6

José Geraldo da Cruz - [...] virei pro coronel: “E esse material que está no arquivo, não sei se o senhor viu – tudo etiquetado – isso foi roubado nosso”, falei: “Tem máquina de escrever, máquina de retrato, caneta de ouro que ninguém nunca achou mais, meus tíquetes de coisa que não achou mais”, “Faz uma lista”, “Fiz a lista”. “Tem coisa que o senhor nunca mais vai ver porque eles roubaram”, roubaram dinheiro.¹¹¹

Marlene de Souza Soccas - [...] Inclusive uma mala cheia de livros, eu perdi tudo aquilo, o meu maior pesar. Mas eles me roubaram tudo, relógio, sombrinha, galocha, tudo, tudo que fosse...

Interlocutora não identificada (Comissão Nacional da Verdade) – Saquearam o seu quarto na pensão.

Marlene de Souza Soccas – Saquearam. Inclusive minhas telas que eu vinha trazendo aqui de Santa Catarina para expor lá na Praça da República que havia naquela época lá na Praça da República lá em São Paulo um tipo de reunião espontânea assim do povo para mostrar as suas artes.¹¹²

Otto Brockes – Dentro da casa. Eles descobriram que ali tinha um fotômetro, vários aparelhos, tinha muitas coisas lá. Eles pensaram que eu era um cara muito importante e que eles iam conseguir muita informação importante. Eles iam conseguir muitas informações, levariam isso para os generais lá e seriam recompensados. Nisso eles arrancaram o relógio, roubaram todo o dinheiro que tinha, fizeram uma limpa na casa.¹¹³

Paulo Roberto de Magalhães - Não, e depois vêm os detalhes da tortura, que após a tortura eu perdi muita coisa, eu me lembro que o que nós tínhamos eles levaram tudo, tudo. Tinha coisas pobres na verdade, mas era um fogão, botijão de gás, um armário, a cama, o guarda-roupa, a mesa, eles levaram tudo. Eu me lembro que no meu julgamento eu reclamei com o Juiz e o Juiz não tomou nenhuma providência, e na relação de coisas que eles apreenderam em casa, a OBAN não cita móveis, só cita livros, cartas, documentos, requisições, (ininteligível) só papéis.¹¹⁴

O tema em comum entre os trechos citados é o saque de bens pertencentes as/aos militantes e suas famílias. Os depoimentos são, respectivamente de Antônia Ribeiro de Magalhães, esposa de um militante de uma organização que a mesma não soube informar, José Geraldo da Cruz, militante da Ação Popular (AP), Marlene de Souza Soccas, militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e da AP, Otto Brockes, militar expurgado e militante do PCBR e Paulo Roberto de Magalhães, militante da Ala Vermelha do PC do B. A considerável quantidade de relatos de roubo por parte dos agentes repressivos nos aponta para uma prática, no mínimo, comum. Na ditadura de segurança nacional argentina, tais ações foram corriqueiras, praticadas pelos “bandos” descritos por Pilar Calveiro. Segundo a autora, “quando ocupavam uma casa, como recompensa pelo risco que tinham corrido, cobravam seu ‘butim de

111 José Geraldo da Cruz. Depoimento a CNV, 2013. p.6

112 Marlene de Souza Soccas. Depoimento a CNV, 2013. p. 25

113 Otto Brockes. Depoimento a CNV, 2013. p. 8

114 Paulo Roberto de Magalhães. Depoimento a CNV, 2013. p. 11

guerra’, ou seja, saqueavam e rapinavam tudo que encontravam”.¹¹⁵ Portanto, os agentes repressivos se arrogavam o direito de apropriar-se dos bens daqueles e daquelas que consideravam inimigos derrotados: espólios de guerra.

Entendo “butim de guerra” como o saqueio dos pertences do derrotado pelo vencedor, num conflito bélico. Mas também a apropriação sexual das mulheres dos vencidos e, no caso das ditaduras de segurança nacional, das próprias militantes, ou seja, de membros do próprio “exército inimigo”. Tal peculiaridade, juntamente com outras questões relacionadas à tortura e violência de caráter sexual serão analisadas no capítulo 2.

As Forças Armadas e policiais latino-americanas trabalharam como forças de ocupação nos próprios territórios e se utilizaram de certo discurso militar para legitimar ações violentas contra sua própria população. Ao longo deste processo, a lógica do butim de guerra e as masculinidades militares e policiais foram mobilizadas e instrumentalizadas. O orgulho da vitória sobre o inimigo transformava os próprios militantes em troféus:

Artur Machado Scavone - [...] O Ustra trazia militares devidamente fardados, paramentados, com as suas estrelas e medalhas, para passar pelas nossas celas e dizer assim “Olha, general, major, não sei. Tá aqui esse aqui é o Betão da ALN, aquele lá é o fulano” mostrando os trunfos, os troféus que ele tinha conquistado, ou seja, por que eu estou falando isso? Eu não sei dizer quem era porque eu não conhecia. Mas sei dizer que eram da alta patente porque eram caras em medalhados [sic] eram caras que estavam... não eram nem soldadinhos nem caras que estavam em operação.¹¹⁶

Guaraci Mingardi (Comissão Nacional da Verdade) – O que que o senhor falou de chocante?

Jessé Luiz – Era mais ou menos umas quatro horas, quatro e meia da tarde, umas quatro e meia da tarde, eu acredito, porque logo depois... Eu não saí do posto, o sol se entrou, eu me lembro que então, deve ser, era antes das seis horas, porque depois que eu saí da guarda, eu fui na cela, que eu estou falando que é esse buraco, e vi a pessoa lá de “coque”, aqui assim, porque era um tipo, um senhor mais ou menos de um metro e oitenta e cinco, era um cara alto, alto... Mas o corpo dele, vou te contar, estava... Não dava nem isso pra ele... Isso que foi revoltante: assim, ele com a mão, eu me lembro que ele estava com a mão assim ó. Porque ele passou perto de mim, era eu que estava na... Passou perto de mim.

Guaraci Mingardi (Comissão Nacional da Verdade) – Você viu quando ele passou?

Jessé Luiz – É. E o oficial, era oficial, quem fazia isso era o oficial, desceu do helicóptero e passou por mim lá puxando ele em uma cordinha, puxando mesmo com a mão.

Guaraci Mingardi (Comissão Nacional da Verdade) – Ele estava amarrado assim e estava puxando por uma cordinha?

Jessé Luiz – É, amarrado, mas a corda estava bem esticada. Como se... O oficial, por exemplo, como se exibisse com um troféu: “Eu prendi um guerrilheiro, eu prendi

115 CALVEIRO. Op. Cit. p. 46

116 Arthur Machado Scavone. Depoimento a CNV, 2013. p. 13

um terrorista.” Exibindo ele passando. Aquilo chocou pra mim, no caso.¹¹⁷

Orador Não Identificado: - Tem uma questão aqui, sintomática, que para nós é interessante. Antonio Carlos Bicalho (ininteligível). O senhor fala que ele morreu no sítio, em que foi praticado tiro ao alvo. Ele era um dirigente da ALN. O que é tiro ao alvo?

Marival Chaves Dias do Canto: - É o sujeito estar imobilizado em um canto, vamos matar (intervenção feita fora do microfone). Fizeram isso, eu ouvi de pessoas que falaram: foi praticado tiro ao alvo. Tanto é que eu vi os cadáveres, os cadáveres foram expostos a visitaçãõ do DOI, que não participou daquilo.

[...]

Mas eu acho que ele morreu no final de 73, tanto que (intervenções simultâneas). Antonio Carlos Bicalho Lana. Os jornais estamparam, no dia seguinte, que ele tinha sido morto em função de um confronto armado com a repressão política, eu vi esse jornal no dia seguinte. O senhor sabe o nome completo da companheira dele? (intervenções simultâneas) Sonia Moraes Anjo, mas ela tem outro nome. (intervenções simultâneas) Morreu. Stuart, ela foi casada com Stuart Anjo, parece que foi rebocado por um jipe, o filho da Zuzu (intervenções simultâneas). Sonia Maria de Moraes Anjo Jones. Eu vi o cadáver, parecia uma moça (intervenções simultâneas). Vi, o cadáver foi exposto a visitaçãõ do pessoal do Doi, eles colocaram lá. Primeiro que o Bruno era um troféu, que é o Antonio Carlos Bicalho Lana, ele era um troféu para o Doi.

[...]

Orador Não Identificado: - O cadáver de Sonia ficou exposto dentro do Doi?

Marival Chaves Dias do Canto: - Dentro do Doi, o de Sonia e do companheiro dela, Antonio Carlos Bicalho Lana, foi exposto a visitaçãõ do pessoal do Doi.

Orador Não Identificado: - Foi a primeira vez que isso aconteceu?

Marival Chaves Dias do Canto: - Não, eles já tinham levado para lá Hiroaki Torigoe, expunham.

Orador Não Identificado: - Os dois estavam nus?

Marival Chaves Dias do Canto: - Não, estavam de roupa. O que foi sintomático e muito nítido, as perfurações no ouvido, na testa, na face dos dois (intervenções simultâneas). A ideia do tiro ao alvo.¹¹⁸

As falas são, respectivamente de Artur Machado Scavone, militante da ALN, Jessé Luiz, que foi soldado na Aeronáutica, trabalhando em um esquadrão de polícia da instituição durante a repressão à guerrilha do Araguaia e Marival Chaves Dias do Canto, militar do Exército que trabalhou no serviço de informação do 2º Batalhão de Polícia do Exército (2º BPE). Nelas podemos perceber uma certa disposição por parte dos agentes repressivos em transformar presos políticos de alguma importância em demonstrações de eficiência profissional, como forma de aumentar seu prestígio e *status*. O depoimento de Arthur, além de apontar para a transformação de militantes em despojos e troféus de guerra, confirma o amplo envolvimento das Forças Armadas com as formas mais brutais de repressão política. Nos depoimentos de Jessé e Marival duas formas de apropriação dos corpos dos militantes aparecem: no primeiro

117 Jessé Luiz. Depoimento a CNV, 2012. p. 35

118 Marival Chaves Dias do Canto. Depoimento a CNV. pp. 74-75

caso, o militante vivo, humilhado e em péssimas condições físicas, arrastado por uma corda, pode ser entendido como uma forma de demonstrar a derrota total imposta àquele indivíduo, e por extensão, à guerrilha e seus objetivos. No segundo caso, a mórbida exposição dos corpos e o seu uso para a atividade de “tiro ao alvo” me parece visar por um lado amedrontar e por outro aumentar o prestígio daqueles agentes. A exposição dos cadáveres pode ser entendida como uma forma de dominação sobre os militantes mesmo após a morte dos mesmos. É necessário frisar aqui que a fala de Marival, assim como a de Jessé são excepcionais no conjunto de falas dos agentes do Estado entrevistados pela CNV. Como já mencionei na introdução, a maior parte desses depoimentos não foram tão colaborativos, por vezes abertamente hostis aos objetivos da Comissão. Cabe-nos perguntar, portanto, qual foi o discurso adotado por esses agentes?

1.2.1 Guerra é guerra: o discurso militar sobre a repressão

Álvaro de Souza Pinheiro – Existe um momento em que você faz um juramento, e eu vou repetir aqui que tipo de juramento é esse: “Perante a Bandeira Nacional e pela minha honra, juro cumprir rigorosamente as ordens das autoridades a que estiver subordinado. Tratar com afeição os irmãos de armas e com bondade os subordinados e dedicar-me inteiramente ao serviço da pátria, cuja honra, integridade e instituições defenderei com o sacrifício da própria vida”. Por que desejo que o simpático casal tome conhecimento desse juramento? Porque esse juramento norteou a minha vida toda, inclusive norteou o meu passado de combate à subversão e ao terrorismo no território nacional. Esse juramento eu prestei no dia 16 de dezembro de 1967, numa cerimônia muito marcante, que é uma cerimônia em que o meu velho pai general Ênio, já falecido, na época coronel, me entregou a espada de Caxias, numa solenidade em que eu fui declarado aspirante a oficial da arma da infantaria. Essas coisas são muito simbólicas e muito fortes. E, a partir daquele momento, esse juramento norteou a minha vida pessoal e profissional a ponto de que, logo em seguida, e você está querendo saber do início da minha carreira, não é? Como um jovem tenente e capitão, integrando as Forças Especiais do Exército Brasileiro, participei significativamente do combate contra a subversão e o terrorismo no Brasil. Essa participação foi tão marcante que eu fui agraciado com a mais valorosa condecoração do Exército brasileiro em tempo de paz, que é a Medalha do Pacificador com Palma que, aliás, eu vou lhe dizer que todos que vão me seguir aqui nessa posição, todos têm essa medalha. Não é qualquer um não, são profissionais realmente... sabe? E uma coisa que é importante, é que nós indubitavelmente ganhamos esse combate. Graças a nossa vitória, e isso é um legado que eu deixo para os meus filhos, o Brasil não se transformou numa grande Cuba, por causa da nossa vitória, porque se nós tivéssemos perdido, nós não sabemos onde é que nós estaríamos hoje, não é?¹¹⁹

Roberto Artoni – Essa Comissão da Verdade que instituíram, eu estou depondo aqui como se fosse inimigo da sociedade, a realidade é essa. Eu não sou. E eu ganhei uma guerra para a sociedade, ganhei a guerra. Acontece que os caras que perderam a guerra foram mais ativos e estão tudo na... nos postos-chave aí, querendo saber as coisas. E você vai ficar aqui trinta dias, sessenta dias ouvindo os caras aí, você não

ouvir todo mundo do DOI, os principais você não vai ouvir. Ou já morreram ou não vai chegar ao conhecimento de vocês aqui, os caras da Polícia Civil, isso e aquilo. Vão ficar por aí tripudiando, e eu vim perder meu tempo aqui, como se eu fosse um marginal, o que eu não sou.¹²⁰

João Paulo Moreira Burnier - O que estava acontecendo no Brasil já não era mais distúrbio, era quase uma guerra revolucionária, e era uma guerra ideológica também.¹²¹

Uma rápida análise dos trechos acima citados já nos permite compreender um dos cerne do discurso militar sobre o período ditatorial: as FAs estavam em guerra contra a subversão. Sendo assim, medidas extremas deveriam ser tomadas. Os desdobramentos dessa premissa serão desenvolvidos a partir de agora. As falas são do já citado general Álvaro, de Roberto Artoni, oficial do Exército que trabalhou no DOI-CODI de SP a partir de 1971 e de João Paulo Moreira Burnier, oficial da Aeronáutica, que chefiou o Centro de Informações da Aeronáutica até 1970, tendo sido um dos seus organizadores.

Nas falas acima, fica nítida a exaltação de uma guerra não apenas levada a cabo, mas heroicamente vencida. O discurso ditatorial construiu uma narrativa de guerra contra a subversão, guerra essa constantemente travada e, apesar de se estar vencendo-a, poder-se-ia perdê-la a qualquer momento, bastando um pequeno deslize por parte dos “heroicos” agentes militares, policiais e também da população civil, para que a subversão a vencesse. Nesse contexto, o juramento à bandeira citado no primeiro trecho de depoimento ganha um sentido mais amplo: aquele rito cerimonial, que originalmente se refere à defesa do território nacional contra agressões externas, se torna mais uma justificativa para o combate aos inimigos ideológicos do regime. No final do trecho, há também uma menção comum aos defensores da ditadura: a ação repressiva teria evitado que o Brasil se tornasse um país comunista, uma “grande Cuba” como diz o general. Essa linha de pensamento visa uma justificativa tanto anterior como posterior aos atos cometidos: poucos foram os limites para as ações cometidas pois havia um bem maior almejado.

Roberto Artoni, em uma atitude bastante hostil à CNV, diz estar depondo como se fosse inimigo da sociedade. Claro, o oficial foi intimado judicialmente a comparecer, o que por si só já é o suficiente para degenerar seu ânimo frente à Comissão. O que mais chama a atenção, porém, é a sua insistência em afirmar que ele ganhou uma guerra para a sociedade, expressando o mesmo pensamento salvacionista que o general Álvaro. Como mencionei na introdução, existe uma tendência em meio aos militares de afirmar que as esquerdas, derrotadas pelas armas,

120 Roberto Artoni. Depoimento à CNV, 2013. p. 67

121 D'ARAÚJO; SOARES; CASTRO. *Os anos de chumbo*. P. 217

venceram a guerra da memória. É justamente isso que Artoni expressa em sua fala.

Finalmente, na entrevista de Burnier, a ideia de uma guerra ideológica aparece. Isso é importante, porque raro. Dificilmente um militar falou nesses termos sobre a repressão do período ditatorial. Apesar de afirmar que o conflito com as esquerdas foi uma guerra, o oficial deixou marcado seu caráter ideológico e não apelou simplesmente para sentimentos e honra, salvação da pátria ou outras formas de justificativa do conflito que parecem isentar as FAs da responsabilidade pela brutalidade da repressão. Dito isto, trarei ao debate outro ponto relevante sobre o discurso militar: a responsabilização das esquerdas pela repressão.

1.2.2 A culpa é do Gabeira: a responsabilização das esquerdas pela violência repressiva

No governo Costa e Silva, viveu-se um clima muito tenso. A impressão que se consolidou entre alguns militares é de que começava uma guerra no país.

Ivan de Souza Mendes - Guerra é uma expressão um pouco retórica. O que havia era uma luta de poder. Havia uma luta de poder na qual as esquerdas estavam mais organizadas nessa ocasião. E todo esse período, que no fim chegou até à luta armada, foi desencadeada pelas esquerdas. Embora em favor delas se diga que estavam lutando contra uma revolução, contra um governo imposto por uma revolução, e não escolhido de forma democrática, foram as esquerdas quem iniciaram as ações bélicas e a luta armada. Primeiro, na guerrilha urbana, depois, na guerrilha rural. Esta é a verdade histórica.¹²²

Carlos Alberto da Fontoura - O objetivo da Revolução não era durar vinte anos. Agora, quando começou a luta armada, a revolta armada, contra a Revolução, a coisa mudou de figura. Foi isso que nos fez mudar. No fundo, no fundo, é como eu digo: quem começou essa história foi "seu" Gabeira. Lembro-me exatamente, foi no dia 4 de setembro de 1969. A Junta estava reunida - eu' estava no meu lugar, estavam o Portela, os três membros da Junta -, quando o meu ajudante de ordens, o capitão Carus, chegou e me deu um bilhete: "Acaba de ser seqüestrado o embaixador americano." Li e disse para ele: "Telefone à embaixada americana para confirmar." Disse ele: «Mas essa notícia nos foi dada agora, por telefone, pela embaixada americana." "Não faz mal. Confirme." Ele foi telefonar e voltou: "Está confirmado." Aí começou a história. Porque até então não havia luta armada.

[...]

Agora, a verdade é a seguinte: nós não fizemos o golpe. Fomos obrigados a dar o contragolpe pelo povo brasileiro. Só fomos depois que o povo foi na frente, porque não queríamos ir. Eu desejava que o Jango Goulart caísse, que o Brizola caísse, mas não queria fazer uma revolução.¹²³

A partir de que momento o Exército entrou no combate aos grupos de esquerda de uma forma mais ostensiva, mais direta, tomando a liderança da repressão?

José Luiz Coelho Netto - É missão do Exército, das Forças Armadas, defender a Constituição, defender a ordem legal. Quando aparecem grupos querendo derrubar a ordem legal, não precisa haver ordem para contra-atacar. Já está implícito na missão. Então, os militares se organizam e saem em cima. Os grupos subversivos

122 D'ARAUJO; SOARES; CASTRO. Op. Cit. p. 166 [todas as falas dos entrevistadores retiradas do livro Anos de Chumbo serão apresentadas em sublinhado para diferenciar da fala dos entrevistados]

123 D'ARAUJO; SOARES; CASTRO. Op. Cit. pp. 83 e 101

foram montados, organizaram-se, e começaram a atuar mesmo no final do governo Costa e Silva, começo do Médici. Foi então que começaram a botar as manguinhas de fora e nós tivemos que entrar duro em cima deles, porque a Polícia estadual não tinha estrutura para enfrentá-los.¹²⁴

Leonidas Pires Gonçalves - A subversão nos levou a isso. Somos uma consequência da subversão. A repressão é uma consequência da subversão. Jamais podemos esquecer disso. Foi a subversão que criou a repressão. [...] Eu digo sempre o seguinte: a guerra tem muitas facetas. Guerra não é só aquele combate bem típico. Esse tipo de assunto de subversão é guerra. E em guerra ninguém sai atrás de culpado. Culpado foi quem iniciou a guerra. E quem inicia tem que arcar com a responsabilidade. Nós não iniciamos guerra nenhuma. Quem iniciou os raptos, assaltos, as mortes foram eles.¹²⁵

Os trechos acima citados nos trazem uma visão muito clara sobre o processo de surgimento do aparelho repressivo: a repressão é uma resposta às ações das/dos militantes de esquerda, mais especificamente à luta armada. Início a análise com o trecho da entrevista de Ivan de Souza Mendes, general do Exército que comandou a 8ª Região Militar e a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), pois além de ter uma posição firme sobre o início da repressão e sua responsabilidade, foi o único relato que encontrei de um militar relativizando o entendimento do conflito com as esquerdas como uma guerra. O general caracteriza o conflito como uma disputa por poder onde as esquerdas estariam mais organizadas em princípio, o que forçou as FAs a tomar providências.

A fala que me ajudou a intitular a sessão, pertencente a Carlos Alberto de Fontoura, general do Exército que foi chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI) de 1974 a 1978, dá uma data, uma figura e um evento específicos para o início da repressão: 4 de setembro de 1969, devido ao Fernando Gabeira e o sequestro do embaixador estadunidense. Além disso, aproveita para responsabilizar a ação guerrilheira pela longevidade do regime, que supostamente teria terminado muito antes não fosse a subversão. Da mesma forma, o militar responsabiliza João Goulart e Brizola pelo golpe – chamado por ele de “contragolpe” – de 1964. Já José Luiz Coelho Netto, general do Exército que fez parte da Força Expedicionária Brasileira (FEB) na 2ª Guerra Mundial, foi subcomandante do Centro de Informações do Exército (CIE) no governo Médici e serviu no SNI no governo Geisel, tem uma visão muito mais fatídica sobre a missão das FAs: para ele, quando a ordem legal está ameaçada, os militares devem entrar em cena, sem esperar ordens. Mais uma vez devo dizer, a ironia da situação lhe deve ter escapado.

Leonidas Pires Gonçalves, general do Exército que foi comandante do Estado-Maior do I Exército, por sua vez, é bastante sucinto em afirmar que a repressão é consequência da

124 Ibidem. p. 234

125 Ibidem. pp. 244 e 248

subversão. Porém, o mais interessante de sua fala é a justificativa de sua visão da luta contra as esquerdas. O militar afirma que a “guerra” pode ser várias coisas, inclusive o combate à subversão. Mais importante ainda é a sua afirmativa de que em guerra ninguém sai atrás de culpado, porém, quem iniciou a guerra é que é culpado e deve arcar com as consequências. Após essa breve torção do discurso, o general consegue chegar ao seu objetivo que era responsabilizar as esquerdas pelo início da repressão.

Como podemos perceber, a fala dos militares tem alguns pressupostos e alguns desdobramentos. Primeiramente, para eles, a repressão só existe após o início das ações armadas, no final da década de 1960, relegando ao esquecimento toda a violência repressiva perpetrada desde 1964. Em segundo lugar, a ação militar é sempre *reativa*: as FAs nunca agem primeiro. Os desdobramentos dessas premissas são notáveis: por um lado, a violência repressiva é minimizada por ser um tipo de resposta justa a uma agressão terrível, e por outro lado, deixa todo o ônus dessa violência com aqueles que sofreram os sequestros, torturas, mortes e desaparecimentos, antes da luta armada ter se iniciado, durante sua vigência e mesmo após a sua derrota, quando o governo militar focou seus esforços na perseguição do pacifista PCB. É notável que o discurso da reação ponha voluntariamente as FAs em uma posição passiva diante dos acontecimentos, algo que poderia-se dizer pouco masculino, porém necessário para evitar a responsabilização direta sobre as violências cometidas. Por outro lado, a reação violenta administrada contra as esquerdas, de certa forma, “restaura” o caráter ativo e masculino das FAs, que tiveram que “entrar duro em cima deles” – desnecessário comentar o caráter fálico e sexual desta expressão –. Aproveitando o gancho da discussão sobre violações de direitos humanos, iniciarei a próxima sessão, onde analiso o discurso militar em relação à tortura.

1.2.3 O reino dos excessos: o discurso militar sobre a tortura

Adyr Fiúza de Castro - Mas tudo isso é do interesse dessas organizações, como o é dos próprios advogados, que conseguiam anular vários processos alegando a tortura, porque não podiam provar. Então, creio que essa campanha contra a tortura foi uma arma política orquestrada contra aqueles que eram encarregados da repressão. Porque eu conheço inúmeros casos de total falsidade, casos que não podem deixar de ser falsos. Então, extrapolo para outros casos que devem ser falsos também. Mas não sei das coisas que aconteceram em outros Exércitos. Agora, tenho a assinalar o seguinte: os militares são homens mais ou menos rudes. Estão acostumados a uma escola de rudeza. Se eu fosse dizer ao grupo Tortura Nunca Mais o que sofri como "bicho" na Escola Militar -e graças a Deus sofri, porque isso me endureceu -, eles achariam que é tortura. [...]E nós não podemos deixar de ser duros, porque mandamos homens à morte e matamos outros. Temos que endurecer os militares. Então, um desses garotos terroristas levava um "telefone" e clamava: "Fui torturado!" Na minha opinião, ele não foi torturado. O capitão ou tenente que fez aquilo, fez sem animus de torturá-lo. Apenas deu um castigo que ele já sofreu e

aplicou numa porção de gente. Eu quero dizer que os militares não têm determinado tipo de sensibilidade: estão acostumados a arriscar a sua própria vida e estão acostumados a ver morrer. Então, são rudes.¹²⁶

A sessão que aqui se inicia irá focar em três grupos de depoimentos: os que buscam minimizar, negar e/ou justificar a tortura; os que discutem a responsabilidade dos superiores frente à ocorrência da tortura e; os que discutem sobre os indivíduos que são a favor ou contra a tortura. A citação inicial desta sessão busca não apenas abrir o debate sobre como a tortura é tratada no discurso militar, mas também relacioná-la com as já discutidas significações do trote. Como mencionei anteriormente, o trote pode ter uma função de banalização da violência, pois estabelece um padrão aceitável de sofrimento, que vem a ser extrapolado pelos militares e policiais no cumprimento de suas tarefas. Creio que podemos mesmo afirmar que há uma diluição da intensidade da violência. O depoimento acima pertence à Adyr Fiúza de Castro, general do Exército que chefiou o Centro de Operações de Defesa Interna (CODI) do Rio de Janeiro, bem como a Polícia Militar desse mesmo estado a partir de 1974. O general se utiliza do argumento de que os militares seriam rudes, e assim necessitam ser, para justificar quaisquer comportamentos violentos que possam ter ocorrido durante os interrogatórios. Existe neste discurso uma tentativa de minimizar a tortura e acusar os torturados de “exagerados”, mais uma vez jogando o ônus da situação em cima das vítimas diretas. A minimização também se dá pelo artifício dos eufemismos utilizados para descrever interrogatórios com tortura, como é o caso dos famosos “excessos”:

Wadih Damous (Comissão Estadual da Verdade Rio de Janeiro) – O senhor não participava de sessões? O que acontecia lá dentro, como era estes interrogatórios?

Valter da Costa Jacarandá – Como foi descrito aqui, como já foi descrito.

Wadih Damous (Comissão Estadual da Verdade Rio de Janeiro) – Como foi descrito, então o senhor reconhecesse que se praticava torturas, praticavam torturas ali nas dependências do DOI-CODI.

Valter da Costa Jacarandá – Certamente houveram [sic] excessos.

Wadih Damous (Comissão Estadual da Verdade Rio de Janeiro) – O que o senhor está chamando de excesso?

Valter da Costa Jacarandá – Tudo que foi nomeado aqui.

[...]

Wadih Damous (Comissão Estadual da Verdade Rio de Janeiro) – Na sua concepção como membro destas equipes, como o senhor diferenciaria. Como o senhor diferenciaria, na sua concepção, o que é tortura, o que excesso? O senhor poderia nos dar exemplos? O que seria tortura, o que seria excesso?

Valter da Costa Jacarandá – Excesso é a tortura e tortura é excesso.

Wadih Damous (Comissão Estadual da Verdade Rio de Janeiro) – Então quando o senhor fala em excesso o senhor está falando em tortura, é assim que nós devemos interpretar, não é isso?

126 D'ARAÚJO; SOARES; CASTRO. Op. Cit. p. 74

Valter da Costa Jacarandá – É, não tem como fugir disso. ¹²⁷

Luiz Claudio Cunha (Comissão Nacional da Verdade): - Uma questão que perpassa muito o período da revolução e o período da área de informação e inteligência são as denúncias envolvendo tortura. Havia tortura no seu DOPS?

Firmino Peres Rodrigues - Nunca houve. O que houve é o seguinte, os interrogatórios não eram assim: você que fez isso? Não foi. Então, tudo bem. O pessoal ia interrogar bem, com firmeza.

Luiz Claudio Cunha (Comissão Nacional da Verdade): - Mas interrogar com mais firmeza quer dizer o que?

Firmino Peres Rodrigues - Aí é uma coisa muito relativa. Como eu vou saber? Vamos insistir, vamos ficar duas horas aqui, vamos cansar. Agora, todo mundo diz que sofreu, porque muitas vezes o senhor não tem como justificar perante os companheiros, alguma coisa que não saiu certo. Então, cada um dá a sua versão. ¹²⁸

No primeiro trecho, Valter Jacarandá, pressionado a falar sobre a questão dos excessos, parece tentar evitar se comprometer ao nunca nomear o que ele entende por excessos. Jacarandá apenas confirma ou nega o que os entrevistadores lhe perguntam. No segundo trecho, Firmino Peres Rodrigues, coronel do Exército que trabalhou no DOPS do Rio Grande do Sul, nega que tenha havido tortura onde ele trabalhou, mas utiliza o eufemismo de “interrogar com firmeza” para descrever as ações de seus agentes. À semelhança de Adyr Fiúza, Firmino minimiza o sofrimento infligido ao tratar o trabalho inquisitorial como algo feito com mais firmeza e não necessariamente com altos níveis de violência física e psicológica. E para finalizar a sua fala, ainda desacredita totalmente as narrativas dos/das militantes ao deixar implícito que aqueles que denunciaram as sevícias o fizeram como forma de se justificar para os companheiros de organização. Vejamos mais algumas falas nesse sentido:

Adyr Fiúza de Castro - Quando o preso saía, evidentemente, dizia aos seus camaradas que tinha sido torturado, tinha sido submetido a toda espécie de pressão, e por isso tinha "aberto" isso, aquilo, aquilo outro. Dessa maneira, ele se justificava perante a sua organização.¹²⁹

Leonidas Pires Gonçalves - [...] desafio alguém a me dizer que durante esse período de dois anos e dez meses [no DOI-CODI/RJ] houve torturas. Desafio alguém a jogar na cara do general Reinaldo ou na minha atos de tortura.

[...] nunca vi tendência maior para delação do que em um comunista. Comunista é um delator nato! Fala tudo! Depois, para se justificar, diz que foi torturado. Pode deixar gravado.¹³⁰

E a questão da tortura?

José Luiz Coelho Netto - Nunca houve. Nunca. Nem precisa. Com o tempo e um interrogatório inteligente, bem-feito, o sujeito cai em contradições, nas armadilhas,

127 Valter da Costa Jacarandá. Depoimento à CNV, 2013. pp. 11 e 26

128 Firmino Peres de Souza. Depoimento à CNV, 2013 parte 2. p. 16

129 D'ARAÚJO; SOARES; CASTRO. Op. Cit. p. 65

130 Ibidem. pp. 242 e 243

e fala. Sem querer, ele fala. [...] Exigíamos que fosse dado ao preso o mesmo tratamento que recebe o prisioneiro de guerra. Porque, na guerra, você faz o prisioneiro, e ele é tratado condignamente.¹³¹

Os três trechos de entrevistas transcritos acima se focam em formas de negar a tortura. No primeiro caso, Fiúza faz um jogo semelhante ao de Firmino, descrito mais acima: ele afirma que as denúncias de sevícias são uma forma de abrandar o “momento de fraqueza” dos/das militantes ao delatar seus/suas companheiros/as durante o interrogatório. No segundo caso, o general Leonidas nega totalmente qualquer tortura sob o seu comando, e à semelhança de Fiúza e Firmino coloca a responsabilidade pela obtenção de informações nas pessoas interrogadas, que usariam então o recurso da denúncia como justificativa. Em outras palavras, a delação, entendida como “frouxidão”, como fraqueza, como algo, no limite, nada masculino, era posto enquanto característica dos militantes de esquerda que instrumentalizariam relatos de tortura para aliviar sua culpa perante os companheiros. O general Leonidas não apenas nega atos de tortura como desafia alguém a “jogar na cara do general Reinaldo ou na minha atos de tortura”, atitude que me parece visar a defesa da honra dos mesmos. Já Coelho Netto foca o seu discurso na eficiência dos serviços de interrogatórios, que levariam as pessoas interrogadas a falar “sem querer”, ao cair em contradições e armadilhas. Dessa forma, fica negada não apenas a existência de tortura, mas qualquer justificativa em relação a sua necessidade enquanto recurso investigativo, e comprovada a superioridade do interrogador, que subjuga o/a preso/a pela inteligência. Nem todos os oficiais, porém, negaram a existência da tortura. Muitos deles tentaram, isso sim, justificar sua existência, ou pelo menos desculpá-la como um erro que fora rapidamente corrigido pelos governos militares, de forma que nunca teria se tornado regra, mas sim uma exceção:

Carlos Alberto da Fontoura - Agora, ninguém controla as pontas. É muito difícil. Veja o que acontece no Rio de Janeiro, o que acontece no Brasil hoje. Estão acontecendo coisas muito piores do que as que ocorreram naquele tempo. Alguém está responsabilizando o Itamar por isso? Responsabilizou-se o Collor? Responsabiliza-se o Brizola? Não. A imprensa não responsabiliza, nem o povo. Nunca ouvi dizer que o Brizola mandou matar. E a polícia está matando a três por dois. Eu tenho mais medo, hoje, da polícia do que do ladrão. Tortura terrível e inaudita estão sofrendo hoje (7/4/94) 150 milhões de brasileiros da parte do crime organizado e desorganizado, com a ausência de autoridade, com a ausência de governo, com a ausência de ordem pública, com a ausência de polícia. Com um Congresso impotente e incompetente, preocupado com questões menores e espúrias. Com um presidente da Câmara, sucessor do presidente da República, que deveria estar no banco dos réus, por ter usado a coisa pública (DNOCS) na sua propriedade rural, sem o menor escrúpulo. Não há poder público, não há polícia, não há segurança. Tortura é não ter para quem apelar. E viver enjaulado, engradado, como

131 Ibidem. pp. 236-237

está acontecendo nos edifícios e casas do Rio. Tortura é ter pavor de sair à rua, principalmente depois que o sol se põe. Tortura é constatar que parte da população (intelectuais e artistas) aceita encobrir o gesto do Betinho, que se beneficiou de dinheiro "sujo" para fins ditos "nobres". Tudo isso e mais etc. etc. é tortura. Mas ninguém reclama. Tem a palavra a comissão Tortura Nunca Mais.¹³²

Como era possível ter o controle da prática de abusos dos direitos humanos?

José Luiz Coelho Netto - Foi muito boa a pergunta. Nunca, dentro do Centro [CIE], se insinuou sequer que não se respeitassem os direitos humanos. Agora, acontece que a atuação operacional era feita por grupos organizados dentro das seções de informação. Em todo o grupo há os mais exaltados, os mais radicais. Então soubemos que houve grupos que, ao invadirem casas ou apartamentos ou ao fazerem prisões, usaram de meios que não autorizávamos. Nós afastamos do sistema os elementos que foram repetitivos nesses atos.¹³³

No que tange a questão da tortura, a atitude de dizer que não houve é ingênuo. Qualquer um que quiser procurar vai saber que houve.

Carlos de Meira Matos - Sim, mas o governo tem uma posição institucional: é contra esse tipo de coisa. Nunca estimulou nem um milímetro. E todos caras que ele apurou como praticantes de tortura foram postos na cadeia. Está aí o capitão Guimarães, padre de rico no jogo do bicho. Assim como ele tem vários. Toda vez que o governo pegou, dentro do Exército, alguém praticando isso, botou na cadeia, botou na rua, expulsou, fez o diabo. Essa é a atitude do governo. Fora disso, o governo não pode fazer outra coisa. Não pode reconhecer algo que não autorizou. E se não conseguiu punir todos...¹³⁴

Como o grosso da oficialidade se sentia a respeito da tortura? Como uma necessidade da guerra?

Ivan de Souza Mendes - O grosso da oficialidade, como eu disse, não sabia. Na época em que as coisas se passavam, não sabia. Porque não havia imprensa, a imprensa não noticiava. Cada um estava cuidando do seu trabalho normalmente e não ficava sabendo de nada.¹³⁵

Com as citações acima, busco demonstrar algumas possibilidades de justificação de ocorrências de tortura. Obviamente não há aqui uma defesa da tortura e sua funcionalidade. Uma defesa assim será apresentada mais adiante nesta sessão. Por enquanto, convido o/a leitor/a para observar como os militares lidaram com as acusações de tortura na vigência do regime militar.

No primeiro caso, temos duas formas de justificação evidentes: primeiramente, a comparação de problemas atuais com a questão em pauta, ou seja, através de uma afirmação de que coisas muito piores estão ocorrendo hoje, o general busca obscurecer as violências perpetradas pelo regime. Da mesma forma, o militar dilui o significado de tortura ao compará-la com fenômenos sociais difusos como a situação política, a falta de segurança e a corrupção.

132 D'ARAUJO; SOARES; CASTRO. Op. Cit. pp. 95-96

133 Ibidem. p. 237

134 Ibidem. p. 116

135 Ibidem. p. 177

E em segundo lugar, vemos como o general defende a ideia de que é impossível controlar os subordinados que lidam diretamente com os presos políticos, já que “ninguém controla as pontas”. Sendo assim, excessos podem acontecer. Esse foi e ainda é provavelmente o discurso mais frequente de justificação da tortura. Todos os outros três depoimentos parecem corroborar essa ideia, mas cada um deles traz um elemento a mais para nossa análise.

O general Coelho Netto por um lado nega que tenha havido quaisquer formas de tortura durante o regime militar, mas por outro lado admite que certos elementos “mais exaltados” ou “radicais” poderiam ter se utilizados de “métodos não autorizados”, certamente se referindo à tortura.¹³⁶ A responsabilidade, dessa forma, passa a ser individual, apenas de alguns poucos descontrolados. Da mesma forma, a punição também deve ser – e segundo ele foi – individual. No terceiro depoimento, o general Carlos de Meira Mattos, comandante da Polícia do Exército da 11ª Região Militar, sediada em Brasília, em 1966 e comandante da AMAN em 1969, nega claramente a tortura enquanto política de governo. Pelo contrário: seria uma “posição institucional” coibir a tortura e punir seus perpetradores. E isso teria sido feito, aparentemente com eficiência. Porém, sua última frase deixa no ar um fatalismo: “se não conseguiu punir todos...”. A frase não acabada deixa entrever um “fazer o quê”, um juízo de que se fez o melhor possível e não há porquê revirar esse passado.

No último trecho, vemos não uma negativa da tortura, mas sim uma “inocência” da oficialidade em relação a ela: se o grosso da oficialidade não sabia a respeito do que ocorria nos porões, nada poderia fazer para coibir. Nessa fala está presente também a ideia de compartimentação do trabalho repressivo. O oficial esperava ficar sabendo sobre as torturas na imprensa, pois aparentemente não havia muita comunicação entre pessoas de setores diferentes. A compartimentalização do trabalho repressivo aparece em vários depoimentos e fez parte do esquema de “linha de montagem” da repressão: quanto menos souber cada indivíduo, mais segura é a operação.¹³⁷ Mas qual seria então o nível de conhecimento da oficialidade a respeito do tratamento dispendido aos/as prisioneiros/as, e mais do que isso, qual a responsabilidade dos mesmos sobre os eventos ocorridos com os/as mesmos/as?

Ivan de Souza Mendes - O princípio de liderança militar diz que o comandante é o

136 Faço aqui apenas um adendo: no final de sua entrevista, ao responder uma pergunta sobre o caso Herzog, Coelho Netto dá a entender que “dar uns encontrões ou uns cascudos” era prática habitual da 2ª Seção de São Paulo. Ibidem, p. 238

137 Só para citar dois exemplos mais explícitos: o policial civil do DOPS de São Paulo Amador Navarro Parra, afirma que o DOPS era muito compartimentado, que não havia nada que todos ficassem sabendo, e referiu a si mesmo como “mais um índio no meio da tribo”; e o já citado Valter Jacarandá, que repete várias vezes como as coisas eram compartimentadas no DOI-CODI do Rio de Janeiro. Amador Navarro Parra e Valter da Costa Jacarandá. Depoimentos a CNV, 2013.

responsável por tudo o que a sua tropa faz ou deixa de fazer. Na realidade, é isso mesmo. Quer dizer, eu não posso impedir que um subordinado meu faça uma coisa errada. Mas se quando ele faz e eu tomo conhecimento, eu ajo, puno, o demito, cumpro a minha parte e ele tem a sanção devida. Então, eu assumo a responsabilidade e tomo a providência devida. Agora, se uma pessoa, um militar faz uma coisa errada, se isto chega ao conhecimento do chefe e o chefe não toma a providência que lhe compete tomar, ele passa, então, a ser o responsável. E se o fato se repete, ele assume a responsabilidade por todos os excessos, por todas as coisas que aconteçam.

Quando comande a 8ª Região Militar, eu tinha o DOI, e a minha orientação firme, repetida foi: "não admito tortura, não admito violência com os presos." Não deixava. E como eu não deixava, eles não faziam. O problema é do chefe. O chefe é sempre o responsável por tudo o que a tropa faz ou deixa de fazer. É um axioma da liderança militar.¹³⁸

O que o senhor, como militar, acha da afirmação de que os comandantes não são responsáveis pelo que acontecia nos porões?

Adyr Fiúza de Castro - Não concordo! São responsáveis! Está no frontispício de todo regulamento militar: o comandante é responsável por tudo aquilo que acontece ou deixa de acontecer sob seu comando. Ele é responsável. Se não sabe, paciência. Mas devia saber.¹³⁹

Enio dos Santos Pinheiro - [...] Porque essas coisas se passavam normalmente à noite. Isso, quando ocorriam. Eu realmente não posso afirmar que não houve torturas, mas também não posso acusar: "Se ele era o presidente, era responsável." Não. Ele era o presidente, mas estávamos em estado de guerra. Então, é muito difícil impedir o sujeito de fazer determinada coisa. Muitos fatos podem ser usados, não como justificativa, para explicar por que houve alguma coisa errada. Normalmente, os militares não são desse tipo. Isso eu posso assegurar. São pessoas comuns, que gostam de ter amigos, que cultivam a camaradagem. Não são de querer torturar pessoas.¹⁴⁰

Trago esses três trechos para ilustrar as possibilidades de posicionamento diante da questão proposta acima. Apesar de ser praticamente impossível de inferir o grau de conhecimento da oficialidade sobre os porões, é possível, isso sim, compreender como os militares se posicionavam frente à questão de quem era responsável por coibir e punir o uso da tortura. Tanto no primeiro quanto no segundo depoimento, a posição é bastante firme: o comandante é diretamente responsável por tudo que acontece nos quartéis, sendo assim, também é responsável pelos "excessos". O general Ivan elabora melhor a teoria sobre as responsabilidades de comando: o comandante não é pessoalmente responsável pelos erros cometidos por seus subordinados, ele passa a ser no momento em que não averigua e pune as transgressões. Para Ivan parece não haver flexibilizações dessa regra. Já Adyr Fiúza, apesar de afirmar a responsabilidade do chefe, diz que "se não sabe, paciência. Mas devia saber", o que

138 D'ARAÚJO; SOARES; CASTRO. Op. Cit. p. 174

139 D'ARAÚJO; SOARES; CASTRO. Op. Cit. p. 73

140 Ibidem. p. 145

demonstra que ele acredita que podem existir exceções à essa regra. No caso de Enio dos Santos Pinheiro, organizador da Agência Central do SNI em Brasília e criador da Escola Nacional de Informações (EsNI), ele relativiza a responsabilidade dos chefes ao evocar um argumento extremo: o do presidente. É como se as responsabilidades sobre a tortura fossem empurradas para cima até que apenas o presidente da República poderia ser considerado culpado por não a coibir. Tendo em vista o absurdo desse argumento, então não seria possível responsabilizar, igualmente, os comandantes.

Mas em relação à aceitação da tortura? É impossível saber realmente quantos e quais oficiais foram favoráveis ao uso da tortura como método de interrogatório. No entanto, creio que seja possível fazer um pequeno balanço de posicionamentos, que traz inclusive algumas surpresas. Não farei aqui citações diretas pois as mesmas seriam demasiado extensas. Utilizarei apenas algumas frases que me auxiliem na argumentação.

Primeiramente, gostaria de apontar para duas figuras pertencentes à chamada “linha dura”, que são mencionados como absolutamente contrários a qualquer tipo de tortura ou maus-tratos aos/as prisioneiros/as: Emílio Médici, presidente durante o período mais duro da ditadura civil-militar e Silvio Frota, anticomunista extremo, comandante da 1ª Região Militar entre 1969 e 1972 e logo depois do I Exército. Nomeado chefe do Estado-Maior do Exército por Ernesto Geisel, foi também Ministro do Exército em 1974.

Carlos Alberto Fontoura, perguntado sobre qual era a reação do presidente Médici frente às denúncias de tortura, responde que o presidente mandava apurar, chamava seus ministros e mesmo sob os protestos deles, que afirmavam a existência de uma guerra, Médici era inflexível em sua posição de não aceitar tortura, maus-tratos ou assassinato de presos. Em confrontos armados, “de peito aberto” de “igual para igual” sim, poderiam matar seus adversários.¹⁴¹ Me parece que uma determinada forma de honra é aqui defendida, uma ética de duelos ou de justas, onde a morte em combate direto, e apenas nesta situação, é aceitável.

Silvio Frota é defendido tanto por Adyr Fiúza, que trabalhou muitos anos com o general, quanto por Ivan Mendes. Fiúza afirma que Frota era “obsessivo” com a questão de manter os prisioneiros sem sofrer danos físicos. Aplicava a Convenção de Genebra aos detidos, não admitindo “nem um peteleco, nem um telefone”, por ser homem de princípios muito rígidos. Fiúza afirma que Frota teria acabado com a carreira de vários militares devido ao descumprimento de suas ordens.¹⁴² O general Ivan, por sua vez, diz ser testemunha da aversão

141 D'ARAUJO; SOARES; CASTRO. Op. Cit. p. 95

142 Ibidem. p. 67

de Frota à tortura, tanto que quando o mesmo comandou o I Exército, examinava as prisões e os presos pessoalmente.¹⁴³ Frota é representado aqui como um homem confiável e cumpridor de sua palavra, traços associados à masculinidade, como vimos mais acima.

Com relação aos favoráveis, vale a pena mencionar que os depoimentos da CNV não apresentaram nenhuma pessoa disposta a defender, de qualquer forma que fosse, a tortura. Mesmo nas entrevistas da FGV, apenas Adyr Fiúza se diz a favor e menciona outro militar que também o seria. Fiúza diz achar graça nas acusações de torturador direcionadas a ele, já que diz nunca ter torturado ninguém. Porém, não teria o “complexo do Frota”, querendo dizer que concorda com o uso de sevícias em certas situações. Fiúza exemplifica com a possibilidade de raptarem sua neta: diz ele “torturo mesmo, faço o diabo”. Por isso, a tortura seria válida para obter informações.¹⁴⁴ Através dessa fala, Fiúza evoca uma justificativa analisada por Elio Gaspari, que o autor chama de “a parábola do avião cheio de crianças”. Segundo Gaspari: “A proposição é curta: imagina-se um avião cheio de crianças no qual se sabe que há uma bomba. Ela explodirá dentro de duas horas, e acaba de ser preso o terrorista que com quase toda a certeza sabe onde ela foi escondida. Ele se recusa a falar.”¹⁴⁵ Seguindo o raciocínio do autor, a proposição é posta de forma que qualquer cidadão sancione o uso da tortura, para não se responsabilizar pela morte das crianças. Entretanto, há uma armadilha: o que se busca é a inimputabilidade sobre o ato de torturar. Uma vez autorizada, fica impune.¹⁴⁶ Para contrapor a parábola, Gaspari cita uma situação real, ocorrida em 1956 em Argel, onde um terrorista colocou uma bomba no gasômetro da cidade e foi preso pela polícia local. O chefe de polícia levou o caso ao secretário-geral da prefeitura, que se recusou a autorizar a tortura no prisioneiro. Mesmo assim, a bomba foi achada e desarmada. Aliviado, o secretário-geral teria dito “Graças a Deus eu tive razão. Porque se você se mete nesse negócio de tortura, acaba perdido”.¹⁴⁷

Além de si mesmo, o militar deixa entender que o general Milton Tavares, diretor do CIE no governo Médici, não teria problemas em relação à tortura. Segundo Fiúza, Milton Tavares seria um combatente, sem esses “pruridos”, para ele “inimigo é inimigo, guerra é guerra”, e portanto, não teria “essas preocupações, essas obsessões do Frota.”¹⁴⁸ Em outras palavras, aprovava a tortura e os maus-tratos aos prisioneiros políticos, tendo em vista o momento de “guerra” que estavam vivenciando. Creio que as “obsessões”, “pruridos” e

143 Ibidem. p. 175

144 Ibidem. pp. 72-73

145 GASPARI. Op. Cit. p. 45

146 Ibidem. p. 45

147 Ibidem. p. 46

148 D'ARAÚJO; SOARES; CASTRO. Op. Cit. p. 72

“complexos” do Frota, eram vistos por Fyúza como atitudes pouco masculinas que atrapalhavam a efetivação do trabalho repressivo.

Para resumir as três últimas sessões, grande parte das forças repressivas, sejam militares ou policiais, mas especialmente os primeiros, tem um marcado discurso de guerra ao descrever o conflito com as esquerdas no período ditatorial, apesar de algumas exceções. Para justificar os seus atos e os de seus subordinados, os militares buscaram colocar uma determinada ordem lógica nos acontecimentos, transformando sua *ação* em *reação*, responsabilizando dessa maneira as esquerdas pela violência aplicada contra elas mesmas. Essa dita violência, principalmente a tortura, é discutida pelos militares através de alguns tópicos: eles buscam minimizar, negar ou justificar sua ocorrência, de forma que não admitem que ela tenha ocorrido; diluem sua importância, por vezes chamando os torturados e torturadas de “exagerados”, utilizando até mesmo a comparação com as violências sofridas por eles mesmos nas academias militares; ou desculpam sua existência através do signo do excesso, ou do mau caráter de determinado indivíduo: não seria possível controlar todos os subordinados. Dessa forma, mesmo que haja uma quase completa concordância de que a responsabilidade sobre os eventos ocorridos numa unidade militar, assim como das ações de seus subordinados, seja sempre do comandante, há margem para a flexibilização dessa responsabilidade. Por fim, salvo raras exceções, os militares não admitem ser a favor da tortura, em geral muito pelo contrário: são avessos a ela e não a permitem sob seu comando.

1.3 A ordem do gênero e o gênero da ordem: os militares e policiais frente as/aos militantes

Carlos Russo Júnior – Posso falar? “Seu filho da puta, tem cara de moleque, mas aqui você vai apanhar como homem”. Eu tinha 20 anos. Realmente, eu apanhei como homem.¹⁴⁹

Izabel Fávero - [...] Eu fui muito ofendida, como mulher, porque ser mulher e militante é um carma, a gente, além de ser torturada física e psicologicamente, a mulher é vadia, a palavra mesmo era “puta”, “menina decente, olha para a sua cara, com essa idade, olha o que tu está fazendo aqui, que educação os teus pais te deram, tu é uma vadia, tu não presta”.¹⁵⁰

Os depoimentos de Carlos Russo Júnior, militante da ALN e da militante da VAR-Palmares Izabel Fávero, iniciam minha análise sobre como reagem os agentes repressivos frente a homens e mulheres militantes, deixando implícito que acredito haverem diferenças no

149 Carlos Russo Júnior. Depoimento a CNV, 2013. p. 6

150 Izabel Fávero. Depoimento a CNV. p. 5

tratamento de uns e outros.

Como já apontei anteriormente, através de citação de Elizabeth Jelin, na tortura, a masculinidade do torturador se mostra potencializada para causar dor e sofrimento, mas não apenas isso: afirma sua superioridade frente às masculinidades dos militantes presos, dentro da já mencionada competição por recursos escassos, ou seja, infligir torturas, por vezes com caráter sexual, nos militantes de esquerda, era afirmar a superioridade dos militares e policiais, bem como da sua ideologia. Nesse pequeno trecho, podemos encontrar dois elementos importantes: ao dizer que Carlos tinha “cara de moleque”, o torturador reduz o torturado em sua masculinidade, tratando como criança, como “menos que um homem”. Ao mesmo tempo, ao admitir que apanhou “como homem”, Carlos consente implicitamente nessa hierarquia de gêneros da qual ambos fazem parte.

No caso de Izabel, o torturador questiona: “O que tu está fazendo aqui?” Na mentalidade dos agentes repressivos não havia lugar para mulheres na luta política. E claro, as que estavam lá eram taxadas de “putas”, “vadias”: Essa foi uma forma de enquadrar a figura da militante de esquerda no pensamento repressivo. Ana Maria Estevão, militante da ALN, fala um pouco a respeito desse assunto em seu depoimento: “Tinha muito essa jogada com a história de que todas as mulheres da esquerda eram todas prostitutas, porque elas davam para todo mundo da esquerda; que a gente era contra o casamento”.¹⁵¹ Me parece que na fala de Izabel ainda surge um outro elemento: a dimensão de classe, pois ao entende-la como uma “menina decente”, ou seja, uma jovem educada de classe média, a sua participação política se tornou ainda mais incompreensível para o agente repressivo. Esse elemento não deixou de ser notado por muitos indivíduos envolvidos na luta contra as esquerdas. Como afirma Adyr Fiúza:

Adyr Fiúza de Castro - Certa vez, eu disse a um entrevistador que, quando decidimos colocar o Exército na luta contra a subversão – que praticamente foi estudantil e intelectual, na sua totalidade, de gente pequeno burguesa, grã-fina, pois nunca encontrei um proletário, era tudo gente fina, acostumada a lençóis de linho –, foi a mesma coisa que matar uma mosca com um martelo-pilão.¹⁵²

Há na fala de Fiúza um desmerecimento dos militantes por pertencerem ao que ele chama de “pequena burguesia”. Devemos entender aqui que o militar está criticando-os por defender ideais alheios a sua classe social, como se os militantes não pudessem defender os interesses dos mais pobres por não fazerem parte dessa parcela da população, o que reduz as suas ações a quase que uma brincadeira (brincando de ser proletário e, porque não,

151 Ana Maria Ramos Estevão. Depoimento a CNV, 2013. p. 48
152 D'ARAÚJO; SOARES; CASTRO. Op. Cit. p. 74

revolucionário). Interessante, porém, é notar o reconhecimento da desproporcionalidade da violência repressiva frente ao tamanho da “ameaça” representada pelas esquerdas. Creio que o desmerecimento da ação política foi uma forma de manifestação da masculinidade de militares e policiais frente a seus adversários. Tal desmerecimento tomou várias formas possíveis:

Leonidas Pires Gonçalves – [...] não tenham a menor dúvida, os subversivos, com raríssimas exceções, eram desequilibrados. Eram psicologicamente desequilibrados, por questões familiares, por questões fisiológicas. E as mulheres são de uma violência incrível. E outra coisa: elas não perdoam. Os nossos agentes sempre tinham muito cuidado para tratar com as mulheres.¹⁵³

Dirce Machado da Silva – [...] Nos enfiaram na viatura com pontapés, empurrão e todo tipo de palavrão, duas léguas depois pararam os carros em um encontro de estradas. Aí começa a sessão de horror. *Um grupo ficou a uma pequena distância me obrigando a olhar eles espancando o César e o Ribeiro.* Eu virava o rosto e eles puxavam os meus cabelos e me obrigavam a olhar, *me perguntavam pelo José Porfírio, Mário Borges e outros, eu dizia que não sabia e eles diziam que eu era amante deles e que preferia ver meu marido e irmão morrerem e não entregar meus amantes.*¹⁵⁴

Em sua entrevista, Leonidas relega a militância de esquerda à loucura, ao desequilíbrio mental. A luta contra a ditadura, fica assim, ridicularizada, como se fosse a bandeira de uns poucos malucos. Em relação às militantes, o que impressionou Leonidas foi seu comportamento violento, algo no mínimo fora do comum para o general, algo impensável para uma mulher.

Diante da recusa de Dirce de entregar seus companheiros (de fato, ela afirmou que não sabia onde eles se encontravam), rapidamente os torturadores entenderam que ela só poderia ser amante dos mesmos, e que os estava protegendo em detrimento do marido e do irmão, uma “puta safada” portanto. Ou talvez eles estivessem apenas utilizando tais palavras como ofensas duras, visando diminuir a resistência psicológica da depoente para que a mesma “abrisse” a informação que eles buscavam. De qualquer forma, a escolha de palavras me parece importante. A militância dos homens de esquerda poderia ser desprezada pela repressão pelo conteúdo ideológico, mas não pelo fato desses homens estarem *fazendo* política. Já a militância política das mulheres de esquerda era desprezada justamente por isso: *fazer* política já era em si uma transgressão, uma subversão da ordem de gêneros estabelecida. Não era possível também, no pensamento repressivo, que uma militante houvesse tomado a decisão de entrar em uma organização de esquerda por conta própria. Eram lhes negadas iniciativa e vontade própria, já que elas eram sempre associadas a algum homem pela repressão, fosse o pai, o namorado, o

153 Ibidem. p. 245

154 Dirce Machado da Silva. Depoimento a CNV, 2012 p. 6 (grifos meus)

marido, irmão ou qualquer outro. Nas palavras de Colling:

Os documentos do SOPS e do DOPS apresentam as mulheres participantes de grupos de esquerda como um apêndice dos homens, sem vontade própria, como marionetes teleguiadas.

Para a repressão a mulher não tem capacidade de decidir por sua entrada no mundo político, público; quando ela ali aparece é porque um homem a colocou, a subverteu. Sua filiação a partidos de esquerda não assume importância política, é necessário sempre identificar quem é seu marido, seu pai seu amante.¹⁵⁵

Me parece que essas atitudes são formas de reenquadrar as militantes num esquema mental e social conhecido e familiar aos militares e policiais. Como mencionei na introdução, as FAs e as polícias se arrogaram o direito e a missão de restaurar a ordem “natural” dos gêneros, lembrando constantemente às mulheres qual o seu lugar na sociedade. Esse trabalho de “restauração” se deu por meio de variadas estratégias, dentre as quais a humilhação, especialmente em situações de tortura:

Ana Maria Ramos Estêvão – Na primeira prisão. Depois ele foi lá embaixo, na minha cela, dizer prá gente que ele tinha batido na gente, porque a gente estava tendo ataque histérico. E ainda vinha se justificar: “É, vocês não eram tão quentes assim na esquerda, mas a gente teve que ser mais violento, porque vocês estavam tendo ataque histérico, começavam a gritar”. Isso foi o que mais me ofendeu pessoalmente, porque, claro, tirar a roupa, ser obrigada a ficar nua, levar choque na vagina, tudo isso é muito humilhante, mas dizer que foi porque a gente ia ter uma crise histérica, que é uma coisa que é para te ofender como mulher.

Raíssa Wihby Ventura (Comissão Nacional da Verdade) – Você, enquanto mulher, é incapaz de lidar com isso.

Ana Maria Ramos Estêvão – E por isso precisa apanhar.¹⁵⁶

Antônio Pinheiro Sales - Esse Nilo Oliveira..., muitas vezes quando eu estava pendurado no pau de arara, porque a gente fica com a cabeça para baixo, pois durante um tempo você resiste, fica com a cabeça ainda levantada, depois de algum tempo você não exerce mais nenhum domínio sobre o corpo. É tudo assim, amortecido. O resto está amarrado, mas o pescoço ele cai. E ele foi inúmeras vezes de chegar em cima de mim, lá no local onde o meu pescoço caído, ele abria a calça, tirava o pênis e urinava na minha cara. Ele fez isso várias vezes. “Eu estou com vontade de urinar, vou urinar aqui nessa latrina.” Pegava e urinava.¹⁵⁷

Emílio Ivo Ulrich – [...] E eu não consegui parar de pé e eu fiquei de quatro pé, só que eu não conseguia ficar de quatro pé porque eu estava com as mãos machucadas, o meu joelho estava machucado, a sola dos pés estava machucada, e aí aconteceu uma coisa que, para mim, de tudo que eu sofri de humilhação, que eu...que é a maior humilhação que eu acho que uma pessoa humana pode sofrer, fora...eu não sei, não sei nem determinar direito, mas aí o José Vettoratto chamou o Risadinha, o cabo da Aeronáutica e falou para me levar para o chuveiro, tinha que atravessar um corredor. Como eu não conseguia andar, o carcereiro me colocou no meu pescoço tipo de uma

155 COLLING. *A resistência...* pp.101-102

156 Ana Maria Ramos Estêvão. Depoimento a CNV, 2013. p. 45

157 Antônio Pinheiro Sales. Depoimento a CNV, 2013. p. 6

correia de couro e amarrou essa correia no meu pescoço e eu de quatro pé e aí ele amarrou uma corda, tipo uma corda de plástico e começou a me puxar para me arrastar para poder me levar para o chuveiro e aí ele dizia assim: “Vem, vem, vem” e assoviava que nem quando você chama um cachorro [assovio] “Vem”. Então eu fui, depois de tudo, transformado em um cachorro.¹⁵⁸

No depoimento de Ana Maria Estevão, militante da ALN, vemos como a visão preconceituosa do torturador que enxerga “ataques histéricos” em mulheres que estão sendo torturadas desmerece a capacidade das mesmas em funcionar dentro do jogo político, mesmo que esse seja clandestino e envolva tortura e outros tratamentos aviltantes. Podemos notar também que esse tipo de tratamento, o desmerecimento de sua ação política, é o que mais afetava a depoente, o que considerava mais humilhante em sua perspectiva atual.

No segundo excerto, pertencente a Antônio Pinheiro Sales, militante da VPR, a cena descrita mostra uma completa desumanização da vítima de tortura, onde o rosto de Antônio é referido enquanto uma latrina pelo torturador chamado Nilo Oliveira, conhecido pelo nome falso de “Cipreste”, mas também apresenta um estilo de humilhação que me parece análogo a uma ação de “marcar território” como cachorros e gatos fazem. Urinar no rosto de Antônio pode ser entendido como um ato de reforço da dominação de Cipreste sobre ele naquela situação de tortura, ou talvez mais um mecanismo no processo de conseguir tal controle e estabelecer quem “tem mais” masculinidade.

Já no terceiro trecho, Emilio Ivo Ulrich, militante da VPR, relata que a desumanização e o rebaixamento simbólico operados naquela situação foram um grande trauma, “a maior humilhação que uma pessoa humana pode sofrer”. Poderíamos inferir que também foi um ato de desvirilização, pois transformá-lo em um cachorro significa tirar dele tudo que o faz humano/homem.

Nesse ambiente de tortura, se dava com frequência um confronto simbólico de masculinidades, entre as masculinidades militares e policiais de um lado, e a dos militantes de esquerda por outro. Esse enfrentamento acontecia em grande parte na tortura, pois ali os torturadores tentavam reduzir o torturado em sua masculinidade e afirmar a sua superioridade enquanto homem. Emilio relata também a tortura sofrida por um de seus companheiros, Valneri Antunes, ministrada pela mesma pessoa que o torturou, José Vetorazzo, e na cena há um indicativo interessante para os propósitos desta pesquisa:

Emílio Ivo Ulrich – [...] Eu vi o Valneri Antunes sendo torturado pelo José Vetorazzo, eu estava na famosa sala, no primeiro...primeira sala...no primeiro andar e ele, um dia à noite, e o Valneri não tinha mais nada para falar e ele batia no Valneri

158 Emilio Ivo Ulrich. Depoimento a CNV, 2013. pp. 25-26

por ser gaúcho. E ele disse, porque eu ouvi, que o Valneri estava apanhando porque ele deixou...ele era casado e deixou a esposa e dois filhos em Porto Alegre e foi fazer subversão em São Paulo, então ele estava apanhando para nunca mais fazer isso. E aí ele disse: “Eu estou batendo em você como um pai bate em um filho” [...].¹⁵⁹

A relação assimétrica entre pai e filho parece ser um significante primário dessas relações de disputa entre masculinidades e acaba por se tornar um parâmetro em muitas ocasiões. Além disso, a cena denota um exemplo da dimensão “pedagógica” da tortura, onde o torturador estaria ensinando uma lição ao torturado, como um pai que bate em um filho, supostamente visando sua educação. Mas talvez o mais interessante seja a lição que o torturador pretendia ensinar era relativa à família: Valneri era culpado de abandonar sua esposa e seus filhos para “fazer subversão”. Nesse sentido, José Vetorazzo se outorga o papel de “guardião da família”, e a tortura que aplicava era uma forma de punir o militante por sua transgressão. Estamos lidando aqui com um imaginário social do ser “homem” e “mulher”, “marido” e “esposa”, entre outros papéis sociais. E havia uma tendência por parte dos agentes repressivos de não considerar as militantes como mulheres, ou talvez, ao menos, como “mulheres de verdade”:

Cristina Moraes de Almeida – Aí eu comecei a chorar. Estava [em jejum]. O dia todo. Eu comecei a chorar... aí ele disse, era uma frase e dez palavras isso. Aí ele [o escrivão] disse: “Lágrimas de mulher me comovem, mas de subversiva, não. Vai ficar que eu preciso saber mais.” – ele me deu com o punho, me abriu o rosto, aqui. Eu caí. Eu não vi nada.¹⁶⁰

Neste relato de Cristina Moraes de Almeida, amiga de alguns militantes do MR-8, estão presentes vários elementos importantes: a já mencionada hierarquia de gêneros se mostra em funcionamento, pois o agente do Estado se arroga o direito de definir um ser inferior à sua posição na dita hierarquia. Mais do que isso, ele *marginaliza* esse ser. Ao fazer uma diferenciação entre “mulher” e “subversiva”, não apenas Cristina é marginalizada no entendimento ordinário de gênero, como também é desumanizada.

Já que o discurso militar coloca as mulheres militantes enquanto transgressoras de certos valores familiares, recusando-se a aceitar seus papéis sociais estabelecidos pela ordem de gênero, talvez seja possível fazer uma comparação entre a violência dos militares e policiais e a dos maridos violentos dentro dos lares: ambas são disciplinares. Lia Zanotta Machado, em artigo intitulado *Masculinidades e violências: gênero e mal-estar na sociedade contemporânea*, analisa os discursos de estupradores, maridos agressores e jovens violentos, buscando

159 Emilio Ivo Ulrich. Depoimento a CNV, 2013. p. 32

160 Cristina Moraes de Almeida. Depoimento a CNV, 2013. p. 37

problematizar as masculinidades envolvidas nos comportamentos desses homens. Especificamente sobre a questão dos maridos agressores, a autora afirma que

Ouvidos os agressores em relações conjugais violentas, é no contrato conjugal que buscam o sentido de seus atos violentos: são considerados atos “corretivos”. Alegam que as mulheres não obedeceram ou não fizeram o que deviam ter feito em função dos cuidados com os filhos, ou do fato de serem casadas ou “amigadas”. A violência é sempre disciplinar. [...] Os atos de violência parecem não interpelar os sujeitos agressores sobre por que, afinal, agrediram fisicamente, e se têm alguma culpa. São vividos como decisões em nome de um poder e de uma ‘lei’ que encarnam.¹⁶¹

Creio que a comparação seja cabível: os torturadores, assim como os maridos agressores, assumem uma posição ocupada pelos homens na ordem de gêneros, de onde eles encarnam uma lei não escrita que lhes dá poder de fazer tudo o que for necessário para restaurar a ordem que fora ameaçada pelas atitudes insubmissas das mulheres em questão. A violência física é um desses mecanismos, da mesma forma que a violência sexual. No caso dos militares e policiais nas ditaduras latino-americanas, eles de fato encarnavam a lei institucional de seus países, mesmo que fossem leis de exceção e sua atuação se desse na clandestinidade, o que provavelmente lhes arrogava ainda mais autoridade no pensamento desses agentes. Em situações de tortura, esses agentes poderiam apresentar comportamentos megalomaniacos devido ao poder que lhes era oferecido sobre suas vítimas:

Emílio Ivo Ulrich – [...] Em um determinado momento, eu falei uma coisa que deixou eles mais brutos, eu falei alguma coisa do tipo assim: “Ai, minha mãe do céu. Ai, meu Deus do céu!”. Aí ele...palavras...ele, ele emputeceu, o cara virou uma fera – como se não fosse – ele se enfureceu e ele disse uma frase: “Filho da puta, vem falar da sua mãe aqui? Por que que você deixou a sua mãe? E você vem falar da sua mãe?”. E aí falou uma coisa assim, ele disse: “Aqui nesta sala, aqui não existe Deus”. Ele disse assim: “Aqui Deus sou eu”.¹⁶²

O domínio sobre a vida e a morte dos/as torturados/as gerou delírios de poder em muitos dos torcionários e os fez se entenderem como quase deuses diante de suas vítimas. Como se eles encarnassem várias leis, uma lei masculina, uma institucional e também uma divina. Leslie Denise Beloque, militante da ALN, também relata uma fala semelhante por parte de seus torturadores: “Leslie Denise Beloque – [...] E aí matavam quando não interessavam, é isso que eles diziam depois: ‘Eu tenho a vida e a morte na minha mão, a sua morte é quando eu quiser.’”¹⁶³ Além disso, é interessante notar a sacralidade da figura da mãe para tais agentes,

161 MACHADO, Lia Z. Masculinidades e violências: gênero e mal-estar na sociedade contemporânea. In: SCHPUN, Mônica R. *Masculinidades*. São Paulo: Boitempo Editorial; Santa Cruz do Sul, Edunisc, 2004. p. 47

162 Emilio Ivo Ulrich. Depoimento a CNV, 2013. p. 24

163 Leslie Denise Beloque. Depoimento a CNV, 2013. p. 23

pois um traço muito marcante das masculinidades ocidentais é um certo endeusamento e idealização da figura materna, e uma defesa visceral de sua honra. Talvez a menção à mãe tenha sido entendida como uma afronta, pois na mentalidade do torturador, o militante estava traindo a sua família ao defender os ideais de esquerda, ao ser um “comunista”. “Por que você deixou a sua mãe?”, pergunta o torturador; na opinião dele, Emilio a havia abandonado e não tinha direito de chamá-la naquele momento de dor. Mas o torturador não teria se sentido de tal forma ultrajado, não fosse a importância da figura da mãe no imaginário masculino.

Um último fator a analisar brevemente neste capítulo é a resistência à tortura: o ato de não “abrir” era visto como uma afronta aos torturadores, muitas vezes fazendo-os perder o controle, pois mesmo em uma situação onde se encontrava subjogado e indefeso, o militante que resistia se mostrava mais forte dentro da lógica da tortura e da militância política dos grupos de esquerda. Podemos dizer que a masculinidade do torturador também era posta em xeque. E quando era uma mulher que se recusava a falar?

Interlocutora não identificada – Certo. Mas, aí eles já sabiam que você não tinha, não é?

Cleuzer de Barros – Não, eles sabiam. Eles só queriam uma coisa, que eu resistisse. Então, eles tinham raiva dessa situação.

Interlocutora não identificada – Sim, e eu acho que daí também a condição de mulher, eu acho que porquê... Para eles impressionava... Isso eu tenho percebido também, que impressionava muito uma mulher resistir...

Cleuzer de Barros – Por isso que o cara do Rio de Janeiro veio ver e tal. E, sempre com essa história. Quero conhecer... O Roberto, ele tinha muita raiva, ele tinha realmente ódio de mim.¹⁶⁴

Parece-me que a resistência das mulheres podia ser tomada como ainda mais humilhante para os torturadores. A depoente do trecho citado acima, Cleuzer de Barros, militante do PC do B, foi torturada para entregar seu namorado, mas não o fez, e isso pareceu irritar profundamente seus torturadores. Talvez para racionalizar, talvez para desmerecer, ou ambos, mesmo essa resistência à tortura, que muitos militantes homens não conseguiram atingir, foi retirada do âmbito da política e transformada em algo puramente sentimental: os torturadores diziam que ela resistia apenas por estar apaixonada “Cleuzer de Barros – É. Para mim, ficou assim, uma situação, que eles tinham aquela... Eles sabiam que eu não tinha nada, eu estava lá, então, era o Paulo. Então, tinham uns que sempre pegavam nesse ponto da... ‘Lá vem ela, a apaixonada.’”¹⁶⁵ Diante da raiva e da admiração, diante da resistência de uma mulher, os torturadores só conseguiram enquadrar os atos de Cleuzer ao voltar-se para um referencial masculino, no caso

164 Cleuzer de Barros. Depoimento a CNV, 2013. p. 69

165 Cleuzer de Barros. Depoimento a CNV, 2013. p. 70

o namorado dela na época, Paulo. Se ela estava resistindo, era porque estava apaixonada. Tão intenso foi esse reconhecimento, que Cleuzer relata que o então comandante do DOI, Carlos Alberto Brilhante Ustra, tirou Paulo, que estava preso em uma delegacia e levou-o até Cleuzer para que os dois tivessem 15 minutos juntos fora da situação de tortura.¹⁶⁶ Mas também é possível que sentimentos de admiração surjam:

Jussara Martins Albernaz - [...] Eles chegaram lá e só queriam saber: “Ela abriu em São Paulo? Abriu no Rio?” E riam de mim, porque tinham dito que não eram os torturadores. Quando eu chegasse no Rio, eu iria ser torturada. Quando eu cheguei [em Belo Horizonte], a conversa era que eu não tinha dado informação nenhuma. Aí eles disseram: “Olha, agora você vai ser bem tratada. Você pode pedir o que você quiser, que nós vamos te dar”. Eu pensei que eu estava enlouquecendo. [...] porque eles não tinham passado vergonha face aos torturadores do Rio.¹⁶⁷

Jussara Martins Albernaz, militante da Ação Popular (AP), torturada em Minas Gerais, São Paulo e no Rio de Janeiro, parece ter conquistado a simpatia de seus algozes ao manter sua posição de resistência frente aos torturadores de outros estados. Em alguma medida o mesmo aconteceu com as *Moças de Minas*, descritas no livro de Luiz Manfredini, onde o chefe do Inquérito Policial Militar (IPM) lhes disse que gostaria de ter 5 soldados tão fortes quanto elas.¹⁶⁸

Levando em consideração a discussão até aqui feita, afirmo que a lógica ditatorial brasileira, assim como das ditaduras de Segurança Nacional no Cone Sul de forma geral, teve um viés e um discurso bastante calcados no gênero, de tal forma que os valores masculinos presentes nas instituições militares e policiais foram instrumentalizados pela ideologia de Segurança Nacional para legitimar o novo regime. Segundo Idelber Avelar, em seu artigo *Revisões da masculinidade sob ditadura*, a ditadura civil-militar se ancorou em uma leitura masculina e fálica do mundo, onde imagens como desbravar, entrar e penetrar foram constantes, principalmente ao que se refere à Amazônia, nos discursos de Golbery do Couto e Silva e outros ideólogos.¹⁶⁹ O autor também afirma que a masculinidade militar era ostensivamente homofóbica, mas também por definição homosocial, entendendo esse termo enquanto um espaço regido por mecanismos de socialização exclusivos para homens.¹⁷⁰

Da mesma maneira que a identidade militar e policial se cria, em parte, dentro do âmbito

166 Cleuzer de Barros. Depoimento a CNV, 2013. p. 71

167 Jussara Martins Albernaz. Depoimento a CNV, 2013. pp. 8-9

168 MANFREDINI, Luiz. *As moças de minas: uma história dos anos 60*. Editora Alfa-Omega, São Paulo, 1989

169 AVELAR, Idelber. *Revisões da masculinidade sob ditadura*: Gabeira, Caio e Noll. Estudos de literatura brasileira contemporânea, n. 43, p. 49-68, jan/jun, 2014. p. 49

170 Ibidem. p. 49

das relações de gênero, a repressão também se estabelece nesse âmbito em alguma medida. Por isso, podemos afirmar que a repressão, a tortura e suas modalidades têm gênero, e o arcabouço de significações das hierarquias de gênero foi mobilizado durante as ditaduras de SN no Cone Sul, especialmente em relação à tortura, mas não somente nela.

Neste capítulo, apresentei um debate sobre as masculinidades militares e policiais nas ditaduras de SN no Cone Sul. A partir da discussão sobre o discurso de militares que participaram do período ditatorial, evidenciou-se como o mesmo nega, minimiza ou justifica as violências cometidas pelo aparato repressivo através de uma retórica de guerra, disfarçando a política deliberada do sequestro, da tortura, da morte e do desaparecimento daqueles que eram considerados inimigos do regime instituído.

Argumentei que existe uma proximidade entre militarismo e masculinidade nas sociedades ocidentais, e debati a forma pela qual as Forças Armadas atuam como catalisadoras da masculinidade hegemônica difundindo uma noção de virilidade voltada para a violência. A compreensão dessa proximidade ajuda a entender, em parte, o alto grau de violência física, sexual, simbólica e verbal contra as mulheres e homens que não se encaixam na norma política tanto quanto na da masculinidade hegemônica. Essas normas são criadas, mantidas e reproduzidas através de diversos mecanismos de repressão dos comportamentos desviantes. Alguns destes, como as piadas e brincadeiras, também foram analisadas neste capítulo. Da mesma forma, busquei evidenciar como as masculinidades militar e policial reagiram ao confronto com as/os militantes de esquerda, visando iniciar o entendimento de como elas ajudaram a construir os procedimentos de tortura.

Em síntese, para manter a ordem política criou-se uma situação de conflito bélico onde não havia. Dentro desse imaginado conflito, adotou-se a lógica do butim de guerra, onde uma série de violências foram deliberadamente instrumentalizadas e legitimadas pelo discurso militar. Nesse quadro, as masculinidades militares e policiais foram mobilizadas e fizeram parte do processo repressivo como um todo, mas especialmente dos procedimentos de tortura.

CAPÍTULO 2. MASCULINIDADES E VIOLÊNCIA/TORTURA SEXUAL

O presente capítulo tem por objetivo discutir a tortura de caráter sexual e sua relação com as masculinidades dos torturadores. Darei continuidade à análise da lógica do butim de guerra através da violência sexual sofrida por mulheres e por homens. Para tanto, dividirei este capítulo em duas sessões, uma específica para as mulheres e outra para os homens. Apesar de entender o caráter arbitrário, social, discursiva e performaticamente construído dos gêneros feminino e masculino, é impossível negar sua materialização no mundo: pessoas existiram naquele momento histórico e viveram suas vidas de acordo com padrões de gênero, ao mesmo tempo que jogavam com eles, ora aceitando-os, ora rejeitando-os e até mesmo esforçando-se para modificá-los. Da mesma maneira, essas pessoas foram vistas e entendidas enquanto “homens” e “mulheres” pelos agentes repressivos, como corpos e identidades portadores de determinada essência e também foram torturadas, entre outras coisas – enquanto comunistas, terroristas, maridos, esposas, mães, pais, etc. -, enquanto tal. Por isso, uma análise em separado parece-me necessária. Utilizarei como fontes para a escrita deste capítulo, os depoimentos da CNV e os 27 depoimentos compilados no livro *Luta, substantivo feminino*, terceiro livro derivado do relatório *Direito à memória e à verdade*, de 2007.¹⁷¹

Entendo tortura sexual de acordo com a definição de Inger Agger, segundo a qual:

A tortura sexual é um jogo de intercâmbio traumatizante e destrutivo para a identidade entre a vítima e o torturador, no qual a vítima se caracteriza por uma ambiguidade de elementos tanto agressivos como libidinosos. Na psicodinâmica deste jogo de intercâmbio intervém do mesmo modo a estrutura sexual do torturador e a vítima vive a tortura como se dirigida diretamente para a destruição de sua imagem corporal sexual e de sua identidade.¹⁷²

Essa tentativa de destruição pode-se dar por dois caminhos: forçando o preso a participar de relações sexuais humilhantes e causando dor física nos genitais para provocar uma ligação no preso entre dor-pânico e sexualidade.¹⁷³ A tortura de caráter sexual, por conta disso, foi uma das “ferramentas” utilizadas para desestruturar psicologicamente os/as militantes, e não apenas com finalidade puramente inquisitorial, para obter informações.

Mariana Joffily, em artigo chamado *Violências sexuais nas ditaduras militares latino-*

¹⁷¹ MERLINO; OJEDA (orgs). *Luta, substantivo feminino...*

¹⁷² AGGER, I. “Sexual torture of political prisoners: an overview”. *Journal of Traumatic Stress*, vol.2, July, 1989. Apud AGGER, Inger; JENSEN, Sören Buus. *A potência humilhada: tortura sexual de presos políticos do sexo masculino. Estratégias de destruição da potência do homem in RIQUELME U., Horácio. Era de Névoas: direitos humanos, terrorismo de Estado e saúde psicossocial na América Latina.* p. 47.

¹⁷³ AGGER; JENSEN. Op. Cit. p. 47.

americanas: quem quer saber?, faz uma reflexão acerca do porquê da temática das violências sexuais não ter sido pautada durante a transição para a democracia, sendo debatida apenas muito recentemente. A autora afirma que

Um dos grandes problemas do delito sexual reside no fato de a suspeita também recair sobre a pessoa afetada. Se os sobreviventes de situações extremas carregaram a culpa por não terem vivido o mesmo destino de seus companheiros mortos ou desaparecidos, quem sofreu violência sexual teve dificuldade de subtrair-se de um sentimento de responsabilidade pela experiência traumática, o que tendeu a isolá-las no âmbito do privado e da vergonha.

[...]

[o abuso sexual] trata-se de um tipo de violência que estabelece a vergonha do lado da pessoa violada, como se houvesse algum grau de participação da vítima e de algum modo ela ficasse contaminada pela ignomínia do ato.¹⁷⁴

Sendo assim, não apenas o trauma da violência sofrida e a culpa do sobrevivente, mas também a sensação de cumplicidade e a vergonha proveniente desta, impediu uma maior publicização de depoimentos sobre o assunto. Não porque eles não existissem, mas pela invisibilização social que o tema sofreu, por supostamente configurar uma problemática “de interesse particular”.¹⁷⁵ Importante frisar uma diferenciação: as mulheres parecem relatar com muito mais frequência violências sexuais do que os homens. O que não quer dizer que os mesmos não as tenham sofrido. Nas fontes que analisei, encontrei um maior número de mulheres relatando esse tipo de torturas, ou pelo menos relatando-as de forma mais detalhada. Encontrei alguns homens que se recusaram a relata-las pormenorizadamente. Porém, vários falaram sobre elas detalhadamente, até mesmo sobre as de caráter sexual. Claro, as tomadas de depoimento da CNV foram realizadas entre 2012 e 2014. Talvez o distanciamento temporal e o contexto social – especificamente a escuta proporcionada pela Comissão, bem como o avanço dos estudos de gênero e do movimento feminista – tenham permitido a esses homens e mulheres falar sobre tais assuntos de forma menos contida. De qualquer forma, o razoável número de relatos, assim como seu conteúdo, me motivou a selecioná-los e criar esse breve capítulo, buscando trazer mais uma peça para responder minha problemática de pesquisa.

Dos 89 depoimentos da CNV – correspondentes aos anos de 2012 e 2013, apenas de vítimas civis –, 55 traziam menções à tortura, sejam relatos de sevícias sofridas pessoalmente ou testemunhadas, físicas ou psicológicas. Destes, 21 continham menções à torturas sexuais, abusos sexuais e assédios. Dentre os 21, 13 são de mulheres e 8 de homens, o que não é por si

¹⁷⁴ JOFFILY, Mariana. *Violências sexuais nas ditaduras militares latino-americanas: quem quer saber?* Revista Sur 24, v. 13 n° 24, pp. 165-176, 2016. pp. 167 e 168

¹⁷⁵ Ibidem. p. 170

só uma diferença muito grande. Porém, alguns comentários merecem ser tecidos: primeiramente, entre os 8 relatos de homens, 2 se referem à mesma pessoa. O torturado deu seu depoimento, e um companheiro que testemunhou também relatou os mesmos acontecimentos.¹⁷⁶ Em segundo lugar, pelo menos 3 depoimentos de mulheres, dentre os 89 totais, não contém relatos de tortura sexual ainda que as depoentes tenham os relatados em outros contextos.¹⁷⁷ Sendo assim, a contabilização seria de 16 mulheres que vivenciaram ou presenciaram tais experiências. No caso específico da CNV, esse volume de relatos e a disparidade entre o número de mulheres e homens pode ter uma explicação relativamente simples: a CNV possuía um grupo de trabalho (GT) específico para gênero e violência sexual, o que pode ter ajudado na captação desse tipo de depoimentos. Por outro lado, dentre os 89 depoimentos que analisei, nenhum homem fora entrevistado pelo GT de gênero: ficou nítido em minha leitura que para a CNV, que “gênero” estava intimamente ligado à “mulher”. Alguns depoentes conseguiram chamar a atenção para a questão das masculinidades e da tortura sexual em homens, mas os membros da mesa nunca perguntaram diretamente a um homem sobre tais violências, enquanto isto fora frequente no caso das mulheres.

Em meu TCC, listei os seguintes procedimentos como tortura de caráter sexual: violação hétero e homossexual; violação de mulheres por cachorros treinados; aplicação de choques nos genitais; introdução nos orifícios naturais de objetos similares a um pênis, aos quais se conecta eletricidade, habitualmente de tamanhos grotescos e desproporcionais, que causam dano mecânico; estimulação das zonas erógenas por manuseios; pressão forçada para observar relações sexuais anormais; pressão para masturbação do próprio sujeito ou de outros; felação; a conotação geral de agressão sexual; nudez; humilhação sexual verbal; ameaças de agressão sexual ao sujeito ou aos familiares; ameaças de futura impotência ou frigidez; ameaças de futura infertilidade; zombarias frente à menstruação; ameaças de aborto e abortos forçados.¹⁷⁸ De todos estes procedimentos, não contabilizei a nudez para os fins deste capítulo, pois nem sempre ela aparece com uma conotação sexual. Temi que sua inclusão pudesse superdimensionar a análise, por isso contei apenas os casos em que a nudez necessariamente veio acompanhada de uma conotação mais geral de agressão sexual. Com apenas algumas exceções, todos os relatos de

¹⁷⁶ Osni Geraldo Gomes, militante da VPR e do PCBR foi preso no Chile após o golpe em 1973, ficando detido no Estádio Nacional, onde foi torturado por policiais brasileiros. Otto Brockes, militar expurgado e militante do PCBR, também fora preso no Chile e testemunhara o grave estado em que Osni ficara após ser barbaramente torturado.

¹⁷⁷ Ignez Serpa e Nilce Cardoso possuem processos na Comissão Especial de Indenização de ex-presos políticos do Rio Grande do Sul, onde as mesmas relatam variadas torturas de caráter sexual. Jessie Jane Vieira de Souza possui um depoimento transcrito no livro *Luta*, substantivo feminino, onde ela relata ter sofrido violências sexuais.

¹⁷⁸ GRACIA. Op. Cit. p. 15

tortura contém este elemento, pois a mesma foi uma prática generalizada e com caráter de eficiência burocrática. No capítulo 3 irei discutir mais detidamente essa problemática.

2.1 Restabelecimento da ordem e arma de guerra: a violência sexual contra mulheres

Rita Maria de Miranda Sipahi – Eles deram choque na vagina, tiraram a roupa toda, e era um dos que era mais que conversava, dizia, você parece com isso, com a minha mulher, você é muito jovem, tem dois filhos, o que você está fazendo aqui, ele conversava, tentava te envolver no sentido de que por que é que você não fala, por que você não diz, você se livra e você volta para sua casa, seus filhos.

Raissa Ventura (Comissão Nacional da Verdade) – Eles ameaçaram seus filhos?

Rita Maria de Miranda Sipahi – Não, nunca ameaçaram meus filhos não. Eles se referiam muito a eles no sentido de que é que eu estava fazendo ali se eu tinha dois filhos para criar e para tomar conta, quer dizer, eu fazia esse tipo. Mas eles nunca ameaçaram não.¹⁷⁹

Ana Maria Ramos Estêvão – Fiquei nua no pau de arara, levei choque na vagina. Recebi muita ameaça de que eles iam me estuprar com arma. Mas não chegaram a cumprir, não. E quando me penduraram, me ameaçaram também de estupro, mas não chegaram a cumprir, não. Quando me penduraram, me ameaçaram também de estuproamento[sic], mas não se concretizou. E desnudamento forçado.

[...]

Ana Maria Ramos Estêvão – Eles sempre tentaram, quando interrogavam mulheres, se a pessoa dizia que era virgem, quando eles perguntavam, eles diziam: “Ah, então nós vamos fazer o exame. Fulano vai fazer. O dedo dele é bem grande. Ele vai fazer o exame para saber se você é mesmo”. [...] ¹⁸⁰

Cleuzer de Barros – [...] Aí, fui para... Puseram, já me prepararam tudo aqui, os choques... Em toda parte...

Interlocutora não identificada – Nos genitais?

Cleuzer de Barros – Nos genitais, no ânus, eu estava menstruada, no ânus, no nariz, na orelha, na boca, nos seios... Eles não conseguiram amarrar, porque eu tinha o seio muito pequeno, então, eles gozavam. O Ramiro me gozava muito que ele não conseguia amarrar, que tinha que pôr um esparadrapo aqui para segurar no seio, o fio, porque caía.¹⁸¹

Raissa Ventura (Comissão Nacional da Verdade) – Esse era o...?

Rosemary Nogueira – O Tralli, ele que...então ele me descobriu lá e virou tarado. Por duas vezes me virou assim, que você fica de bunda para cima e ficava mexendo assim com a mão. Teve uma vez...eu não sei, vocês sabem, vocês têm filhos, com 40 dias de parto a gente sangra muito...se chamava “dieta”. E aí eu estava sangrando muito...ah, e eu não tomava banho, eles não me deixavam tomar banho. E tinha o leite e cheirava azedo, e eu estava sangrando. Aí eu apanhei porque estava sangrando e ele ficou com nojo, essas coisas. E fedia, cheirava, não é? Fora o suor do nervoso, o leite azedo, sangue, eu cheirava. Eu achava que eu cheirava, porque eles falaram que eu era fedida, então eu acredito mesmo. Aí apanhava porque eu estava fedida: “Sua fedida, está toda fedida, nojenta.” Era assim. [...].

Rosemary Nogueira – É, então, foi ali, eles fizeram um inquérito absurdo que está

¹⁷⁹ Rita Maria de Miranda Sipahi. Depoimento à CNV, 2013. pp. 16-17

¹⁸⁰ Ana Maria Estêvão. Depoimento à CNV, 2013. pp. 44 e 48

¹⁸¹ Cleuzer de Barros. Depoimento à CNV, 2013. pp. 49-50

aí para vocês poderem ver. E no meu caso fiquei chamada de Miss Brasil, eles chamavam os caras para me ver nua: “Olha acabou de parir, só pode ser vaca terrorista.” Porque eu era muito magra, emagreci mais ainda porque eu não comia lá, não conseguiu comer, e aí eu fui virando um fiapinho de pano de chão.¹⁸²

Marise Egger-Moellwald - *Os homens que me torturavam se revezavam entre o local onde eu estava e a sala contígua. Estavam num estado de alteração psíquica indescritível. Eu era erguida da cadeira e jogada, nua e encapuzada, como se fosse uma peteca, de mão em mão, no meio de xingamentos e gritaria. Depois, fui submetida a tapas e choques elétricos. Perdi alguns dentes e todas as minhas obturações caíram. Como estava amamentando, o leite escorria pelo meu corpo, o que constrangeu alguns torturadores e estimulou outros.*¹⁸³

Elza Lobo - *Fizeram de tudo comigo: cadeira do dragão, pau de arara, telefone, palmatória, choque elétrico na vagina, nos seios, nos braços, nas orelhas. No pau de arara, a gente ficava pendurado pelas pernas, feito um peru no pau, num forno. [...] Havia também as ameaças de morte, xingamentos, como ‘sua puta, por que esta metida nisso?’*¹⁸⁴

Áurea Moretti - *Acordei no chão da cela com um deles me chutando. Comecei a ser arrastada pelo corredor cheio de policiais e levada escada acima. Eles eram muitos. Um deles começou a falar que era meu noivo, que ia casar comigo. De repente, os outros começaram a passar a mão em mim, no meu corpo, nos meus seios, coxas – aquele monte de homens – e começaram a cantar a marcha nupcial. Quando abriram a porta, tinham montado uma sala de tortura no quartel de Ribeirão Preto, com pau de arara, choque elétrico, e aquele monte de homens gritando, me batendo. O homem que disse que ia casar comigo rasgou a minha roupa. Me jogaram água, o bombeiro me amarrou na cadeira e começou a sessão de choque elétrico praticamente a noite inteira, e eu nua, apanhando. Eram choques nos seios, no ventre, na vagina, dentro do ouvido... Era um pesadelo. Era um monte de homens, de 30 a 40 anos, todo o pessoal da Oban que tinha vindo para Ribeirão. Três dias depois fui levada para São Paulo com meus companheiros de organização. Durante a viagem, o torturador ia me assediando. Ele dizia que queria trepar comigo e que a gente ia virar presunto na estrada.*¹⁸⁵

Lylia Guedes - *Eles passavam por ali o tempo todo, tinha muito assédio, puxavam meu cabelo, falavam coisas. Na primeira semana, eu não fui torturada porque estava tudo concentrado no Odijas e nos demais presos, que eram da direção do PCBR. Eu era uma desconhecida da repressão e muito menina, tinha pouco mais de 18 anos. Mas quando passavam por mim, diziam: ‘Amanhã vai ser você, mas aí vai ser diferente’. E diziam coisas nojentas sugerindo que haveria violência sexual. Teve um dia que eu fui interrogada pelo Miranda, que era o chefe dos torturadores. Eu apanhei de palmatória nas nádegas, mãos, pés... Numa das ameaças de violência sexual, o delegado me chamou, disse que eu estava muito magra e perguntou se eu estava trepando muito, pois essa era a melhor maneira de emagrecer. E disse que ele poderia me alimentar bem, me engordar e depois me faria emagrecer com a dieta do sexo. Isso tudo aconteceu no Dops do Recife. Depois eu fui levada para o quartel do Derby, onde também foi muito pesado, porque não tinha instalação para presas.*

¹⁸² Rosemary Nogueira. Depoimento à CNV, 2013. pp. 5-6 e 7

¹⁸³ Depoimento de MARISE EGGGER-MOELLWALD. In: MERLINO; OJEDA. Op. Cit. p. 83 [Mantive os depoimentos retirados do livro Luta, substantivo feminino em itálico, exatamente como estão na publicação original]

¹⁸⁴ Depoimento de ELZA LOBO. In: MERLINO; OJEDA. Op. Cit. p. 133

¹⁸⁵ Depoimento de ÁUREA MORETTI. In: MERLINO; OJEDA. Op. Cit. p. 133

*Então, ficamos três mulheres numa cela exposta, sem cortina, com soldados passando e fazendo gracejos.*¹⁸⁶

Início esta sessão com uma volumosa seleção de trechos para análise. Minha intenção é colocar alguns temas que direcionarão a argumentação nas próximas páginas. O primeiro depoimento, pertencente a Rita Maria de Miranda Sipahi, militante da AP e do Partido Revolucionário Trotskista (PRT), traz um elemento de ligação com o capítulo anterior: o torturador conversava com a depoente nos termos de um “guardião da família”, comparando-a com sua esposa, implicando que o fato de ter dois filhos fazia dela uma pessoa respeitável. Porém, sua militância política a degradava. Por isso, a mesma deveria voltar para sua casa e seus filhos. No depoimento de Elza Lobo, onde aparece a fala do torturador questionando-a “porque está metida nisso?”, aponta para a mesma relação. Creio que essa seja a tônica de boa parte das torturas infligidas em mulheres no período ditatorial: a tentativa de restabelecer a ordem de gênero através da punição daquelas que encarnavam a grave transgressão, como afirma Sanseviero, para o qual essas violências têm a função de reintegrá-las ao seu lugar socialmente assignado.¹⁸⁷ Ou ainda, como argumenta Alejandra Pecoraro, em artigo intitulado *Políticas de terror y violencia sexual*, que apesar da violência sexual ter sido empregada tanto em homens quanto em mulheres, para as últimas teve caráter singular, pois elas ousaram desafiar seus papéis sociais e a hegemonia patriarcal.¹⁸⁸ Pecoraro trata especificamente do contexto argentino, onde o estupro parece ter tomado proporções de política de Estado. A autora afirma que a violência sexual era sistemática nos centros clandestinos de detenção e tortura (CCDTs), onde mulheres poderiam ser violadas de 10 a 20 vezes por dia. Isto envolvia a participação e conhecimento da prática por membros de toda a hierarquia. Fossem estes guardas, carcereiros, membros da “patota” – grupos responsáveis por efetuar as prisões de militantes –, oficialidade do serviço de inteligência, comandantes militares em função de juízes, entre outros.¹⁸⁹ No caso brasileiro não encontrei, seja nas fontes, seja pela bibliografia, indícios do uso sistemático do estupro semelhante ao da ditadura argentina. Porém, o considerável volume dos relatos do uso de violência sexual contra os/as presos/as políticos/as deixa entrever, no mínimo, uma prática comum e relativamente disseminada.

No meu trabalho de conclusão de curso busquei compreender a ditadura civil-militar como um evento traumático que teria sua terapia no testemunho. Analisei os processos da

¹⁸⁶ Depoimento de LYLIA GUEDES. In: MERLINO; OJEDA. Op. Cit. p. 170

¹⁸⁷ SANSEVIERO. Op. Cit.

¹⁸⁸ PECORARO. *Políticas de terror...*

¹⁸⁹ *Ibidem*. p. 131

Comissão Especial de Indenização de ex-presos políticos do Rio Grande do Sul, fonte que me possibilitou sistematizar e problematizar a questão da tortura de caráter sexual. Por tratar especificamente sobre mulheres, busquei entender como os saberes sociais e as representações do feminino ajudaram a desmerecer a ação política delas e facilitar esse tipo de violência contra as mesmas.

Ao longo desse processo encontrei relatos que se enquadraram nas seguintes categorias: violência verbal, ameaças de estupro, nudez, choques e outras agressões genitais, estupros e outros abusos sexuais, menstruação e gravidez e aborto, além de discutir as possíveis sequelas deixadas por essas violências. Defendi a ideia de que uma ligação entre a atividade sexual e a política fora criada pela repressão, gerando um ser duplamente desviante, que deveria ser duplamente punido, marcadamente pela tortura sexual.¹⁹⁰

Nos depoimentos acima, sobressaem os ataques à genitália, principalmente o choque, como uma forma primária de tortura. Creio que esse tipo de sevícia não pode ser reduzida à sua suposta eficácia, já que se concentra em um ponto sensível da anatomia feminina. Existe também uma função de punição envolvida, ainda que nem sempre pronunciada. Ana Maria Estevão, militante da ALN, relata não apenas os choques vaginais, mas também as constantes ameaças de estupro que sofreu e a humilhação das mulheres que porventura se declarassem virgens. A virgindade das presas políticas poderia ser utilizada como forma de intimidação e tortura psicológica, através das ameaças de estupro, ainda que essas não fossem direcionadas apenas às mulheres virgens. Nos depoimentos de Áurea Moretti, militante das Forças Armadas de Libertação Nacional e estudante de enfermagem por ocasião de sua prisão em 1969, e Lylia Guedes, militante do PCBR e estudante secundarista em 1971, quando foi presa, são registradas algumas formas de ameaças de estupro e abusos sexuais: a situação do torturador dizendo que iria se casar com Áurea, seguido do assédio coletivo da equipe que a carregava para a sala de tortura, transforma toda a situação em uma grande ameaça de caráter sexual, embalada pela marcha nupcial. Mesmo durante sua transferência para São Paulo, a ameaça de violação não deixou de pairar sobre sua cabeça. Na fala de Lylia, por sua vez, o elemento da constante exposição aos soldados aparece como fator determinante, inclusive dos assédios sofridos por ela e por outras mulheres. A vulnerabilidade era significativamente aumentada pela total falta de privacidade. Ainda sobre Lylia, a bizarra fantasia do delegado acerca da magreza da mesma, talvez possa ser entendida tanto enquanto uma forma de ameaça e desestruturação psicológica, quanto uma tara do policial, que delirava sobre um poder de moldar o corpo feminino conforme

¹⁹⁰ GRACIA. Op. Cit.

sua vontade.

Na fala de Cleuzer de Barros, militante do PC do B, a questão da menstruação aparece como relevante. Em meu trabalho de conclusão de curso, consegui perceber nos processos da Comissão de Indenização e na fala de Adyr Fiúza em entrevista ao CPDOC, que a menstruação poderia ser vista como sinal de fraqueza, de falta de controle, assim como um motivo de chacota e humilhação.¹⁹¹

A maternidade foi um foco de atenção para os torturadores. No relato de Rosemary Nogueira, militante da ALN que foi presa logo após ter dado à luz, vemos como o corpo feminino é tratado com brutalidade e asco pelos torturadores. A segunda parte do recorte apresentado traz ainda a apropriação do corpo de Rosemary como um objeto de exposição, levando a objetificação da mesma a níveis extremos. Ainda no caso de Rosemary, mais adiante em seu depoimento, ela relata o momento em que os torturadores chamaram um enfermeiro para dar-lhe uma injeção para “cortar o leite”, negando-lhe o direito de amamentar seu filho.¹⁹² Na fala de Marise Egger-Moellwald, militante do PCB e estudante de Ciências Sociais à época de sua prisão em 1975, a lactação surge também como fator de incômodo na situação de tortura: constrange uns e estimula outros. Se alguns ficam constrangidos, seja por perceberem que estão seveciando uma mãe ou por nojo de entrar em contato com o fluído corporal, outros se sentem estimulados sexualmente. A violência contra mães e mulheres grávidas podia tomar proporções aberrantes:

Marcos Penna Sattamini de Arruda - [...] Então a Estrella, o caso dela é que ela foi presa em Volta Redonda, me parece, e depois de torturadíssima disse que estava grávida e eles pisaram muito na barriga dela e ela estava com hemorragia dos órgãos internos e foi trazida para o hospital.¹⁹³

Izabel Fávero – [...] e o meu marido dizia, “por favor, não façam nada com ela, podem, podem me torturar, mas ela tá grávida”, e eles riam, debochavam, “isso é história, ela é suja, mas não tem nada a ver”, enfim. Em nenhum momento isso foi algum tipo de preocupação, em relação [pausa, voz embargada]. Eu certamente abortei por conta dos choques que eu tive nos primeiros dias, nos órgãos genitais, nos seios, ponta dos dedos, atrás das orelhas, aquilo provocou obviamente um desequilíbrio, eu lembro que eu tinha, muita, muita, muita dor no pescoço, porque quando a gente, quem sofreu choque, sabe? A gente joga a cabeça pra trás, aí tinha um momento que eu não sabia mais aonde doía, o que, doía em todo lado, mas enfim. Certamente foi isso. E eles ficavam muito irritados de me ver suja e sangrando e cheirando mal, enfim. Eu acho que ficavam até com mais raiva, e me machucavam mais ainda.¹⁹⁴

¹⁹¹ GRACIA. Op. Cit. p. 52 No capítulo três irei discutir mais detidamente as falas de Adyr Fiúza sobre a questão da nudez forçada.

¹⁹² Rosemary Nogueira. Depoimento à CNV, 2013. p. 8

¹⁹³ Marcos Penna Sattamini de Arruda. Depoimento à CNV, 2013. p. 6

¹⁹⁴ Izabel Fávero. Depoimento à CNV, 2013. p. 6

Hecilda Fontelles Veiga - *Quando fui presa, minha barriga de cinco meses de gravidez já estava bem visível. Fui levada à delegacia da Polícia Federal, onde, diante da minha recusa em dar informações a respeito de meu marido, Paulo Fontelles, comecei a ouvir, sob socos e pontapés: ‘Filho dessa raça não deve nascer’. [...]. Aí, levaram-me ao hospital da Guarnição em Brasília, onde fiquei até o nascimento do Paulo. Nesse dia, para apressar as coisas, o médico, irritadíssimo, induziu o parto e fez o corte sem anestesia. Foi uma experiência muito difícil, mas fiquei firme e não chorei. Depois disso, ficavam dizendo que eu era fria, sem emoção, sem sentimentos. Todos queriam ver quem era a ‘fera’ que estava ali.*¹⁹⁵

Eleonora Menicucci de Oliveira - *Um dia, eles me levaram para um lugar que hoje eu localizo como sendo a sede do Exército, no Ibirapuera. Lá estava a minha filha de um ano e dez meses, só de fralda, no frio. Eles a colocaram na minha frente, gritando, chorando, e ameaçavam dar choque nela.*¹⁹⁶

Maria Amélia de Almeida Teles - *Mas com certeza a pior tortura foi ver meus filhos entrando na sala quando eu estava na cadeira do dragão. Eu estava nua, toda urinada por conta dos choques. Quando me viu, a Janaína perguntou: ‘Mãe, por que você está azul e o pai verde?’. O Edson disse: ‘Ah, mãe, aqui a gente fica azul, né?’. Eles também me diziam que iam matar as crianças. Chegaram a falar que a Janaína já estava morta dentro de um caixão.*¹⁹⁷

Gilse Cosenza - *Depois disso, eles passavam noites inteiras me descrevendo o que iam fazer com a minha menina de quatro meses. ‘Você é muito marruda, mas vamos ver se vai continuar assim quando ela chegar. Estamos cansados de trabalhar com adulto, já estudamos todas as reações, mas nunca trabalhamos com uma criança de quatro meses. Vamos colocá-la numa banheirinha de gelo e você vai ficar algemada marcando num relógio quanto tempo ela leva para virar um picolé. Mas não pense que vamos matá-la assim fácil, não. Vocês vão contribuir para o progresso da ciência: vamos estudar as reações, ver qual vai ser a reação dela no pau de arara, com quatro meses. E quanto ao choque elétrico, vamos experimentar colocando os eletrodos no ouvido: será que os miolos dela vão derreter ou vão torrar? Não vamos matá-la, vamos quebrar todos os ossinhos, acabar com o cérebro dela, transformá-la num monstrinho. Não vamos matar você também não. Vamos entregar o monstrinho para você para saber que foi você a culpada por ela ter se transformado nisso’. Depois disso, me jogavam na solitária. Eu quase enlouqueci. Um dia, eles me levaram para uma sala, me algemaram numa cadeira e, na mesa que estava na minha frente, tinha uma banheirinha de plástico de dar banho em criança, cheia de pedras de gelo. Havia o cavalete de pau de arara, a máquina do choque, e tinha uma mamadeira com leite em cima da mesa e um relógio na frente. Eles disseram: ‘Pegamos sua menina, ela já vai chegar e vamos ver se você é comunista marruda mesmo’. Me deixaram lá, olhando para os instrumentos de tortura, e, de vez em quando, passava um torturador falando: ‘Ela já está chegando’.*¹⁹⁸

Ana Maria Ramos Estêvão – [...] Além das violências que eles faziam com as mulheres que tinham filho, que levavam os filhos, que ameaçavam, que torturavam. Isso era o pior. Agora que eu sou mãe, dá para avaliar o quanto isso deve ter sido difícil de lidar.

Raíssa Wihby Ventura (Comissão Nacional da Verdade) – Você presenciou

¹⁹⁵ Depoimento de HECILDA FONTELLES VEIGA. In: MERLINO; OJEDA. Op. Cit. p. 76

¹⁹⁶ Depoimento de ELEONORA MENICUCCI DE OLIVEIRA. In: MERLINO; OJEDA. Op. Cit. p. 149

¹⁹⁷ Depoimento de MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES. In: MERLINO; OJEDA. Op. Cit. p. 162

¹⁹⁸ Depoimento de GILSE COSENZA. In: MERLINO; OJEDA. Op. Cit. p. 192

algum?

Ana Maria Ramos Estêvão – Não, contra criança, não. Só contra a Denise, que estava grávida. Vocês vão entrevistar a Madre Maurina? Não sei se ela ainda está viva. Ela foi grávida para a Itália, de estupro. O Vaticano não deixou ela abortar.¹⁹⁹

Áurea Moretti - *Quando chegamos no quartel, foi um massacre. Era dia e noite gente caindo; os padres, a irmã Maurina Borges da Silveira... Me lembro de quando ela chegou na cela. Eu estava de bruços porque estava muito estraçalhada e pensei: 'Meu deus, o que essa freira está fazendo aqui?'. Ela foi torturada e assediada. Eu sou testemunha da cena. O capitão Cirilo, do Exército de Pirassununga, tentando agarrá-la, passando a mão nela.*²⁰⁰

Muitos abortos forçados se originaram de violências como as descritas por Marcos Arruda, militante da AP, torturado nas instalações da OBAN. O pretense poder sobre a vida e a morte que muitos torturadores consideravam ter, podia se estender, inclusive, aos filhos das militantes. O emocionado relato de Izabel Fávero, mostra como os torturadores, não acreditando ou não querendo acreditar que ela estava grávida, causaram um aborto aos dois meses de gestação. Os agentes repressivos poderiam vir a decidir se uma criança iria nascer ou não, como ilustra a forte cena narrada por Hecilda Fontelles Veiga, militante da AP e estudante de Ciências sociais em 1971, ano de sua prisão, onde um torturador teria afirmado que “filho dessa raça não deve nascer”. A brutalidade da frase deixa entrever uma biologização do inimigo, como se a ideologia política pudesse ser transmitida pelo DNA. Além disso, o violento procedimento de parto, que marcou muito a depoente, mas que a mesma aguentou sem chorar, lhe rendeu ainda mais desprezo, pois então ela passou a ser percebida como “fria, sem emoção, sem sentimentos”. A força e a resistência de Hecilda são tomadas por anormalidades.

A gravidez de uma determinada militante poderia também ser utilizada como uma fraqueza a ser explorada, como foi descrito por Vitória à Elizabeth Ferreira: presa no início de uma gravidez, sua situação foi utilizada para aumentar a eficácia do procedimento de tortura, o que resultou em um aborto.²⁰¹ Ferreira escreve sobre uma de suas entrevistadas, Joana, que engravidou de um estupro na PE do Rio de Janeiro. A gestação não foi levada a termo, pois a entrevistada teve um aborto pouco tempo depois. O trauma foi tão grande, porém, que não a permitiu criar coragem para, depois disso, ter filhos.²⁰²

Da mesma forma que a gravidez, os filhos também poderiam ser considerados enquanto ponto fraco. Os depoimentos de Eleonora Menicucci de Oliveira, militante do POC, estudante de sociologia e professora de ensino fundamental quando detida em 1971, foi testemunha das

¹⁹⁹ Ana Maria Estêvão. Depoimento à CNV, 2013. p. 49

²⁰⁰ Depoimento de ÁUREA MORETTI. In: MERLINO; OJEDA. Op. Cit. p. 133

²⁰¹ FERREIRA. *Mulheres, militância...* p. 153

²⁰² *Ibidem.* p. 153

ameaças de tortura à sua filha, que não tinha nem dois anos de idade ainda. Maria Amélia de Almeida Teles, militante do PCdoB e professora de educação artística por ocasião de sua prisão em 1972, foi exposta, juntamente com seu marido, ao olhar de seus filhos após terem sido terrivelmente torturados, além de sofrer com as ameaças de assassinato dirigidas às suas crianças. Gilse Cosenza, militante da AP e recém formada em Serviço Social no ano de 1969 quando foi presa, foi psicologicamente torturada com a perspectiva da tortura de sua filha nascida a poucos meses. O requinte de crueldade da imaginação dos torturadores impressiona: as ameaças são feitas de forma extremamente detalhada.

O relato de Ana Maria sobre a madre Maurina é um pouco controverso: a freira nunca assumiu publicamente ter sido estuprada, nem tampouco ter engravidado, apesar de que em uma determinada conversa telefônica com uma jornalista, ela teria admitido o estupro, mas não a gravidez.²⁰³ Por outro lado, a fala de Áurea Moretti reconhece a brutalidade do tratamento dispensado à freira, bem como seu caráter sexual. Maurina teria sido, no mínimo, molestada por seus algozes. De qualquer forma, aproveitarei para iniciar uma discussão sobre o ato do estupro e suas significações, principalmente no contexto analisado, a partir de um novo conjunto de depoimentos:

Dulce Maia - *Muitos deles vinham assistir para aprender a torturar. E lá estava eu, uma mulher franzina no meio daqueles homens alucinados, que quase babavam. Hoje, eu ainda vejo a cara dessas pessoas, são lembranças muito fortes. Eu vejo a cara do estuprador. Era uma cara redonda. Era um homem gordo, que me dava choques na vagina e dizia: 'Você vai parir eletricidade'. Depois disso, me estuprou ali mesmo. [...] Em todas as vezes em que eu era pendurada, eu ficava nua, amarrada pelos pés, de cabeça para baixo, enquanto davam choques na minha vagina, boca, língua, olhos, narinas. Tinha um bastão com dois pontinhos que eles punham muito nos seios. E jogavam água para o choque ficar mais forte, além de muita porrada. O estupro foi nos primeiros dias, o que foi terrível para mim. Eu tinha de lutar muito para continuar resistindo. Felizmente, eu consegui. Só que eu não perco a imagem do homem. É uma cena ainda muito presente. [...] Eles tiveram muito ódio de mim porque diziam que eu era macho de aguentar. [...] Me tratavam de 'puta', 'ordinária'. Me tratavam como uma pessoa completamente desumana. Eu também os enfrentei muito. Com certa tranquilidade, eu dizia que eles eram seres anormais, que faziam parte de uma engrenagem podre. Eu me sentia fortalecida com isso, me achava com a moral mais alta.*²⁰⁴

Inês Etienne Romeu - *O 'Márcio' invadia minha cela para 'examinar' meu ânus e verifi car se o 'Camarão' havia praticado sodomia comigo. Esse mesmo 'Márcio' obrigou-me a segurar seu pênis, enquanto se contorcia obscenamente. Durante esse período fui estuprada duas vezes pelo 'Camarão' e era obrigada a limpar a cozinha*

²⁰³ <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2013-10-21/historia-sobre-madre-maurina-e-mais-embematica-da-ditadura-militar-diz-pesquisadora>. Acessado em 29/11/2017.

²⁰⁴ Depoimento de DULCE MAIA. In: MERLINO; OJEDA. Op. Cit. p. 70

*completamente nua, ouvindo gracejos e obscenidades, os mais grosseiros [...].*²⁰⁵

Gilse Cosenza - *Fomos colocadas na solitária, onde ficamos por três meses, sendo tiradas apenas para sermos interrogadas sob tortura. Era choque elétrico, pau de arara, espancamento, telefone, tortura sexual. Eles usavam e abusavam. Só nos interrogavam totalmente nuas, juntando a dor da tortura física à humilhação da tortura sexual. Eles aproveitavam para manusear o corpo da gente, apagar ponta de cigarro nos seios. No meu caso, quando perceberam que nem a tortura física nem a tortura sexual me faziam falar, me entregaram para uns policiais que me levaram, à noite, de olhos vendados, para um posto policial afastado, no meio de uma estrada. Lá, eu fui torturada das sete da noite até o amanhecer, sem parar. Pau de arara até não conseguir respirar, choque elétrico, espancamento, manuseio sexual. Eles tinham um cassetete cheio de pontinhos que usavam para espancar os pés e as nádegas enquanto a gente estava naquela posição, de cabeça para baixo. Quando eu já estava muito arreventada, um torturador me tirou do pau de arara. Eu não me aguentava em pé e caí no chão. Nesse momento, nessa situação, eu fui estuprada. Eu estava um trapo. Não parava em pé, e fui estuprada assim pelo sargento Leo, da Polícia Militar.*²⁰⁶

Ígnez Maria Raminger - *De violência sexual, só não houve cópula, mas metiam os dedos na minha vagina, enfiavam cassetete no ânus. Isso, além das obscenidades que falavam. Havia muita humilhação. Eles tiravam sarro ao mesmo tempo que nos batiam.*²⁰⁷

Dilea Frate - *Lembro-me de uma camponesa que estava com o rosto desfigurado pela pancadaria. Ela não conhecia ninguém ali, nem sequer sabia o que era comunismo. Foi parar lá porque tinha se relacionado amorosamente com um militante. Ao ver aquilo e ouvir o relato das outras presas, muitas estupradas por vários homens e objetos, como garrafas e pedaços de pau, fiquei ainda mais apavorada.*²⁰⁸

Áurea Moretti - *Tiveram de tirar a gente do quartel porque qualquer soldado se sentia no direito de ir no banheiro com a gente, assediar. Eles falavam assim: 'Ô boneca terrorista, vamos jogar dados e fazer a fila para ver quem será o primeiro'.*²⁰⁹

Eleonora Menicucci de Oliveira - *Sofri torturas no pau de arara, na cadeira do dragão, levei muito soco inglês, fui pisoteada por botas, tive três dentes quebrados. Éramos torturadas completamente nuas. Com o choque, você evacua, urina, menstrua. Todos os seus excrementos saem. A tortura era feita sob xingamentos como 'vaca', 'puta', 'galinha', 'mãe puta', 'você dá para todo mundo'... Algumas mulheres sofreram violência sexual, foram estupradas. Mas apertar o peito, passar a mão também é tortura sexual. E isso eles fizeram comigo. Eles também colocaram na minha vagina um cabo de vassoura com um fio aberto enrolado. E deram choque. O objetivo deles era destruir a sexualidade, o desejo, a autoestima, o corpo.*²¹⁰

Maria Amélia de Almeida Teles - *A primeira forma de torturar foi me arrancar a*

²⁰⁵ Depoimento de INÊS ETIENNE ROMEU. In: MERLINO; OJEDA. Op. Cit. p. 105 (Depoimento originalmente publicado no jornal carioca *O Pasquim*, no 607, 12 a 18 de janeiro de 1981, pp. 4-5 e 26).

²⁰⁶ Depoimento de GILSE COSENZA. In: MERLINO; OJEDA. Op. Cit. p. 192

²⁰⁷ Depoimento de IGNEZ MARIA RAMINGER. In: MERLINO; OJEDA. Op. Cit. p. 112

²⁰⁸ Depoimento de DILEA FRATE. In: MERLINO; OJEDA. Op. Cit. p. 128

²⁰⁹ Depoimento de ÁUREA MORETTI. In: MERLINO; OJEDA. Op. Cit. p. 133

²¹⁰ Depoimento de ELEONORA MENICUCCI DE OLIVEIRA. In: MERLINO; OJEDA. Op. Cit. p. 149

*roupa. Lembro-me que ainda tentava impedir que tirassem a minha calcinha, que acabou sendo rasgada. Começaram com choque elétrico e dando socos na minha cara. Com tanto choque e soco, teve uma hora que eu apaguei. Quando recobri a consciência, estava deitada, nua, numa cama de lona com um cara em cima de mim, esfregando o meu seio. Era o Mangabeira [codinome do escrivão de polícia de nome Gaeta], um torturador de lá. A impressão que eu tinha é de que estava sendo estuprada. Aí começaram novas torturas. Me amarraram na cadeira do dragão, nua, e me deram choque no ânus, na vagina, no umbigo, no seio, na boca, no ouvido. Fiquei nessa cadeira, nua, e os caras se esfregavam em mim, se masturbavam em cima de mim.*²¹¹

Eugênia Cristina Godoy de Jesus Zerbini - [...] Eu me lembro, ele era mais alto do que eu, ele tinha cabelo liso e era assim, o tom de pele, assim dela, agora, mais? Ele me jogou na mesa e daí teve relação sexual, não consentida, é lógico. E, não sei, não sei o que mais que eu poderia falar, a relação foi completa, porque eu digo, porque de toda essa, eu não posso dizer que é tragédia, porque seria injusta com as pessoas que morreram naquele lugar, naquela sala, mas, na Operação Bandeirantes morreu gente, então, de toda essa lástima, de toda, esse episódio, eu ainda, o pior não aconteceu, não engravidei, foi completa que eu digo, ele teve prazer dentro de mim, mas, ninguém pode perguntar: “E você? Teve prazer?” Era assim, uma menina que tem 16 anos nem sabe o que é prazer.²¹²

Como mencionei no capítulo anterior, a lógica do butim de guerra inclui a apropriação sexual das mulheres dos vencidos e das próprias militantes, que faziam parte do “exército inimigo”. Nesta lógica está presente a dominação e humilhação do outro, na forma de violência sexual, principalmente contra as mulheres, pois esta é uma parte central do entrelaçamento das masculinidades militares e policiais que diz respeito à disponibilidade/propriedade do corpo das mulheres e o ataque aos homens inimigos através delas. Não encontrei, nos depoimentos referentes a 2012 e 2013, nenhum relato de uma militante estuprada, mas esses relatos aparecem em outras fontes, como o livro *Luta, substantivo feminino*, citados acima.²¹³

Na fala de Dulce Maia, militante da VPR e produtora cultural quando foi presa em 1969, os torturadores estavam assistindo suas torturas, em um tipo de aula. Os mesmos são retratados como homens enlouquecidos que “quase babavam”, o que tornava a cena ainda mais amedrontadora. O homem que a estupro também a torturou com choques na vagina dizendo que ela iria “parir eletricidade”. Toda a situação é carregada de elementos sexuais, e assim seria ainda que o estupro não houvesse sido relatado. Para completar, Dulce era tratada por “puta”, “ordinária”, e resistia a seus algozes, os enfrentava, inclusive como forma de fortalecimento

²¹¹ Depoimento de MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES. In: MERLINO; OJEDA. Op. Cit. p. 162

²¹² Eugênia Cristina Godoy de Jesus Zerbini. Depoimento à CNV, 2013. p. 28

²¹³ Nos depoimentos analisados encontrei o relato de Eugênia e de Karen Leslie Raborg Sage Keilt, filha de um rico empresário, que fora presa junto ao seu marido, um estadunidense. Acusados de tráfico de drogas, ficaram presos 45 dias, ambos torturados e ela, além disso, estuprada. A prisão do casal acabou se mostrando um verdadeiro caso de sequestro, onde uma quantia de 200 mil dólares por cada um foi solicitada para sua soltura.

psicológico, já que se sentia com a “moral mais alta”. Inês Ettiene Romeu, militante da VPR e bancária quando de sua prisão em 1971, relata os estupros e abusos sexuais que sofrera quando estava detida no DOI de São Paulo. Aqui, a vulnerabilidade e o isolamento da cela proporcionaram ambiente “seguro” para que os agentes se satisfizessem. Novamente, como no caso de Dulce, e no de Eleonora de Oliveira, os insultos e gracejos fazem parte do processo de inferiorização e desumanização das vítimas de tortura. Gilse Cosenza dá um depoimento nesse sentido: as torturas que ela sofreu – entendidas pela mesma enquanto torturas sexuais – fizeram parte de uma progressiva desumanização de sua pessoa, que culminou com seu isolamento em um posto policial afastado, onde Gilse fora violada quando já estava completamente sem forças, nem mesmo para ficar de pé.

Nos depoimentos de Ignez Maria Raminger, militante da VAR-Palmares e estudante de medicina veterinária quando foi presa em 1970, Dilea Frate, militante do PCB e estudante de jornalismo em 1975 e Eleonora de Oliveira, a violação através de objetos é o elemento central. Seja com cassetete, garrafas, pedaços de pau ou cabos de vassoura, o ato não pode ser entendido de outra forma. Essa prática parece ter sido relativamente disseminada, chegando inclusive a causar a morte de algumas pessoas como foi o caso de Sônia Maria de Moraes Angel Jones, militante da ALN, que teria morrido de hemorragia após ter sido estuprada com um cassetete.²¹⁴

Maria Amélia Teles, em seu relato, diz ter se sentido estuprada ao acordar com um homem em cima dela, esfregando seu seio. Isso já seria o suficiente para colocar essa fala em meio aos relatos de violação. Mas como podemos perceber, há mais um elemento a ser levado em consideração: ao ser amarrada na cadeira do dragão, os torturadores se aproveitaram da situação para se esfregarem e se masturbarem em cima dela. Ora, vivendo em nossa época, onde se tornaram “comuns” os assédios a mulheres em transportes coletivos, onde os abusadores por vezes se masturbam e ejaculam em cima das passageiras, seria um insulto não considerar este relato como um estupro.

Eugênia Zerbini, filha do general Euryale de Jesus Zerbini, um militar que resistiu ao golpe em 1964, foi estuprada, aos 16 anos, na OBAN ao ir visitar sua mãe, Therezinha Zerbini, que lá estava presa. Therezinha militou ativamente pelos opositores do regime militar, sendo responsável por conseguir o sítio em Ibiúna, utilizado no congresso da UNE em 1968 e também pela fundação do Movimento Feminino pela Anistia (MFPA) em 1975. Por causa do seu envolvimento em Ibiúna, ela fora indiciada pela Lei de Segurança Nacional e presa em casa no

²¹⁴ MERLINO; OJEDA (orgs). Op. Cit. p. 102

dia 11 de fevereiro de 1970.²¹⁵ A cena de sua prisão é narrada por Eugênia em seu depoimento, onde três homens, dois armados de metralhadora entram tranquilamente na casa da família. Therezinha pede então para terminar de jantar e depois para fazer sua mala e escovar os dentes, ao que um dos homens aquiesce.²¹⁶

A fala de Eugênia deixa transparecer que a mesma se sente incapaz de reivindicar o estupro que sofreu enquanto uma grande violência, já que tantas pessoas foram torturadas e assassinadas naquele local. O abuso sexual que sofreu seria algo menor. A cumplicidade gerada pela violência sexual, como comentei na introdução do capítulo, se une a uma minimização dessa violência através da comparação com outras supostamente mais graves ou mais importantes, como a Bethânia, entrevistada de Elizabeth Ferreira, afirmando que os abusos sexuais que sofrera “não era nada que água e sabão não pudesse lavar”; para ela a tortura não era tão abominável quanto a pobreza com a qual ela lidava diariamente no momento da entrevista, ou à época nos eventos narrados, entregar os companheiros.²¹⁷ A situação vivenciada por Eugênia, em parte pode ser entendida enquanto uma “vingança” dos militares da OBAN contra o general que “traiu” a sua classe e contra a mãe envolvida no caso do congresso da UNE. Atacar o corpo da filha de Euryale e Therezinha era uma forma de atingi-los também. A prática de buscar causar danos à honra masculina através das mulheres parece-me ter sido comum. Vejamos alguns depoimentos neste sentido:

Antônia Ribeiro de Magalhães – Mandaram eu tirar, tirar a minha roupa. “Tira a roupa aí.” Aí tirei a roupa, aí me colocaram igual carrega uma galinha, sabe, com a cabeça para baixo ainda, um tempão, [trecho incompreensível]. Puseram ele para me dar choque.

Raíssa Ventura (Comissão Nacional da Verdade) – E como é que foi? A senhora, então, foi pendurada no pau de arara.

Antônia Ribeiro de Magalhães – Pau de arara.

Raíssa Ventura (Comissão Nacional da Verdade) – E eles faziam que tipo de, eles faziam perguntas para a senhora?

Antônia Ribeiro de Magalhães – Não, não faziam, não. Daquele jeito, sabe, igual uns bichos. Aí começaram a torturar. “Fala aí que nós vamos torturar a sua mulher aqui.” Aí ele [trecho incompreensível].

Raíssa Ventura (Comissão Nacional da Verdade) – E ele via tudo?

Antônia Ribeiro de Magalhães – Via. Eu e ele juntos ali.²¹⁸

Antônio Carlos Fon – (ininteligível) A ponto de que a brincadeira na polícia civil era a seguinte, que o bom mesmo seria estuprar uma policial militar, que era para ter

²¹⁵ <http://www.ensinarhistoriajoelza.com.br/therezinha-zerbini-e-a-armadilha-dos-rotulos-ideologicos/>. Acessado em 18/12/2017

²¹⁶ Eugênia Cristina Godoy de Jesus Zerbini. Depoimento à CNV, 2013. p. 25

²¹⁷ FERREIRA. Op. Cit. p. 147

²¹⁸ Antônia Ribeiro de Magalhães. Depoimento à CNV, 2013. pp. 3-4

a sensação de estar enrabando um soldado.²¹⁹

Antônio Pinheiro Sales - [...] Então, em muitas oportunidades de ir como aconteceu com o moço, esse..., eu me lembrei, José Ângelo Sobrinho. Levaram-me em uma ocasião lá na cela, estava a companheira dele pelada, no chão, desfalecida, eles chutando, pegando nos seios dela, na vagina, passando a mão, isso na vista dele, ele pendurado no pau de arara e eles fazendo tudo isso com a companheira dele. E ele havia defecado muito, vomitado muito, e aí vem aquelas provocações todas e essa imagem ficou gravada.²²⁰

Derly José de Carvalho – É. Todos nós fomos presos pelo DEIC. Porque os serviços de repressão da ditadura queriam, não, o Magnotti, porque ele era da época do Jango ainda. Quem era o chefe dele era o que foi senador, Romeu Tuma. Romeu Tuma não me torturou nenhuma vez, mas ele ficava sentado dizendo: “Esses caras aqui vão estuprar a tua mulher, tua irmã. Fala o que você sabe porque esses caras...”, e isso tudo ele disse o tempo todo.²²¹

Maria do Socorro Diógenes - *Meu corpo ficou todo preto de tanto chute, de tanto ser pisada. Fui para o pau de arara várias vezes. De tanta porrada, uma vez meu corpo ficou todo tremendo, eu estrebuchava no chão. Eles abusavam muito da parte sexual, com choques nos seios, na vagina... passavam a mão. Também faziam acareações minhas com um companheiro do movimento estudantil, o Pedro Eugênio de Toledo. Eles obrigavam a gente a se encostar nas partes sexuais e a torturar um ao outro. Tínhamos que por a mão no órgão um do outro para receber choques. Eles também faziam a gente se encostar como se fôssemos ter uma relação, para os dois serem atingidos pelo choque.*²²²

Nos depoimentos acima, podemos apreciar duas práticas evidentes: primeiramente, o costume de torturar casais um em frente ao outro, como forma de tortura psicológica que deixa o parceiro que assiste com a suposta responsabilidade sobre a tortura que o outro sofre. Isso aparece no depoimento de Antônia Ribeiro de Magalhães, quanto no de Antônio Pinheiro Sales. Por outro lado, nas falas de Carlos Fon e Derly José de Carvalho, membro da Ala Vermelha do PC do B, o estupro aparece como fator central. No caso de Derly, as ameaças visavam atingi-lo *através* de sua esposa e de sua irmã. No caso de Carlos Fon, a “brincadeira”, como ele mesmo se refere, era o estupro de uma policial militar, pois através desse ato se estaria atingindo quem os policiais civis realmente queriam atingir, que eram os soldados da polícia militar. Em ambos os casos, o ato de violar se dá como um *meio* para um determinado *fim*. Ele não contém uma finalidade em si mesma. Na fala de Maria do Socorro Diógenes, militante do PCBR e professora quando da sua prisão em 1972, a questão de atingir um companheiro através de seu corpo se torna *literal*. Usando os corpos um do outro como condutores, os torturadores eletrocutavam duas pessoas de uma vez só, ao mesmo tempo que os faziam o procedimento tomar um caráter

²¹⁹ Antônio Carlos Fon. Depoimento à CNV, 2013. p. 27

²²⁰ Antônio Pinheiro Sales. Depoimento à CNV, 2013. p. 7

²²¹ Derly José de Carvalho. Depoimento à CNV, 2013. p. 37

²²² Depoimento de MARIA DO SOCORRO DIÓGENES. In: MERLINO; OJEDA. Op. Cit. p. 100

sexual. O que deve ser ressaltado aqui, porém, é que neste caso não há uma unilateralidade: ambos são atingidos através do outro e não apenas o homem através da mulher.

Véronique Nahoum-Grappe, no artigo *Da Dimensão Sexual de uma Guerra*, trabalha com os estupros em série como arma de guerra na ex-Iugoslávia, explicitando alguns mecanismos da limpeza étnica dos conflitos entre 1991 e 1995. A autora faz algumas importantes observações teóricas acerca das masculinidades envolvidas em conflitos bélicos. Para contribuir com a argumentação desenvolvida acima destaco a seguinte:

Há afinidades semiológicas entre a cultura de guerra e a da honra viril, entre a definição do feminino circunscrito à sexualidade e a pertença das mulheres aos homens da família, entre o investimento político da sexualidade feminina e a vingança, implacável mercado viril no qual a briga é olho por olho e, eventualmente, estupro por estupro. [...] Nesta cultura da virilidade agressiva, o estupro fere a honra e destrói o bem dos homens aos quais a vítima pertence pelo ‘sangue’ ou pela aliança, ferida masculina que uma vingança poderá reparar, enquanto que a mulher violada fica irremediavelmente desonrada na sua identidade de gênero.²²³

Vale reter a ideia de pertença das mulheres aos homens e do estupro como forma de ferir a honra de outros homens, um tipo de pensamento que trata as mulheres como objetos, propriedades de algum homem, negando-lhes, praticamente, uma individualidade e capacidade de ação. Sendo assim, em situações de conflito bélico, o corpo das mulheres passa a ser um campo onde as batalhas são travadas entre os homens. Sobre a posse sexual das mulheres dos vencidos, Nahoum-Grappe afirma que é

Como se as mulheres do inimigo vencido pertencessem ao novo vencedor, de fato e quase como de direito; ora, a propriedade, no que diz respeito a uma mulher, é implicitamente vista como sexual. A dessimetria antropológica entre o masculino e o feminino funda a evidência “natural” deste estereótipo: o ato sexual é uma “posse” do feminino pelo masculino, e não o contrário. O vencedor diz “é meu” quando finca a bandeira na cidade conquistada e viola suas mulheres, duas ações homólogas neste sentido.²²⁴

Ou seja, o estupro é utilizado como arma de guerra para ferir os homens inimigos através das suas mulheres. Sanseviero aponta que a eficácia das violências sexuais se radica em uma estrutura simbólica onde o agressor e a coletividade compartilham o imaginário de gênero, falam na mesma língua, se compreendem. Portanto, as violências sexuais contra as prisioneiras políticas adquirem os significados específicos das sociedades militaristas: “*Para esa cultura, la*

223 NAHOUM-GRAPPE, Véronique. Da dimensão sexual de uma guerra: os estupros em série como arma na ex-Iugoslávia, 1991-1995. In: SCHPUN, Mônica Raisa. *Masculinidades*. São Paulo: Boitempo Editorial; Santa Cruz do Sul, Edunisc, 2004. p. 20

224 NAHOUM-GRAPPE. Op. Cit. p. 22

apropiación de los cuerpos de las mujeres por parte de los represores/vencedores vendría a representar una pérdida de bienes simbólicos de mayor relevancia política que el acto de violencia contra la persona mediante el cual se produce la apropiación”. Ou seja, tomar sexualmente as mulheres dos outros é deixar estabelecido para sempre quem é vencedor e quem é vencido.²²⁵

O autor ainda discorre sobre os abusos sexuais e tortura no Uruguai, afirmando que o país invisibilizara e negara as violências sexuais sob o Terrorismo de Estado, consolidando assim um fato político e cultural no país. Nesse quadro, aponta o autor, a cultura pós-ditatorial uruguaia predomina uma moralidade pública que privilegia a negação coletiva e o silêncio individual sobre os crimes estatais em detrimento da difusão da verdade e administração da justiça, o que gera a impunidade. Tal impunidade cria um modelo de Estado encobridor e cúmplice das violações de direitos humanos em sua fase terrorista. Por isso, os perpetradores de abusos sexuais e de gênero transferem o ônus da prova para as vítimas, lhes passando uma parte da responsabilidade pelas violências sofridas. Para o autor, o predomínio de uma visão androcêntrica sobre as prisões políticas e a cultura de impunidade são razões consistentes para a invisibilização e negação das violências sexuais. Mas outros dois fatores devem ser levados em consideração: por um lado, o mito nacional de que os conflitos internos uruguaios terminam sempre “sem vencidos, nem vencedores”, e qualquer indagação sobre motivos e significados deve ceder espaço à “pacificação”. É o que Sansevieri chama de “Teoria dos dois demônios”, não existiram vítimas, nem agressores; por outro lado, o discurso de guerra, que justifica as violências ocorridas, inclusive as sexuais e as de gênero:

Para nuestro tema de análisis resulta relevante traer a primer plano que todo discurso de guerra legitima las violências que ocurren en su transcurso, también las sexuales y de género. El corpus del discurso de guerra esta orientado a fundamentar el mejor ejercicio y la justificación moral de la violencia, contrariamente al discursos civil que se articula y orienta a limitar las violências abusivas, especialmente del Estado. [...] Las racionalidades militares, con diferentes argumentaciones, tienden a subsumir todas las violências en unas explicaciones generales donde los actos y las responsabilidades de los perpetradores se desdibujan hasta el punto que resulta difícil distinguir quién es la víctima y quién es el victimario.²²⁶

Como vimos no capítulo anterior, o discurso dos militares brasileiros também busca diluir as violências em explicações genéricas e difusas, tornando as ações repressivas por um lado necessárias devido à ameaça subversiva e, por outro, muito pontuais e de pouca

²²⁵ SANSEVIERO. Op. Cit. p. 65

²²⁶ Ibidem. pp. 63-64

intensidade. Enquanto no Uruguai, pelo que nos traz Sanseviero, os militares tentaram justificar os abusos sexuais ocorridos, no caso brasileiro ou há uma total negativa de quaisquer ocorrências nesse sentido, ou se ignora completamente o assunto. Os “malabarismos” discursivos se referem à repressão de forma mais geral. Sanseviero aponta que o caráter androcêntrico dos discursos de guerra e o não reconhecimento da dimensão de gênero na tortura fazem com que as violências sexuais adquiram caráter residual e sejam “encapsuladas” no âmbito dos resultados indesejáveis, porém inevitáveis.²²⁷ Essa forma de violência também é englobada pela noção de “excesso” que vimos no primeiro capítulo. Assim como a tortura é associada ao trote – e minimizada em função dele – e à ideia de que os militares seriam mais duros que os civis, as torturas de caráter sexual também têm seu real impacto amortecido pela retórica militar.

Nahoum-Grappe trabalha com um conflito específico, mas que tem características semelhantes a muitos outros, onde os genocídios motivados por disputas étnicas trazem à tona uma ampla gama de violências e crueldades, sendo flagrante o desrespeito aos Direitos Humanos, em que as mulheres acabam sendo vítimas frequentes, quase que preferenciais, mesmo que o discurso oficial não o reconheça. Ora, dentro de um conflito bélico, busca-se ferir o exército inimigo, incapacitando-o, ou seja, destruir *os homens* inimigos. Porém, nos contextos de ditaduras de Segurança Nacional, não apenas não havia conflito bélico, como também os militares e policiais enfrentaram mulheres que se opunham aos governos ditatoriais, fazendo parte do suposto “exército inimigo”. Como afirma Adyr Fiúza “Não falo mal das mulheres. Elas são mais ferozes e controladas que os homens. Normalmente. A minha experiência é essa. O Exército de Israel que o diga.”²²⁸

Creio que os apontamentos feitos no capítulo 1 e os até aqui desenvolvidos me permitem realizar uma sistematização para responder à questão de como o pensamento militar lidou com a presença feminina nas organizações de esquerda e qual era o lugar da tortura de caráter sexual voltada às mulheres: a militância das mulheres era por um lado desacreditada de várias formas, por um lado, através da conexão delas com homens, retirando das mesmas a iniciativa própria e responsabilizando os militantes pelo “descaminho” das “boas moças”. Por outro lado, elas poderiam ser reconhecidas como seres ferozes, perigosas ou até mesmo monstruosas.²²⁹ De

²²⁷ SANSEVIERO. Op. Cit.. p. 64

²²⁸ D'ARAUJO; SOARES; CASTRO. *Os anos de chumbo*. p. 62

²²⁹ Jussara Martins Albernaz, militante da AP, afirma ter estabelecido conversas amigáveis com seus carcereiros, que ficavam impressionados como ela, “a pessoa mais perigosa aqui”, falava com eles. Guiomar Silva Lopes, militante da ALN, por sua vez, relata que seus torturadores na OBAN ficaram impressionados com o fato dela ser tão “pequeninha e tão baixinha”. “eles queriam não sei, acho que uma mulher de 2 metros, com olho no meio da

qualquer forma, reconhecendo ou não sua iniciativa política, a punição pelo envolvimento poderia ser o mesmo: a tortura de forma geral, e a tortura sexual em específico. Especialmente para as mulheres que militaram diretamente em organizações de esquerda, o castigo disciplinar, que visa restaurar a ordem familiar e de gênero, é aplicado.

Sendo assim, podemos pensar que a masculinidade dos militares e policiais foi mobilizada não apenas para a repressão política, mas também para uma repressão mais sutil: a de comportamentos desviantes da ordem de gênero, criando novas formas e significações da tortura. Se por um lado as sevícias aplicadas visavam retornar as mulheres aos seus devidos lugares, colocando dentro de uma ordem considerada “natural” na sociedade, por outro, os procedimentos consistiam na mais intensa desumanização e exclusão da sociedade. Para tanto, a tortura sexual em geral e o estupro em particular, se tornam armas e “ferramentas” para realizar a tarefa. Se as mesmas são efetivas contra as mulheres que as recebem diretamente, também são formas de atingir a honra dos homens que estão ligados a elas.

2.2 A manutenção da hegemonia: a violência sexual contra homens

Interlocutora não identificada – A questão que envolve violência contra a mulher, a gente sabe que ainda é mais...

Cleuzer de Barros – Mas, tem homens também...

Interlocutora não identificada – Não, claro.

Cleuzer de Barros – Não é só... A questão é que os homens, eles acham que a gente sofria um tipo de tortura. E, aqui em São Paulo, quando houve essa questão da gente falar. Então, eles levantaram muito o que a gente passava. Mas, eu não sei, eu vi, entendeu? Apesar deles não terem contado, eu vi deles também, sabe? Choques, amarrados...

Interlocutora não identificada – Nos genitais?

Cleuzer de Barros – Nos genitais, entende?

Interlocutora não identificada – Isso é violência sexual. Mas, só que para eles não é muito claro...²³⁰

Antônio Pinheiro Sales - [...] Isso aí foi agravante de uma maneira, pois uma hora eu sentia que alguma coisa estava sendo introduzida em meu ânus, que era uma bucha de Bombril. E eles depois disso introduziram aquele aparelhinho, que eles falavam jacaré, colocavam aquilo dentro do Bombril, dentro do ânus e outro prendendo o pênis. E eu já estava vomitando muito, percebia sangue escorrendo no rosto e em outros locais e eu desmaiei. Os gritos dos torturadores, aquela agressão verbal, foram parecendo mais distante e eu perdi os sentidos, que foram recuperados muito tempo depois, não sabia quanto.²³¹

Manoel Conceição Santos - [...] E na tortura eles me faziam o quê? Me arrastavam amarrado pelo saco, pra lá e pra cá, me arrastavam pelo saco amarrado nas costas.

testa.”. Jussara Martins Albernaz. Depoimento a CNV, 2013. p. 14 e Guiomar Silva Lopes. Depoimento a CNV, 2013. pp. 22-23

²³⁰ Cleuzer de Barros. Depoimento à CNV, 2013. pp. 98-99

²³¹ Antônio Pinheiro Sales. Depoimento à CNV, 2013. p. 5

Pendurava amarrado pelo saco lá em cima e me botaram [trecho incompreensível], cortou até o osso.²³²

Emílio Ivo Ulrich – [...] Essa, particularmente, me deixou brutalizado, eu sangrei pelo ânus, eu sangrei pelo pênis, por isso mesmo, mais à frente, então, eu tive que ir para o HC, eu fui para o HC duas ou três vezes, porque eu sentia, no início, uma ardência muito forte e depois esses sangramentos, que não era um sangramento permanente, mas toda...quando eu ia urinar, coisa do tipo, eu percebia que eles tinham me machucado para valer. E essa coisa de...eu não tenho essa questão de machismo ou não, mas o choque no ânus é uma situação que eu acho que...bom, no meu caso foi deprimente, para não dizer uma...não sei nem o que dizer.²³³

Osni Geraldo Gomes – [...] num determinado momento, os sentinelas me levaram pra um outro quartinho e ali eu já vi o que ia acontecer, eu vi que tava tudo pronto, pau de arara pronto, maquineta de dar choques e eles me penduraram no pau de arara e começaram a me interrogar aí em português e me deram choques, enfim, o tratamento tradicional, um fio elétrico no pênis e o outro polo o ânus e eles me faziam pergunta, eu respondia, eles me davam mais choque, eu respondia, quanto menos eles gostavam da resposta, maior era a carga que eles davam, e, eu isso eu não sei, eu perdi a noção do tempo, eu não sei quanto tempo isso durou, eu só sei que, quando eu saí de lá, já estava escuro, já era noite.²³⁴

Otto Brockes – Ali no Estádio, eu vi muita coisa medonha. Eu vi quando o Mancha Negra chegou. Ele estava para ser dispensado, porque era estudante, não tinha nada. Ele tinha documentação falsa. Ele era meu companheiro, chegou para mim e disse: “Olha, meu nome não é esse: meu nome é Osni”. E deu o nome dele todo. Chegou a polícia brasileira para o interrogatório. A polícia brasileira imediatamente localizou que o documento dele era falso. Levou ele para a tortura. Ele foi massacrado. Chegou, não segurava o pescoço, evacuava sem sentir, com o ânus sangrando, pois punham massa metálica no ânus e no pênis. Estava todo sangrando pela uretra, pelo ânus, não segurava a cabeça, nada.²³⁵

Os depoimentos acima tratam de tortura sexual direcionada contra homens. Cleuzer de Barros coloca em sua fala uma questão que apontei no início do capítulo: quanto os homens falam sobre a violência sexual que sofreram? Por “sorte” encontrei uma quantidade significativa de relatos desse tipo. Apesar de significativamente menor em números, o conteúdo desses depoimentos possui bastante semelhança em relação aos das mulheres: como podemos perceber pelas falas acima, o foco nos genitais se faz presente, assim como nas mulheres. Os choques no pênis e no ânus parecem ter sido prática comum. Nas falas de Antônio Sales, Emilio Ulrich, Osni Gomes e Otto Brockes esse dado é gritante. Osni chega a chamar de “tradicional” esse tipo de tortura. Como apontei na introdução do capítulo, Osni fora preso no Chile, porém seviciado por agentes brasileiros, e Otto testemunhou seu estado após sofrer as torturas. A

²³² Manoel Conceição dos Santos. Depoimento à CNV, 2013. p. 4

²³³ Emilio Ivo Ulrich. Depoimento à CNV, 2013. p. 27

²³⁴ Osni Geraldo Gomes. Depoimento à CNV, 2013. p. 19

²³⁵ Otto Brockes. Depoimento à CNV, 2013. p. 10

brutalidade do método deixou os depoentes severamente machucados, com vários sangramentos. Manoel Conceição Santos, militante da AP, relata ter sido arrastado e pendurado pelos testículos, o que o teria “cortado até o osso”. Tais torturas não podem ser vistas apenas pelo viés de uma suposta “eficácia”; o ato de introduzir uma esponja de aço no ânus e de arrastar alguém pelos testículos parece-me ir além da necessidade de fazer falar. Mais adiante em seu depoimento, Antônio Pinheiro Sales afirma que a genitália foi um foco de seus torturadores: “[...] Dentro de pouco tempo, no meu caso, eu fiquei com os órgãos genitais inchados, tudo preto. Eles parecem que têm uma questão psicológica, eu não sei o que passa, é a parte mais visada por eles.”²³⁶ Da mesma forma, os estupros e suas ameaças fizeram parte da experiências de homens torturados:

Valdomiro de Oliveira Santos Filho – Olha, esse trajeto encapuzado, eu não via quem estava bulinando comigo, me abusando, me batendo, me colocando no colo, botava o dedo no ânus, eu apanhei muito, a minha canela estava ferida, como eles me jogaram na viatura ralou a canela, e aí vinha os coturnos chutando, havia sangue na calça, e eles chutavam, eu chorava, eu pedia pelo “amor de Deus”, eu suplicava, mas não adiantava [...].

[...]

Valdomiro de Oliveira Santos Filho – [...] Depois que me encapuzaram eu não vi quantos entravam na viatura, só sei que me vilipendiaram. Lá eu tirava a minha roupa, me ameaçavam me fazer de mulher, não chegaram a fazer, graças a Deus, mas havia ameaça[...]²³⁷

Raissa Ventura (Comissão Nacional da Verdade) – Não, pode falar!

Emílio Ivo Ulrich – Aí, como eu estava só de cueca, porque era um calor terrível naquele...era 5 de dezembro, abafado, um negócio terrível. Eu estava sentado lá e entrou um grupo de três ou quatro e um camarada lá, ele ficou...ele e mais dois, encostados na grade pelo lado de fora e aí começaram a fazer alguns comentários...eu não tenho preconceito nenhum com nordestinos, pelo contrário, mas ele tinha um sotaque e aí ele dizia para o companheiro dele, o colega dele: “Olha só, que gauchinho bonito, que alemãozinho mais lindo! Olha o cabelinho dele, bem loirinho! Olha as coxinhas dele”, aí ele falou assim: “Vamos passar a rola nele?” Bom, para mim aquilo não era uma ameaça, para mim aquilo...eu fiquei em choque, evidentemente, porque eles faziam bem o que entendessem. E se eles me retirassem simplesmente para me brutalizar, não é?²³⁸

Álvaro Caldas - Bom, chegou a minha vez, cruzei no corredor, indo para a sala roxa, com o René, o René vinha amparado, desfigurado, sem roupa, já destruído. E, o Zamith então, me conduziu para sala roxa, fecharam a porta, me mandaram tirar a roupa. Ordens do tenente Garcez, outro que deveria estar aqui, e o inspetor Boneschi, este, falecido, que integravam essa equipe de tortura. Mas, ao contrário do Zamith, Garcez parecia muito agitado, expressão transtornada. Num dado momento em que ele chega mais perto de mim, sinto um bafo de bebida vindo dele. E, ele, então, me mostra um cassetete e anuncia que vai enfiá-lo no meu cu se eu não falasse logo os pontos que

²³⁶ Antônio Pinheiro Sales. Depoimento a CNV, 2013. p. 7

²³⁷ Valdomiro de Oliveira Santos Filhos. Depoimento à CNV, 2013. pp. 6 e 32

²³⁸ Emílio Ivo Ulrich. Depoimento à CNV, 2013. p. 17

tinha. Quer dizer, o cassete, realmente vários de nós já falamos do cassete na presença da tortura, ele foi muito usado.²³⁹

Interlocutor não identificado [filho de Dirce] – Da primeira vez que ele foi preso, eu lembro da minha mãe relatar, que ele [meu pai] ficou impotente sexualmente pela tortura.

Wilkie Buzatti Antunes – Afetou psicologicamente.

Dirce Machado da Silva – Eu nunca falei para ninguém, nem nada, mas... Ele ficou impotente.²⁴⁰

Lylia Guedes - *De tudo que eu passei, o pior foi ter assistido à tortura de Odijas [Carvalho de Souza]. Eles abriram a porta da sala de tortura e me fizeram sentar ali do lado para ver. Eram muitos homens. Teve muita porrada: socos, pontapés, palmatória... enfiaram coisas no ânus dele. Isso durou o dia todo, a madrugada inteira, e ele começou a urinar e a vomitar sangue. Quando chegou no hospital, oito dias depois, estava com todos os órgãos destruídos e morreu ali.*²⁴¹

Me parece que o conteúdo da tortura sexual para os homens não difere tanto assim em relação à aplicada em mulheres, porém, sua significação varia muito. Talvez pelos próprios objetivos simbólicos colocados pela tortura deste tipo para eles. Quando os torturadores se defrontavam com os militantes de esquerda, o que se colocava em jogo, para além da disputa política, não eram as mesmas coisas que para as mulheres. O lugar social ocupado por homens e mulheres diferia radicalmente e, portanto, também a significação de suas torturas. Nas falas de Valdomiro Santos Filho, que foi militante do PTB e policial rodoviário, preso por defender a sindicalização da categoria pela qual trabalhava, o abuso sexual, a chacota e a humilhação aparecem nitidamente. As ameaças de estupro, com objetos ou não, poderiam ser frequentes. Nos relatos de Emilio Ulrich e de Álvaro Caldas, militante do PCBR, torturado no DOI do Rio de Janeiro, esse dado aparece, em um dos casos, como resultado da vulnerabilidade do preso político e, no outro, enquanto recurso de interrogatório. Se no caso de Emílio a ameaça se dá em função de uma vontade de satisfazer à força um desejo sexual, para Álvaro o cassete é apresentado instrumentalmente como elemento de “persuasão”, este aparentemente bastante utilizado.

Tais ações me parecem visar uma “feminização” do indivíduo, o que fica bastante óbvio na frase “me ameaçavam me fazer de mulher”. Como argumenta Sanseviero, a tortura sexual procede um sequestro simbólico dos lugares sociais masculinos que [as vítimas] aprenderam a pertencer.²⁴² O medo de ser colocado em uma posição social feminina, como comentei no capítulo anterior, serve de instrumento para desestruturar o preso. Sendo assim, a tortura em

²³⁹ Álvaro Caldas In: Valter da Costa Jacarandá. Depoimento a CNV. p. 3

²⁴⁰ Dirce Machado da Silva. Depoimento à CNV, 2012. p. 20

²⁴¹ Depoimento de LYLIA GUEDES. In: MERLINO; OJEDA. Op. Cit. p. 170

²⁴² SANSEVIERO. Op.Cit. p. 58

geral, e a tortura sexual em particular, se inserem no âmbito das ações que visavam destruir os indivíduos física e psicologicamente, convencê-los da sua inferioridade e da inferioridade da sua ideologia, reduzindo-os em sua masculinidade através da humilhação, ou destruindo-os através dos danos causados à genitália. Na fala de Lylia Guedes, que assistiu a tortura de Odijas Carvalho de Souza, as sevícias, espancamentos e estupros com objetos causaram a morte do mesmo. Já o marido de Dirce Machado, acabou ficando sexualmente impotente devido às torturas que sofreu. Ou seja, mesmo sendo um sobrevivente, sua sexualidade – e porque não, sua masculinidade – foram duramente afetadas.

Naquela situação havia uma disputa de masculinidades. Afinal de contas, os militantes de esquerda, especialmente dos grupos guerrilheiros, compartilhavam um determinado ideal masculino que era combatido pela repressão. Cristina Scheibe Wolff, em artigo intitulado *Feminismo e configurações de gênero na guerrilha: perspectivas comparativas no Cone Sul, 1968-1985*, analisando o contexto das ditaduras de SN no Brasil, Argentina e Uruguai, argumenta que:

Ser guerrilheiro era sim ser “macho”, era assumir uma postura ativa, contestadora, era assumir a violência como forma de resolver o problema. Já vimos como palavras como coragem, honra, orgulho, força, resistência e dignidade aparecem nos documentos das organizações dos três países analisados. [...] O militante tinha de perder tantas coisas ao cair na clandestinidade e escolher o caminho da luta armada: perdia seu nome, sua família, seus amigos de infância, muitas vezes era deslocado para outra cidade, perdia profissão, trabalho, lazeres, manias, tudo em nome da revolução. Mas não perdia seu gênero, e este ao que parece era reforçado no caso dos homens.²⁴³

A masculinidade dos militantes poderia ser afrontante para os militares e policiais que os torturavam. Era necessário estabelecer a superioridade dos ideais do regime até mesmo neste âmbito: quem eram os “melhores homens”. A tortura aparece, nesse cenário, enquanto uma ferramenta de destruição. Segundo Elizabeth Jelin

*Para los hombres, la tortura y la prisión implicaban un acto de “feminización”, en el sentido de transformarlos en seres pasivos, impotentes y dependientes. La violencia sexual era parte de la tortura, así como una constante referencia a la genitalidad – la marca de la circuncisión entre víctimas judías como factor agravante de la tortura, las referencias al tamaño del pene para todos, la picana en los testículos, etc. -. Era una manera de convertir a los hombres en seres inferiores y, en ese acto, establecer la “virilidad” militar.*²⁴⁴

²⁴³ WOLFF, Cristina S. *Feminismo e configurações de gênero na guerrilha: perspectivas comparativas no Cone Sul, 1968-1985*. Revista Brasileira de História. v. 27, nº 54, pp. 19-38. 2007. P. 33

²⁴⁴JELIN. Op. Cit. p.103

Jelin se refere à ditadura argentina, mas penso que a reflexão da autora ajuda a entender o caso brasileiro. Apesar de não conhecer nenhum caso de piadas sobre homens circuncidados ou com pênis pequeno, é bastante provável que pelo menos o tamanho dos órgãos genitais dos presos políticos tenha sido alvo de comentários maldosos. Entendo que tais ações visam uma manutenção da hegemonia contestada: além da disputa central entre visões políticas absolutamente diversas, que por si só já traz características específicas à tortura, o conflito entre a masculinidade dos militantes e dos torturadores acrescenta um “tempero” à mistura. De acordo com Cristina Wolff:

Apesar de envolver uma pequena parte dos jovens destes países, pois na época eram poucos os que chegavam a cursar o nível superior – menos ainda do que hoje –, naquele momento o projeto da luta armada assumia ares de discurso de uma geração, um projeto da juventude. [...] A juventude naquele momento se via e era vista como portadora da mudança, da semente de uma nova sociedade, da força, da virilidade em suma, no sentido de atividade em contraposição à passividade que estava associada simbolicamente à feminilidade, mas também à velhice.²⁴⁵

Os vários relatos de ex-militantes, bem como textos escritos na época, também nos indicam que a militância nesses grupos era vista como algo ‘viril’, que exigia coragem e determinação, desprendimento e espírito de sacrifício, qualidades vistas em nossas sociedades como masculinas. A honra, a coragem, a dignidade e a iniciativa, componentes de um imaginário de virilidade que se atualiza a cada época, são os valores apontados por Carlos Marighela, o líder e articulador da Ação Libertadora Nacional, uma das mais importantes organizações da esquerda armada no Brasil, morto em 1969, para justificar o uso da violência no contexto da Ditadura Militar.²⁴⁶

Os militantes – especialmente os de grupos da luta armada, analisados por Wolff, que afirma serem os mesmos majoritariamente provenientes do meio estudantil –, portanto, traziam consigo um ideal de virilidade ligado à juventude, que teria por missão o combate à ditadura e aos velhos valores da classe política brasileira. Eles seriam o “novo” que estava substituindo o “velho”, uma “vanguarda” que decidiu se utilizar da violência para levar a cabo seus ideais. Se os militantes de esquerda acreditavam estar numa missão para livrar o Brasil da opressão ditatorial, parte dos torturadores também acreditava estar salvando o país da ameaça comunista e da subversão, o que implica todas as características das masculinidades militares e policiais discutidas até agora. Ora, a hegemonia dessa masculinidade estava sendo contestada por esses jovens. Portanto, a violência da tortura, que pretendeu efetuar uma desvirilização e feminização dos presos políticos, pode ser entendida também como uma forma de manutenção da

²⁴⁵ WOLFF, Cristina S. O gênero da esquerda em tempos de ditadura. In.: PEDRO, Joana M.; WOLFF, Cristina S. *Gênero, feminismo e ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis, Ed. Mulheres, 2010. p. 149

²⁴⁶ WOLFF. *Feminismo e configurações de gênero na guerrilha*.... p. 23

masculinidade hegemônica corporificada nos agentes repressivos.

Neste capítulo procurei analisar a ligação entre a tortura de caráter sexual e as masculinidades dos torturadores. E qual seria ela? A partir dos depoimentos escolhidos e da interpretação sobre os mesmos, creio poder fazer alguns apontamentos: uma primeira afirmação deve se referir à *dominação*. Não defendo que a dominação deva ser entendida automaticamente enquanto uma característica masculina, porém, no contexto analisado, as performances dos agentes, descritas nos relatos, pendem fortemente para isso. Num entrecruzamento entre gênero e política, entendo que uma sentida perda de controle sobre a situação reforçou a necessidade de uma atitude dominadora frente aos/as militantes. Como verdadeiros guardiões da ordem de gênero, os agentes repressivos atuaram no sentido de reafirmar um determinado padrão de valores.

No caso das mulheres, a tortura sexual foi utilizada visando o restabelecimento delas ao seu lugar social através da violência. Julgamento, condenação e punição de uma só vez. Da mesma forma, o estupro e outras formas de violência sexual foram utilizadas visando atingir aos homens que tinham alguma ligação com a militante em questão: o corpo feminino transformado em campo de batalha e a violência sexual em arma. Sendo assim, a masculinidade – militarizada – dos torturadores tornou essas agressões não apenas aceitáveis, pois estavam em uma situação de guerra, mas também necessárias frente ao tipo de desafio que os mesmos enfrentavam.

Para os homens, o conteúdo das violências não pareceu variar muito, mas seu significado sim: buscava-se, através da “feminização” e “desvirilização” dos sujeitos, “destronar” os militantes de seu lugar social, e deixar estabelecido quem são os “melhores homens”. Nesse sentido, a sala de tortura acabou sendo o local onde, por vezes, a hegemonia das masculinidades militar e policial fora defendida. Da mesma forma que o homem heterossexual a sair em defesa de sua masculinidade ultrajada, os torturadores defenderam sua superioridade através da violência sexual e da humilhação de seus opositores. A dominação do inimigo combatido se tornara essencial, e esse combate não se deu apenas no nível político e ideológico, mas também através do gênero.

CAPÍTULO 3. MASCULINIDADES, RESPEITO, BUROCRACIA E VIOLÊNCIA

Neste capítulo, através da análise dos depoimentos da CNV, tanto de vítimas civis quanto de agentes do Estado, buscarei compreender como as masculinidades policiais e militares ajudam a configurar o processo de tortura. Para tanto, me apoio nas definições propostas por Huggins, Fatouros e Zimbardo, descritas na introdução deste trabalho, de masculinidades personalista e burocrática. A primeira foi caracterizada pelo envolvimento extremamente pessoal do agente com seu trabalho (em oposição ao envolvimento puramente profissional), uma necessidade de demonstrações de superioridade física e um desejo de obter o respeito de outras pessoas – fossem colegas ou mesmo bandidos –, tendo esses policiais uma tendência a se enfurecerem caso se sentissem desrespeitados. A segunda, por sua vez, compreendeu aqueles agentes que subordinaram sua masculinidade à instituição que pertenciam, justificando suas ações em função das necessidades da mesma. O discurso desses policiais englobava as violências perpetradas por eles em uma “racionalidade” e “profissionalismo” que buscava eliminar quaisquer preocupações morais.

O sistema repressivo foi eminentemente masculino em sua composição. O que não é o mesmo que dizer que não houveram mulheres no labor da repressão. Ao longo da pesquisa encontrei cinco relatos de mulheres que trabalharam em órgãos ligados diretamente ao confronto às esquerdas. Destes, quatro foram dados por agentes do Estado e apenas um por uma vítima civil.²⁴⁷ Nos depoimentos dos agentes do Estado, os mesmos relatam que mulheres policiais, tanto civis quanto militares, participavam dos serviços de investigação e mais raramente em campanhas e prisões de mulheres. Tinham geralmente entre 25 e 35 anos, e eram, por vezes, utilizadas para seduzir determinados alvos antes de sua prisão, ou fazer par com policiais homens, simulando casais para não levantar suspeitas. O único depoimento de uma vítima civil também traz o único relato de uma mulher torturadora: Vilma Amaro afirma que uma funcionária do DOPS uniformizada entrava na cela das presas políticas para conversar, “contar piadas” e ouvir as mulheres que lá estavam detidas. Posteriormente essa mesma agente teria torturado algumas meninas “com choque elétrico na vagina e tudo o mais”. Entendo que a presença tímida de mulheres no aparato repressivo e um único relato de uma torturadora reforça o argumento de que a repressão na ditadura civil-militar brasileira foi eminente

²⁴⁷ Foram eles: José Barros Paes, Coronel do Exército, chefe da 2ª Seção do 2º Exército entre 1974 e 1976; José Paulo Bonchristiano, delegado do DOPS/SP; Marival Chaves Dias do Canto, militar do Exército escolhido para o serviço de informações do 2º BPE; Roberto Artoni, oficial do Exército que trabalhou no DOI-CODI de São Paulo a partir de 1971 e; Vilma Amaro, militante do movimento estudantil em São Paulo.

masculina.

Este capítulo será dividido em três partes, visando uma melhor análise do tema proposto: uma sessão para cada tipo de masculinidade, e uma terceira sessão onde irei analisar os relatos sobre o delegado Sérgio Paranhos Fleury e aqueles do comandante do DOI-CODI Carlos Alberto Brilhante Ustra. Por meio desse raciocínio, tentei responder, em parte, à questão proposta nos capítulos anteriores. Espero poder fazê-lo a contento neste terceiro capítulo, com uma sistematização das formas mais comuns de manifestação das masculinidades dos agentes repressivos.

Antes de iniciar as sessões propostas, gostaria de realizar uma breve discussão encontrada por mim nas fontes analisadas: seriam as torturas realizadas em instituições militares e policiais diferentes? Segundo alguns depoentes essa diferença existe:

Otoni Guimarães Fernandes Junior - [...] O fato é o seguinte: eu suponho...o Fleury resolveu me sacanear, como o Exército estava impedido ele me entregou para o Exército e não contou que eu tinha dito e feito duas ações, então eu comecei a ser torturado tudo de novo. Mas aí em outro departamento eles podiam errar na mão. Digamos que o pessoal do Exército era mais ideológico, eles tinham ódio, você percebia, mas o ódio leva a cometer erros. Por exemplo, a turma do Fleury torturavam [sic] com magneto. O magneto ele tem baixa voltagem e alta amperagem, essa alta amperagem causa um efeito brutal no sistema nervoso.

Maria Rita Kehl (Comissão Nacional da Verdade) – Isso do Fleury?

Otoni Guimarães Fernandes Junior – É. Porque ele mexe...eles não, eles torturavam ligando fio elétrico no 220, é uma coisa que queima a pele no contato, mas não dói tanto, eles te batiam com tábuas, com paus etc. e aí acontece o seguinte: a turma do Fleury batia na medida certa para você não desmaiar e provocar muita dor. Eles não batiam em lugares que ficaria visível, então eles te batiam mais na parte de baixo, batiam no rim, na cabeça. Já esses não, eles davam pancadas, depois você está tão inflamado que você não sente mais dor.²⁴⁸

Antônio Carlos Fon – [...] Há uma diferença entre a minha história e a história das demais pessoas, mesmo quando estão indo para uma... É que, para a maioria das pessoas, elas estavam entrando no desconhecido, eu sabia exatamente o que era. Eu fazia reportagem policial, eu sabia o que era, quais eram as práticas, como se torturavam, quem fazia o que. E, na verdade, a primeira coisa que me chocou mesmo foi porque nas delegacias de polícia, na coisa, quando se torturava preso, havia uma preocupação em não matar preso, porque matar o preso significava um débito, era uma coisa. Então, havia uma coisa... E havia ali um prazo de limite para a tortura, de uma forma geral, o que ocorria na coisa era o seguinte, não se tortura ninguém por mais de três horas, nunca chega a quatro, porque o cara pode morrer. Então, eram uma, duas, três horas, e lá eles não tinham limites. De repente, eu percebi isso, que eles não tinham limites. Ali não havia limites, nos limites que valiam, para a tortura nos outros... Nas outras coisas da polícia, ali não valia, ali não havia limites, podia ser com (ininteligível), eu descobri isso de uma forma muito dura. Eu cheguei, eu fui preso às seis da manhã, as ruas estavam vazias, eu cheguei muito rapidamente na Operação Bandeirantes, imediatamente comecei a ser torturado e tempos depois,

²⁴⁸ Otoni Guimarães Fernandes Junior. Depoimento a CNV, 2013. p. 16

quando você está sendo torturado, você não sabe, não mede tempo, você perde a noção de tempo.²⁴⁹

Ambos os relatos deixam ver uma diferença significativa entre os procedimentos policiais e militares de tortura. Na fala de Ottoni, a polícia, especialmente a equipe do Fleury, possuía uma *expertise* mais avançada na “cientificidade” da tortura. Os mesmos sabiam como torturar “na medida certa”, causando dor, mas evitando a morte ou o desmaio da pessoa seviciada. Já o Exército, mais “ideológico”, teria métodos mais brutais, porém menos eficientes, causando mais danos do que dor a suas vítimas. Antônio, por sua vez, descreve sua experiência tanto enquanto jornalista policial como enquanto preso político: a polícia, mais experiente na questão da tortura, pois a utilizava em criminosos comuns, teria a preocupação em não exceder um determinado limite de tempo, evitando a morte do/da seviciado/a. Tal limite não existiria na OBAN, com os militares. Ao que parece, os militares perderiam em qualidade, mesmo que ganhassem em quantidade. Por um lado, a longa experiência das polícias sobre tortura como “método investigativo” poderia nos levar a acreditar que de fato haveria essa diferença.²⁵⁰ Por outro, porém, é sabido que os militares receberam sofisticados treinamentos “científicos” para tortura, incluindo aí cursos ministrados por policiais, inclusive o delegado Sérgio Paranhos Fleury, notório torturador e líder de um esquadrão da morte, que atuou no DOPS de São Paulo.²⁵¹ De acordo com Marival Chaves, militar do Exército que trabalhou no serviço de informações do 2ª Batalhão de Polícia do Exército (2º BPE), muitos oficiais foram “formados” por ele:

Marival Chaves Dias do Canto – Conheci, o Fleury na realidade formou Ênio, formou Perdigão, formou Dalmo. A teoria dos infiltrados foi levada pelo Fleury para a repressão política em consequência da experiência que ele tinha com o crime comum, o Fleury tinha essas coisas, DOPS crime comum. Outro aspecto é o seguinte, o Fleury se relacionava nesse emaranhado de órgãos de informação porque muitos generais se comprometeram com ele na hora de eliminar uma dessas pessoas, quer dizer, quando esse delegado daqui fala que...

Guaracy Mingardi (Comissão Nacional da Verdade) – Delegado daqui é o Guerra?

Marival Chaves Dias do Canto – É. O livro dele para mim é fantasioso, ele se arvora de dono da verdade, tem muitas coisas que ele fala que são coerentes, mas a grande maioria não tem coerência, quem conhece o sistema por dentro. Eleger um delegado de polícia do Espírito Santo, quer dizer, é um estado que não tinha uma estrutura organizacional de peso, daí eleger um delegado para matar, fazer e

²⁴⁹ Antônio Carlos Fon. Depoimento a CNV, 2013. pp. 14-15

²⁵⁰ Para além do depoimento de Carlos Fon, a referência a essa experiência aparece nos trabalhos de Huggins, Fatouros e Zimbardo e de Roberto Kant de Lima. KANT DE LIMA, Roberto. *A polícia na cidade do Rio de Janeiro: seus dilemas e paradoxos*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Forense, 1995.

²⁵¹ Elio Gaspari descreve uma aula de tortura em seu livro *A ditadura envergonhada*, em sessão denominada “O Exército aprende a torturar”. pp. 358-362

acontecer, ele é muito auto suficiente, então dá para perceber isso. Então, nós estávamos em relação ao Fleury, falando sobre o Fleury, muitos generais se comprometeram com o Fleury e ele transitava nesse espectro com desenvoltura porque... Primeiro, ele formou muita gente, tanto no Rio quanto em São Paulo, no CENIMAR, em todo esse ambiente de repressão ele formou muita gente. Segundo que muita gente da cúpula se comprometeu com ele por conta das ações clandestinas que ele desenvolvia. É sintomático o fato de Fleury tá lá na caatinga baiana, naquela operação que matou o Lamarca, entendeu? Então, isso aí é muito... salta aos olhos.²⁵²

No depoimento de Marival Chaves, Fleury teria formado muitos militares atuantes na repressão, assim como ajudado a aprimora-la. O delegado parece ter contribuído com sua experiência policial, que faltava às FAs, na dinamização do sistema repressivo. Fleury transitaria com desenvoltura no ambiente da repressão, ajudando inclusive na formação de agentes da inteligência e dos serviços de informação. Portanto, creio ser necessário relativizar as possíveis diferenças entre os procedimentos de tortura de militares e policiais, até porque dentro de instalações como a OBAN/DOI a regra era a diversidade de agentes: policiais militares e civis conviviam com militares das três armas e até mesmo bombeiros.

Na pesquisa realizada não encontrei diferenças significativas entre militares e policiais nas descrições de tortura, de forma que durante o desenvolvimento do capítulo não irei fazer grandes distinções entre os agentes. Sejam policiais ou militares, procuro entender as relações entre suas masculinidades e as sevícias que os mesmos aplicam diretamente ou facilitam a ocorrência.

Nos capítulos anteriores, especialmente no primeiro, argumentei que o discurso dos militares se baseava em uma visão do conflito com as esquerdas enquanto uma guerra. Esse foi o pressuposto básico da doutrina de segurança nacional (DSN), que apregoava uma guerra interna contra um inimigo igualmente interno. Analisando as falas dos militares apresentadas no primeiro capítulo, parece-me que havia um certo consenso entre eles sobre essa questão. Em nenhum dos depoimentos analisados a DSN fora questionada, ainda que um militar tenha relativizado o status de “guerra” do conflito. Me pergunto se esse consenso ocorria nas polícias também. Para tentar responder a este questionamento, separei três trechos do livro *Operários da Violência*, onde três policiais diferentes deixam mais ou menos explícito seu posicionamento em relação à DSN:

Jacob, que fala sobre si próprio como um "bom policial" - diferente, a seu ver, dos policiais que trabalhavam na "repressão política", exatamente o que fazia o DOPS - afirma ter repudiado inteiramente a ideologia de segurança nacional do governo militar. Era "uma invenção para permitir [que gente burra empregasse] crueldade contra as pessoas".

²⁵² Marival Chaves Dias do Canto. Depoimento a CNV, 2012 parte 2. pp. 80-81

Mencionando as pressões do tempo sobre o trabalho policial, [Sérgio] explica: "Se detenho alguém que sequestrou uma menininha que pode ser morta dentro de quatro horas, não vou perder tempo em interrogar [o suposto perpetrador] durante dois ou três dias. Vou é pendurar o cara [no pau-de-arara], trabalhar nele, e ele vai me contar tudo em cinco minutos". Ele lembra que quando estava no auge do trabalho de inteligência, tornou-se "muito agressivo" com subversivos em emergências de "segurança nacional". [...]

Nessa moldura de "segurança nacional" é que Bernardo enquadra sua conduta e sua carreira na segurança interna. Como jovem policial em operações da Polícia Militar, passava longos períodos fora de casa. Lembrando-se de vinte de suas "missões perigosas", Bernardo diz que "não tinha medo [nem] se preocupava, [pois], quando se é jovem, parece que se tem mais coragem". Além disso, "acreditava no que fazia. (...) [Era] um soldado lutando por seu país, pelo controle interno daquele movimento [subversivo] (...) que agitava o país". Bernardo considerava-se "parte de uma instituição cuja missão era manter a lei e a ordem". Vistas em conjunto, as afirmações de Bernardo indicam que encara sua corporação policial como uma extensão do sistema de segurança nacional mais amplo, que abrangia a Polícia Militar.²⁵³

A partir destes trechos, podemos inferir alguns dados: Jacob, policial civil que ingressou na instituição em 1971, afirmou ter rechaçado totalmente a DSN. Para ele, essa ideologia seria algo inventado como justificativa para perpetração de crueldades contra algumas pessoas. No segundo caso, Sérgio, policial civil que atuou como delegado no interior de São Paulo, apesar de não afirmar claramente sua posição em relação à DSN, usou a retórica introduzida pela mesma: ele justificou a tortura por um "bem maior", no caso, o exemplo de uma possível menininha sequestrada, e também disse ter se tornado muito agressivo com "subversivos" em emergências de "segurança nacional". Nos dois casos, se tratavam de policiais analisados enquanto personalistas pelos autores. O terceiro trecho se refere a Bernardo, que iniciou sua carreira na polícia militar, trabalhou na polícia federal e posteriormente se tornou delegado da polícia civil. Os autores o enquadram na categoria de masculinidade burocrática. A referência acima diz respeito ao período em que o mesmo esteve na polícia militar. Seu discurso é marcado intensamente pela DSN: era um soldado "lutando por seu país" contra a subversão; sua missão era manter a lei e a ordem. Como apontam os autores, a carreira e a conduta de Bernardo são enquadradas nessa moldura de segurança nacional.

Pela análise dos excertos acima, podemos afirmar que a DSN teve alcance maior nas instituições militares – FA e polícias militares –, tendo alcance menor entre a polícia civil. Mesmo assim, nesta última, a ideologia se fazia presente pelo menos na retórica e nas categorias utilizadas pelos agentes no dia-a-dia do trabalho de controle social. A DSN poderia ter forte

²⁵³ HUGGINS; FATOUROS; ZIMBARDO. Op. Cit. pp. 189; 193-194; e 208

influência na masculinidade dos policiais, como podemos perceber no caso de Bernardo, onde a ideologia parece ter efeito norteador nas crenças e condutas dos mesmos.

Ainda à guisa de introdução, creio ser importante mais um comentário. Como mencionei anteriormente, defendo que a tortura foi uma política de Estado, mesmo que realizada de forma clandestina, e que os torturadores não foram pessoas desequilibradas ou sádicas, ainda que seja possível a existência de alguns agentes com tais características. De acordo com Huggins, Fatouros e Zimbardo, a grande maioria dos policiais analisados enquanto funcionários institucionais (ou seja, de masculinidade burocrática), ingressaram na sua instituição policial – seja civil ou militar – durante a ditadura.²⁵⁴ Esse dado acaba por ser um indicativo do tipo de policiais que se formaram e atuaram no período, bem como de suas masculinidades. O funcionário institucional foi mais disseminado tendo em vista a necessidade do regime: a repressão em grande escala pressupõe uma burocratização e compartimentalização das tarefas, assim como um guarda-chuva institucional que protege as ações dos seus membros. Várias fontes convergem na afirmação de que o trabalho de tortura exige um determinado perfil psicológico para que sua realização seja satisfatória. Ainda segundo os autores de *Operários da Violência*:

É seguro supor que tipos diferentes de atrocidade exigem atitudes, habilidades e preparos diferentes. Por exemplo, as técnicas psicológicas, físicas e emocionais exigidas para se ocupar de sessões prolongadas de tortura muito provavelmente diferem das exigidas para o assassinato. Os torturadores precisam ser socializados em pequenas equipes funcionalmente organizadas que operam sigilosamente a portas fechadas. Os torturadores devem desenvolver um relacionamento "emocional" manipulativo consciente com suas vítimas, tratando-as como indivíduos sem sentir empatia por elas. E precisam dominar técnicas para obter informação rápida e habilmente sem matar as vítimas. Devem encarar cada sujeito da tortura como parte de um processo incompleto em que as vítimas fornecem no máximo apenas parte da informação total necessária para completar a tarefa de coleta de informações. Nessa dinâmica da atrocidade, o trabalho do torturador é relativamente lento e metódico, enquanto o do assassino frequentemente é rápido e espontâneo. O trabalho do torturador nunca se completa, enquanto o do assassino está temporariamente cumprido cada vez que alguém é assassinado. Os assassinos devem aprender a ver as vítimas potenciais como um perigoso agregado de "outros" sem rostos a ser eliminados "por reflexo", sem pensar nada pessoal, apenas negócios.²⁵⁵

Sendo assim, um torturador precisaria ser frio, metódico, emocionalmente estável, o que difere radicalmente da imagem pintada por certos torturadores, como veremos na próxima sessão. Como afirma Adyr Fiúza, em sua entrevista aos pesquisadores do CPDOC, as

²⁵⁴ HUGGINS; FATOUROS; ZIMBARDO. Op. Cit. p. 199

²⁵⁵ Ibidem. pp. 269-270

características do interrogador são completamente diferentes do captor, do “pessoal da rua”.²⁵⁶ Enquanto o primeiro tem de ser “muito calmo, frio, não pode se irritar, e precisa ser muito inteligente”, o segundo tem por qualidade “a valentia e a disposição para o combate”. Sendo assim, não se poderia deixar a mesma equipe que captura, interrogar a pessoa presa, pois o agente que efetuou a captura, por vezes vendo um companheiro ser ferido ou morto, “não vai interrogar coisa nenhuma. Vai se vingar.” Até os/as próprios/as presos/as políticos/as, atingidos/as mais diretamente por esse processo, reconhecem seu caráter planejado:

Fernando Casadei Salles – [...] vou direto pra essa salinha né, e começa a tortura, e eu vou ter contato com um sistema completamente diferente, um sistema inteligente, não é um sistema burro, é um sistema programado, planejado cientificamente, toda a minha tortura é um processo científico, não é espontâneo, não é pauleira, Rock pauleira, é coisa premeditada, bem medida, bem dosada, bem não sei o que e tal. Eu fico, bom, começa a minha tortura numa cadeira de dragão, e aí eu, uma pergunta muito complicada de ser respondida, quem era meu barbeiro, porra tô preparado, tô articulado pra puts, tem que resistir né, e tem o Barbeiro, po o barbeiro não tem nada dizer o nome do barbeiro, só se ia dizer o nome do barbeiro, você já tá respondendo, você já tá saindo do não, não sei não, você sabe, então você sabe do barbeiro você sabe mais coisa e tal, e puta, eu não lembrava o nome do barbeiro, então fiquei lá apanhando um tempão por conta do barbeiro.²⁵⁷

Na fala de Fernando Salles, a tortura veio acompanhada de perguntas aparentemente inocentes, como o nome do barbeiro. Como podemos perceber, um sofisticado sistema de interrogatório, associado a procedimentos cuidadosamente dosados de tortura foi utilizado para quebrar a resistência das/dos interrogadas/os. A intenção é fazer com que o/a preso/a comece a falar. Fernando se preparou para resistir a um interrogatório sobre sua atuação política e por isso, foi pego de surpresa, tendo sua resistência psicológica diminuída. O processo é pensado de forma burocrática e profissional. A eficácia da tortura não poderia ser deixada às mãos de pessoas com pouco controle sobre seu temperamento. Porém, a mesma repressão em grande escala cria a necessidade do envolvimento de uma masculinidade personalista, tendo em vista que a “cientificidade” da tortura envolve a quebra psicológica das vítimas. O fato das mesmas terem, em geral, recordações mais nítidas dos torturadores identificados aqui como personalistas, aponta para a eficácia da presença desses agentes, em certa medida, nas salas de tortura e no sistema repressivo de forma mais geral. Como afirmam Huggins, Fatouros e Zimbardo:

[...] mesmo que o "funcionário institucional" ideal, frio e burocraticamente controlado, pareça ter-se tornado o padrão oficial do comportamento policial durante

²⁵⁶ D'ARAUJO; SOARES; CASTRO. Op. Cit. pp. 60-61

²⁵⁷ Fernando Casadei Salles. Depoimento a CNV, 2013 parte 1. p. 32

o período militar no Brasil, ainda assim o sistema de segurança interna dos militares precisava muito dos policiais personalistas e de masculinidade mista (e beneficiava-se enormemente com eles). Esses policiais eram a garantia de que uma tarefa violenta seria executada rapidamente [...] se os policiais personalistas ou de masculinidade mista passavam a ser predominantes no sistema de controle social "legal-racional" dos militares (por exemplo, controlados pelos militares), poderiam começar a ter desavenças com o próprio sistema militar [...]. Então, esses policiais - que podiam ser considerados valiosos em números menores - podiam tornar-se uma ameaça ao sistema.²⁵⁸

Segundo a avaliação dos autores mencionados, ter alguns torturadores identificados com características personalistas era uma vantagem para o sistema como um todo, pois estes causavam medo e ajudavam no processo de desarmar psicologicamente as pessoas interrogadas. Por outro lado, poderiam ser um perigo se estivessem em maior número, pois não poderiam ser controlados de maneira tão eficiente quanto os funcionários institucionais.

Devo frisar que não procuro enquadrar determinados torturadores em um ou em outro modelo. O que pretendo realizar é a análise de como a performance dessas características de gênero pelos agentes, que poderia flutuar entre um e outro extremo, esteve presente e ajudou a construir os procedimentos de tortura nos porões da ditadura.

3.1 Respeito e honra: a masculinidade personalista na tortura

Antônio Carlos Fon - [...] Eu sou levado para a Operação Bandeirantes e entregue ao Albernaz e, junto com o Albernaz estava um sargento da PM, chamado Paulo Bordini, eu não o conhecia. Esse cara se tornou um dos torturadores mais famosos da... Ele era um psicopata total, era um louco, pervertido, completamente pervertido.
Raíssa Ventura (Comissão Nacional da Verdade) – Ele tinha um apelido?
Antônio Carlos Fon – Tinha. Risadinha. Ele tinha um apelido de risadinha, porque ele ria histericamente enquanto torturava as pessoas, não conseguia parar de rir. Ria, gargalhava. Pegou o nome de risadinha.²⁵⁹

Antônio Pinheiro Sales - [...] E eu não me esqueço de que havia um determinado torturador, dentre vários outros, Nilo Oliveira, é nome verdadeiro dele, que usava o nome falso de Cipreste. Então, o Nilo Oliveira, eu conheci muitos torturadores, mas depois eu vou falar de São Paulo, do DOI-CODI, do DEOPS, etc. Mas eu acho que em termos individuais, se a gente pode classificar algum nível de tortura, ele parecia ser o que há de pior que se possa imaginar o que este cidadão fazia. E a Maildes disse várias vezes algum tempo depois: “Eu não posso escutar os passos do Nilo.” Quando ela estava no chão, lá no corredor, que ouvia os passos dele, característico de sapato daqueles que fazem barulho no cimento quando andam, salto de couro, madeira, de borracha, que faz aquele barulho quando se pisa, ela dizia que todas às vezes que ouvia os passos do Nilo Oliveira, todas às vezes ela colocava sangue pela vagina. Ela ficava menstruada quando ouvia os passos do Nilo Oliveira. Esse cidadão, para citar assim em questões de truculência, era tão grande que ele andava dando murros nas paredes que parecia estremecer o prédio. O jeito que ele batia na parede, os

²⁵⁸ HUGGINS; FATOUROS; ZIMBARDO. Op. Cit. pp. 249-250

²⁵⁹ Antônio Carlos Fon. Depoimento a CNV, 2013. p. 14

chutes... O pessoal dizia que ele normalmente andava drogado. Aí eu não tenho informações, não sei, mas era uma coisa fora de qualquer padrão de normalidade.²⁶⁰

Izabel Fávero - [...] Eu sei que eu não tenho a menor vergonha de dizer, eu morria de medo quando ouvia a voz do Espedito, as chaves que ele já vinha pra abrir a cela [...]²⁶¹

Darci Toshiko Miyaki – Um acinte! Um era Jesus Cristo o outro era Padre. E eram dos mais sádicos! Esse JC, ele era de um sadismo!²⁶²

Leopold Nosek – [...] Tinha um particularmente inesquecível, que era o JC, que é delegado agora. Este era repugnante. Ele tinha um cabelo longo, até o ombro, barba e bigode ensebado, a cara gordurosa, gritava mais que todos, quer dizer, no primeiro dia, se tem alguém que eu lembro, que era o que gritava mais era, assim, você estava diante da loucura desenfreada diante dele.²⁶³

Marlene de Souza Soccas – [...] E o Albernaz, o Albernaz era sádico, um cara sádico, torturador feroz, como é Capitão Albernaz.²⁶⁴

Nesta sessão serão apresentados relatos sobre torturadores que foram individualmente mais lembrados. Entendo que aqueles torcionários que apresentaram características mais personalistas foram os mesmos que causaram impressões mais fortes em suas vítimas. Homens desse tipo, irritadiços, possivelmente cruéis em vários momentos, propensos a se sentirem desrespeitados em diversas situações, foram os mais lembrados nos depoimentos de pessoas torturadas. Isso não quer dizer que eles fossem os mais numerosos, como argumentei mais acima. Nos trechos de relatos selecionados para introduzir esta sessão podemos perceber a recorrência de palavras como “psicopata” e “sádico” para descrever os torturadores. Essa imagem monstruosa tem uma funcionalidade prática: intimidar e desestruturar psicologicamente as pessoas que serão interrogadas. Nas falas de Antônio Sales e Izabel Fávero, o medo da simples aproximação do algoz exemplifica o que quero afirmar: a personificação dos sofrimentos físicos e psicológicos em uma figura principal ajuda a assimilação dos mesmos por parte das/dos torturadas/dos, quebrando a sua resistência, enquanto toda uma equipe mais “técnica” trabalha em um “segundo plano” durante as sessões. O barulho das chaves, o som dos passos: estímulos sensoriais que por si só iniciavam a tortura.

Do exposto podemos inferir que, a masculinidade desses agentes se apresentaria por meio de uma superioridade *pessoal* em relação às vítimas. Diferentemente de um torturador funcionário institucional, que busca certa “assepsia” e “objetividade” no processo, fazendo seu

²⁶⁰ Antônio Pinheiro Sales. Depoimento a CNV, 2013. p. 6

²⁶¹ Izabel Fávero. Depoimento a CNV, 2013. p.7

²⁶² Darci Toshiko Miyaki. Depoimento a CNV, 2013. p. 47

²⁶³ Leopold Nosek. Depoimento a CNV, 2013. p. 13

²⁶⁴ Marlene de Souza Soccas. Depoimento a CNV, 2013. p. 29

trabalho em nome da instituição para a qual trabalha, o torturador personalista busca subjugar seu alvo a sua vontade particular: a “glória” de combater a subversão é um feito sentido individualmente por ele. Justamente por esse envolvimento mais próximo com os “inimigos” e com a repressão de forma mais geral, como afirmam Huggins, Fatouros e Zimbardo, por vezes um ato interpretado como falta de respeito pode desencadear uma reação violenta por parte do agente.²⁶⁵ O mesmo pode ser percebido nos excertos de depoimentos que seguem:

Izabel Fávero- [...] E aí eu chamei André e disse, “ó, eu estou bem, fica tranquilo, eu estou viva, estou bem”, e vinha vindo por azar o capitão Cerdá e o tenente Espedito naquela hora caminhando lá naquele corredor. E aí eu ouvi um grito do Cerdá, não me lembro as palavras que ele disse, mas eu ouvi André dizer, “você vai atirar em mim? Covarde!”. E, depois, aí depois eu soube que ele empunhou a pistola, apontou pra ele, e ele ia atirar mesmo, ele não atirou porque tinham soldados aí, tinha a gente, tinha, mas ele, meu marido diz que sentiu que ele ia atirar, de tanta raiva que ele estava, aí ele pegou, virou, e com a coronha da arma, eu só ouvia... [fala emocionada] eu só ouvi os gritos do Cerdá e os gemidos do André, então eu fiquei bem quietinha, até que parou, e aí abriu a porta do quarto, esse onde eu estava, e ele entrou, gente, ele espumava, gente, ele tinha tanta raiva, aí ele me pegou pelos braços, me levantou, me ergueu, me esculhambou, disse um montão de palavrão, disse que a culpa do André ter levado aquela surra era minha, que eu era uma cadela, enfim, depois ele me jogou e, dias depois, eu fui levada para o interrogatório novamente com o André. André tava massacrado, ele tava coberto de hematomas, e eu fiquei pensando naquela noite, “por que esse cara me odeia tanto, e odeia tanto o André, o que é que a gente fez pra esse infeliz?” [...]²⁶⁶

Paulo Sérgio Pinheiros (Comissão Nacional da Verdade) – Mas por que você acha que o Bacuri é morto e você se salva?

Otoni Guimarães Fernandes Junior – Eles tinham um ódio pessoal muito grande do Bacuri, ele tinha feito muito mais do que eu e ainda tinha tripudiado do Fleury, por exemplo, quando a mulher dele, a Denise, foi presa e ela estava grávida ele ligou para o Fleury e conseguiu falar com ele no DOPS e ameaçou o Fleury: “Se ela for machucada, eu vou matá-lo”. Ele era de uma coragem pessoal enorme...então eles tinham um ódio que não era só ideológico, era pessoal. Já eu era apenas mais um, ele podia ter essa impessoalidade até ter uma pessoa. [...]²⁶⁷

Darci Toshiko Miyaki – Não, você vai ouvir depois. Eu vou contar. Então era assim: quando eles estavam me torturando na Guanabara, eu nunca tive o hábito de chamar ninguém de “moço”. Aí estava sendo torturada, no pau de arara, faziam umas perguntas e eu falava: “Moço, eu não sei!”. Quando eu falava ‘moço’, o homem lá, o torturador, dizia assim: “Não me chama de moço, sua filha da puta! Eu sou o Dr. Roberto! Me chame de Dr. Roberto!”. Eu tenho até o nome anotado aqui, do cidadão.²⁶⁸

Leslie Denise Beloque – [...] Durante a tortura que ela via e que ela presenciava foi de... Porque é muito fácil você provocar o policial, eles são bichos selvagens quando estão te torturando. O que eles querem é no máximo provocar a dor por si, porque

²⁶⁵ HUGGINS; FATOUROS; ZIMBARDO. Op. Cit. p. 177

²⁶⁶ Izabel Fávero. Depoimento a CNV, 2013. pp. 6-7

²⁶⁷ Otoni Guimarães Fernandes Junior. Depoimento a CNV, 2012. p. 13

²⁶⁸ Darci Toshiko Miyaki. Depoimento a CNV, 2013. p. 32

rapidinho você fale, na cabeça dele quando mais aumenta a dor, mais a chance de falar. E pelas coisas que ela contava visivelmente ele provocava, e provocava para que realmente aumentasse tanto o grau de tortura que matasse, e morreu.²⁶⁹

Na fala de Izabel, os torturadores Cerdá e Espedito, ficaram furiosos com o desrespeito dos presos em relação às regras de incomunicabilidade da prisão. Ao se comunicar com seu companheiro, eles teriam desencadeado uma reação violenta por parte dos agentes, que se agravou pelo enfrentamento protagonizado por André: ao desafiar Cerdá a atirar nele e chamá-lo de covarde, o companheiro de Izabel se mostrou corajoso, de certa forma até *mais* corajoso e também *mais* masculino que o capitão. A reação do mesmo foi imediata, visando restabelecer a sua honra ultrajada pelo militante. Situação semelhante se dá no depoimento de Ottoni, onde um ódio pessoal por parte do delegado Fleury em relação ao militante conhecido como Bacuri - Eduardo Collen Leite, militante da Política Operária (POLOP), VPR, Rede Democrática (REDE) e ALN -, que o teria ameaçado por telefone. A ofensa, tomada enquanto pessoal pelo delegado, pode ter sido um dos fatores que levou à morte de Bacuri. Mesmo que isso não proceda, fato é que a honra de Fleury ficara maculada pela valentia do militante e, dessa forma, sua masculinidade também.

No caso de Darci Miyaki, militante da ALN, presa no DOI de São Paulo, a reação do torturador parece bastante desproporcional: ele parece ter se sentido ofendido por ser chamado de “moço”. Qual seria o motivo para tanto? Talvez o chamamento genérico tenha sido sentido de forma ofensiva pelo agente, que se entendia como um indivíduo mais importante do que Darci parecia reconhecer: “Eu sou Dr. Roberto!”. Outra interpretação pode ser a de que o chamamento entendido como algo simpático, algo que sairia da boca de uma respeitável menina de família, estava humanizando a presa política: por isso o xingamento de “filha da puta”, visando colocava novamente em seu lugar de mulher desviante.

No depoimento de Leslie Beloque, a percepção da militante coloca os policiais – aqui provavelmente querendo se referir a torturadores em geral e não apenas aos policiais torturadores – em um lugar de instabilidade emocional que resultaria em fácil descontrole, no caso de serem provocados. Leslie reflete sobre os casos de morte sobre tortura, que poderiam ter sido provocados pelos/as próprios/as assassinados/as como forma de se livrar da tortura. Tendo em vista o exposto acima não creio que os calculados e controlados métodos de tortura, com equipes relativamente numerosas que poderiam impedir um membro mais exaltado de matar um/a preso/a que pudesse ter informação relevante, permitiriam frequentes assassinatos

²⁶⁹ Leslie Denise Beloque. Depoimento a CNV, 2013. p. 22

por engano. Porém, é bem possível que provocações realmente irritassem certos torturadores, ao se sentirem desrespeitados.

Ao mesmo tempo, a questão da violência física poderia ser bastante controversa para agentes de masculinidade personalista:

Guaracy Mingardi – O senhor trabalhou na Furtos e Roubos? [...]

Antônio Anastácio Maciel – Não. A única que eu não trabalhei na delegacia foi de Roubo, eu nunca trabalhei porque não era o meu gênero. A Delegacia de Furtos e Roubos é mais de espancar, e eu detestava e detesto até hoje espancar. Eu acho que a gente tem que procurar apurar, mas não precisa está batendo.

Guaracy Mingardi – E a Furtos e Roubos era muito comum isso acontecer?

Antônio Anastácio Maciel – Eu fui convidado, mas recusei.

Guaracy Mingardi – Agora, lá na Furtos e Roubos era pau de arara mesmo.

Antônio Anastácio Maciel – Era pau de arara mesmo. Quase toda delegacia tinha, só que, logo depois, quando eu fui para o Primeiro Distrito, passei a chefiar equipe, e a minha equipe eu não deixava mesmo, “você não vai por a mão”, só põe a mão depois que tiver alguma coisa apurada, se tiver prova, se ele é réu culpado, aí sim, até pra levar uns “petelecozinhos” pra memorizar.

[...]

Antônio Anastácio Maciel – Eu era meio rebelde, aquilo que era errado eu não fazia mesmo, discutia, brigava com o delegado, ordem errada eu não cumpria. Como aconteceu na COSEG, o delegado queria, mandou apurar, chamei dois detetives pra apurar o cara subversivo, no interior, eu não lembro mais a cidade, o detetive foi lá, fez o relatório. “Não apuramos nada contra o cara não, tem nada não”. Levei o relatório, passei para o delegado, o delegado ficou bravo, “manda outra equipe”. Aí mandei outra equipe, fiz relatório, não tinha nada também. Ele mesmo fez um relatório, e queria que eu assinasse, e eu, “não assino não”.

Mariana Barreiras – Quem era esse delegado?

Antônio Anastácio Maciel – Agora que...

Guaracy Mingardi – Lembrar o senhor lembra.

Antônio Anastácio Maciel – Lembro, porque saí na mão com ele. Saí não, chamei pra fora, falei, “o senhor é autoridade aí dentro, se o senhor é homem sai aqui afora, aqui na mão ou no tiro”, nós dois nos entendemos.²⁷⁰

O policial civil do estado de Minas Gerais Antônio Maciel relata, nos dois trechos apresentados acima, certa dubiedade em sua relação com a violência física: por um lado ele afirma não ter aceitado ir para a furtos e roubos devido ao caráter “de espancamento” da delegacia, o que o desagrada porque para ele seria mais importante “apurar” ou seja, investigar o caso do que “sair batendo”. Por outro, no segundo trecho ele revela não ter nenhum problema em confrontar fisicamente, inclusive um superior hierárquico, quando sua honra está posta em questão. Ora, ao rechaçar os relatórios que não diziam o que ele queria ouvir, o delegado estava afrontando o profissionalismo de Antônio. Uma apresentação de masculinidade burocrática não poderia enfrentar diretamente um superior, ainda mais fazendo uma distinção entre a autoridade

²⁷⁰ Antônio Anastácio Maciel. Depoimento a CNV, 2013. pp. 3 e 6

“aí dentro” e “aqui fora”, já que a subordinação à instituição transcende as paredes dos quartéis ou delegacias. Da mesma forma que Antônio, os entrevistados enquadrados na categoria de masculinidade personalista por Huggins, Fatouros e Zimbardo também rechaçavam a tortura enquanto algo vil, pouco satisfatório e pouco eficiente:

Chamando a atenção para o lado intelectual da sua persona policial masculina, Ignácio sustenta que sua satisfação como policial "é maior (...) ao descobrir as coisas mediante investigação; você subjuga o outro com a inteligência (...) [e então a] pessoa se curva diante de você". Para Ignácio, a tortura planejada não é eficiente. Prefere "bater" no suspeito ou usar "esperteza" psicológica (por exemplo, terror psicológico) para conseguir provas. Sustenta que um suspeito que teme a agressão física confessará qualquer coisa, e essa é uma confissão que não vale nada.²⁷¹

Apesar de preferir usar a “esperteza” e sua inteligência para subjugar os suspeitos, Ignácio não descarta “bater” nos suspeitos para conseguir provas. De forma semelhante, apesar da recusa de Antônio Maciel aos espancamentos da delegacia de furtos e roubos, o mesmo admite que após realizar uma investigação poderia ser necessário dar alguns “petelecozinhos pra memorizar”, ou seja, para obter uma confissão, já que provas da responsabilidade do réu sobre o crime tinham sido encontradas. Nessa fala há uma óbvia minimização de um procedimento de espancamento e provavelmente de outras formas de tortura, já que Antônio admite que quase toda delegacia tinha um pau-de-arara. Mais um comentário se faz necessário nesse caso: Antônio Maciel afirma que não deixava a equipe que chefiava cometer torturas “você não vai pôr a mão”. Entre as justificativas para a ocorrência de torturas encontradas por Huggins, Fatouros e Zimbardo nas falas de seus policiais entrevistados estavam justamente os “maus” chefes, que permitiam que todo tipo de tortura ocorresse, como é o caso de Sérgio: “Apelando para o ‘racionalismo’, Sérgio argumenta que autoridades policiais ‘competentes’ podem determinar se a violência dos seus subordinados ultrapassa limites ‘razoáveis’.”²⁷² Em resumo, nas palavras dos autores:

Esses três policiais personalistas [Jacob, Ignácio e Sérgio] empregaram abundantemente a violência quando sua "honra" masculina foi violada. A explicação mais comum que deram para isso colocava a culpa nas pessoas "más", fossem elas perpetradores ou vítimas, pela violência praticada por eles próprios ou por outros policiais. No discurso do policial personalista sobre a violência - em associação com sua marca inconfundível de relacionamento personalista - esse operário da violência incorporava a violência como um ato físico praticado por uma pessoa contra outra pessoa. Em comparação com o funcionário institucional, o policial personalista sente-se relativamente constrangido e moralmente ultrajado pelo que ele chama de "tortura". Isso implica um equilíbrio de poder "injusto" no interior de uma interação

²⁷¹ HUGGINS; FATOUROS; ZIMBARDO. Op. Cit. p. 170

²⁷² Ibidem. pp. 193-194

de controle social "desumana" (isto é, tecnocrática, e não corporalmente física). Encarando a tortura como algo "indecoroso" e definitivamente "indigno de um homem", o policial personalista, em seu discurso, distancia-se dela como uma violação do "jogo limpo". Contudo, na verdade, esses três policiais personalistas praticaram exatamente alguns dos atos que eles próprios definiram como tortura.²⁷³

A masculinidade personalista, pelo que se depreende do exposto, poderia levar a uma recusa retórica à tortura, por ser um tipo de violência indigna, pois não estaria sendo utilizada de forma "justa". Como poderia o policial provar-se mais masculino que o suspeito se não é dada a ele a chance de reagir? Os autores de *Operários da Violência* registram, ainda, que

Jacob, outro policial personalista, afirmou que lutava com os suspeitos: acreditava que eram lutas justas, pois ele dava a chance dos mesmos se defenderem (mesmo que ele fosse faixa preta em caratê e houvessem outros policiais ao redor para prender o suspeito caso ele fosse derrotado).²⁷⁴

Mesmo assim, poderia haver certo orgulho em espancar os/as presos/as políticos/as por parte dos agentes repressivos, como se depreende dos excertos do depoimento de Dirce Machado da Silva, à CNV:

Dirce Machado da Silva – Delegado Assunção, tinha o título de exímio espancador.
Maria Rita Kehl (Comissão Nacional da Verdade) – Mas falavam assim ou a senhora que está falando?

Dirce Machado da Silva – Ele mesmo falava: “Eu sou o exímio espancador, sou o terror dos comunistas.”

Maria Rita Kehl (Comissão Nacional da Verdade) – Esses eram polícia, Exército?

Dirce Machado da Silva – A gente não sabia, porque eles eram fardados iguais e era camuflado.²⁷⁵

A partir do que foi desenvolvido neste tópico, sustento que, a violência física é assunto delicado e contraditório na fala de agentes que apresentam características de masculinidade personalista. O que fica claro, porém, é que existe uma necessidade de defesa da honra, caso essa seja de alguma forma ultrajada; uma supervalorização da fisicalidade do agente – que entra em conflito com a fisicalidade dos militantes homens e em desprezo automático da fisicalidade das militantes mulheres, entendidas como inferiores -; e uma ilusão de igualdade de condições, que se expressa principalmente nos tiroteios de ruas, mas também na retórica de guerra, abordada no capítulo 1. A tortura é rechaçada como algo indigno e ineficiente, mas ao mesmo tempo, os espancamentos de suspeitos são justificados como uma forma “justa” de subjuga-lo a vontade do investigador.

²⁷³ HUGGINS; FATOUROS; ZIMBARDO. Op. Cit., pp. 197-198

²⁷⁴ Ibidem. p. 188

²⁷⁵ Dirce Machado da Silva. Depoimento a CNV, 2012. pp. 9-10

3.2 Racionalidade e profissionalismo: a masculinidade burocrática e a tortura

Luiz Alberto Ravaglio – [...] Era uma equipe. Na OBAN, assim como no DOPS, mas na OBAN em especial, você tinha sempre três equipes, se não me engano era 24/72 a escala deles, então significava que você tinha três equipes. Para cada um de nós, para cada grupo de presos, uma era a equipe sanguínea, outra era a equipe técnica, e a outra era a equipe dos bonzinhos. No meu caso, ah não, o Gaeta é a equipe do bonzinho, o Albernaz é a equipe do sanguíneo e o outro que eu esqueci o nome é a equipe do coisa. Se eu pegar outros companheiros que foram presos em outros grupos, era justamente o oposto. [...] Aquele capitão Maurício que se não me engano morreu, que era o chefe lá do grupo de inteligência da OBAN, que era o cara que efetivamente planejava essas coisas, foi quem prendeu minha mãe e minha avó. Esse era um cara muito bem treinado, coisa assim, só que era natural para eles que aquilo fosse daquele jeito e de que a tortura fazia parte do processo, não tinha na cabeça de nenhum deles nenhuma preocupação ética ou legal em relação ao procedimento. Todos eles tinham absoluta certeza que estavam fazendo o melhor, que estava tudo certo, que aquilo era correto.²⁷⁶

Fernando Casadei Salles - Não, tava andando, a maioria delas eu não conhecia, acho que não vi nenhuma vez, nenhum dos torturadores que trabalharam, era feito uma divisão de trabalho muito rigorosa né. Eu não sei quantas pessoas compunham cada equipe de interrogatório, mas as que se apresentaram pra mim foram três equipes, com três pessoas cada uma [...] [...] isso não é elaborado de maneira simplória, eu acho que isso é cientificamente estudado, premeditado, a tortura não é um processo espontâneo, ela pode ter sido espontâneo com o Fleury por exemplo, quer dizer, é porque ela faz parte da natureza da investigação policial. Mas a segunda prisão minha, eu já senti uma tortura já, já num nível, num patamar diferente né. Tinha o grupo de inteligência, tinha toda uma integração, uma divisão de tarefas né, e acho que funcionava, captura, investigação, interrogatório, equipe de interrogatório, equipe de interrogatória A, B, C, é, quer dizer, isso é uma coisa científica né eu acho.²⁷⁷

Nestes dois depoimentos iniciais, podemos apreciar menções ao caráter planejado, burocrático e profissional da tortura. Apesar de ambos os entrevistados estarem falando sobre a OBAN/DOI, a *expertise* dos procedimentos fazia parte de todos os órgãos que praticavam a tortura, ainda que com algumas diferenças regionais. A divisão em equipes, as diferentes “personalidades” das mesmas, o revezamento delas na tortura, que impossibilitava o descanso da pessoa seviciada, enfim, a “cientificidade” dos métodos fizeram parte da estrutura repressiva enquanto um todo. Na introdução e no primeiro capítulo escrevi sobre a divisão do trabalho repressivo e como ela forma uma verdadeira “linha de montagem” que evita a responsabilização individual pelos atos cometidos. Nesta sessão irei analisar como a masculinidade burocrática, aparentemente dominante entre as forças de segurança no período analisado, como comentei no

²⁷⁶ Luiz Alberto Ravaglio. Depoimento a CNV, 2013. pp. 16-17

²⁷⁷ Fernando Casadei Salles. Depoimento a CNV, 2013 parte 2. pp. 3 e 36

início deste capítulo, contribuiu para a montagem desse sistema, mas também *foi construída* através dele. Conforme Huggins, Fatouros e Zimbardo:

[...] muito mais fundamental para essa construção da masculinidade do operário da violência é o fato de que a maior parte de seu discurso sobre si mesmo e sobre a violência é expresso em termos organizacionais burocráticos. [...] o ego do operário da violência funcionário institucional - e especialmente os aspectos fisicamente passionais de sua masculinidade - subordina-se retoricamente a processos e estruturas organizacionais e, presumivelmente, são por eles sufocadas. Ao compartimentalizar trabalho e ego, a masculinidade do funcionário institucional isola retoricamente da ação seu afeto e sua cognição. Considerando-se funcionário de uma segurança interna desapaixonada e "racional", o policial funcionário institucional apresenta a violência como se ela alcançasse instrumentalmente os "fins" do controle social mais "adequados" e eficientes [...].²⁷⁸

Diferentemente do personalista, o funcionário institucional, como os autores os chamam, não vê a violência física como prova de algum valor masculino. A passionalidade é vista como “não profissional” e no limite até mesmo como não masculina. A “racionalidade” e a frieza são suas características mais destacadas, pois em seu mundo ocupacional não havia espaço para a “paixão da força bruta masculina” ou para a “emotividade expressiva feminina”, pois estes seriam manifestações de personalismo sobre profissionalismo.²⁷⁹ O bom torturador deveria deixar sua “bagagem emocional”, demonstrar controle pessoal e emocional, deve estar consciente do que está fazendo e conhecer os limites da tortura eficiente, ou seja, ela deve causar sofrimentos, mas não ferimentos.²⁸⁰ Como afirma Hannah Arendt, escrevendo em relação aos crimes nazistas “os assassinos não eram sádicos ou criminosos por natureza; ao contrário, foi feito um esforço sistemático para afastar todos aqueles que sentiam prazer físico com o que faziam”²⁸¹ A assepsia dessa apresentação de masculinidade se expressa, por vezes, em sua “objetividade” em relação a situações que poderíamos considerar como aberrantes e cruéis, como fica ilustrado nas citações que seguem:

Adyr Fiúza - Os ingleses, por exemplo, recomendam que só se interrogue o prisioneiro despido porque, segundo eles, uma das defesas do homem e da mulher, evidentemente, é a roupa. Tirando a sua roupa, fica-se agoniado, num estado de depressão muito grande. E esse estado de desespero é favorável ao interrogador. O Frota não concordava muito com isso, mas usava-se. É uma técnica praticamente generalizada. E também por uma questão de higiene, porque o prisioneiro se suja, suja o chão... É impressionante. Não se pode parar um interrogatório e convidar: "Vamos mudar de roupa?" E o cheiro fica terrível. Interrogando o preso despido, é

²⁷⁸ HUGGINS; FATOUROS; ZIMBARDO. Op. Cit. pp. 199-200

²⁷⁹ Ibidem. p. 224

²⁸⁰ Ibidem. p. 324

²⁸¹ ARENDT. Op. Cit. p. 121

mais fácil qualquer limpeza.²⁸²

Paulo Roberto de Magalhães – [...] me mandaram para uma cela especial e lá estava o Americano, um tal de Paulo não sei das quantas, mas é um Americano, todo mundo que conhece o ‘Tortura nunca mais’, fala nesse cara, o Americano. Ele andava com uma lúgar [sic], aqui nas nádegas, a obrigação dele era limpar o intestino da gente, ele me pôs no pau de arara e me deu choque no ânus, eu evacuei, e ele tinha todo o material para fazer a limpeza, e me xingou muito que eu tinha feito aquilo ali, jogou pinho sol: “Pronto estava preparado para ir ser torturado.” Isso eu presumo hoje, ele não me interrogou, ele simplesmente me deu o choque para limpar o organismo[...].²⁸³

As falas transcritas acima indicam que os procedimentos pensados dentro dessa lógica não são gratuitos: são bolados com finalidades práticas, por mais terríveis que os mesmos sejam. Eles podem até ser motivo de orgulho, como descreve Hannah Arendt: “Essa atitude ‘objetiva’ - falar dos campos de concentração em termos de ‘administração’ e dos campos de extermínio em termos de ‘economia’ - era típica da mentalidade da SS, e algo de que Eichmann ainda muito se orgulhava no julgamento”.²⁸⁴

A roupa é retirada como forma de fragilizar a resistência psíquica do/a interrogado/a, mas também por questões “higiênicas”. Um primeiro choque no ânus é aplicado para realizar uma “limpeza intestinal” antes do indivíduo ser entregue aos torturadores. Aqui, a assepsia pretendida contrasta com a brutalidade dos métodos utilizados. A violência utilizada é subsumida numa estrutura burocrática que rotiniza um certo passo-a-passo – ainda que a tortura tenha variado em alguns aspectos, de pessoa para pessoa – que transforma aquela situação em algo automático e irrefletido, apenas uma parte de um sistema mais amplo. Segundo Huggins, Fatouros e Zimbardo:

Como funcionário institucional, Bernardo fazia parte de uma estrutura de autoridade de controle social mais amplo que dividia o processo de trabalho em segmentos aparentemente isolados, cada um dos quais praticando níveis crescentes de violência ao longo de um *continuum* de repressão física. Cada conjunto de atores no interior dessa violenta divisão hierárquica de trabalho participa só de uma parte da violência, supostamente, em cada caso, só naqueles pontos em que se pratica violência menor ou não "verdadeira". [...] Compete "ao sistema" garantir que os agentes atendam à meta moral e social mais ampla de regular violência rumo meios e fins "aceitáveis". Sendo o discurso sobre tortura e assassinato estruturado dessa maneira, o agente da violência é quase suprimido como pessoa, com - no caso do funcionário institucional Bernardo - suas paixões, sua humanidade e seu ego [...].²⁸⁵

A supressão da individualidade, ou pelo menos minimização da mesma, dentro de uma

²⁸² D’ARAÚJO; SOARES; CASTRO. Op. Cit. p. 62

²⁸³ Paulo Roberto de Magalhães. Depoimento a CNV, 2013. p. 12

²⁸⁴ ARENDT. Op. Cit. p. 83

²⁸⁵ HUGGINS; FATOUROS; ZIMBARDO. Op. Cit. p. 211

instituição e de um grupo coeso, como mencionei no primeiro capítulo, facilita a divisão das responsabilidades e até sua total eliminação. A burocracia estatal é que define o que é aceitável em termos de violência; é a instituição que deve se responsabilizar e punir aqueles que forem “não profissionais” no exercício de suas funções. Por isso, a questão da tortura é referida pelos entrevistados de Huggins, Fatouros e Zimbardo como um resultado de “maus” chefes:

Bernardo, efetivamente, acredita que "há certas circunstâncias em que [a tortura] é necessária", desde que os superiores a regulem de maneira "adequada". Contudo, se um "figurão" "não profissional" [...] "quer que o serviço seja feito [depressa e] nada faz [para proibir a tortura] e [até mesmo] deixa que os policiais a pratiquem", então todo tipo de tortura irá ocorrer.²⁸⁶

Assim como o discurso dos militares, os policiais parecem acreditar que os “excessos” são responsabilidade dos superiores e que estes devem controlar seus subordinados, punindo-os quando necessário. Mas nem só de punições vivem as instituições burocratizadas estatais. A recompensa também faz parte desse jogo:

Emílio Ivo Ulrich – [...] E eu colaborei com ele e aí eu falei: “Mas que festa!”. “É, festa pelo teu chefe!”. Eu falei: “Qual?”. “Ué, cadê o Yoshitane Fujimori?”. Aí eu falei: “Ah, então foi por isso?”. “É”, aí eu falei: “Mas e...mas só por isso?”, uma coisa assim, aí ele falou: “Não, ontem teve gente graúda aqui para nós ganharmos o nosso”. E aí ele mostrou o bolso e falou assim: “Até eu levei algum”, ele usou essa palavra... “Até eu levei algum”. Ou seja, ele era um cabo, um subalterno, um carcereiro e ele estava feliz porque ele levou algum.²⁸⁷

As recompensas são elementos agregadores que parecem confirmar a retidão do comportamento dos agentes e a justiça de sua “missão”. Elas poderiam ser expressas em confiança depositada pelo superior em seu subordinado ao lhe dar missões cada vez mais importantes e perigosas, confirmando ao último o êxito de seu trabalho.²⁸⁸ Como comentei no início deste capítulo, o alinhamento ideológico com a DSN não foi automático para militares e policiais, de fato os mesmos poderiam estar bastante alheios a ela. Por vezes a repressão podia não passar de degrau na carreira do agente, de forma que sua performance profissional tinha menos a ver com uma postura ideológica do que com um objetivo de crescimento profissional. Nos excertos que seguem, argumentarei que assim como Eichmann, cuja péssima memória funcionava muito bem quando o mesmo estava falando sobre sua ascensão profissional no Terceiro Reich, os agentes repressivos também poderiam estar, em certa medida, alheios à disputa política na qual estavam imbricados:

²⁸⁶ HUGGINS; FATOUROS; ZIMBARDO. Op. Cit. p. 209

²⁸⁷ Emílio Ivo Ulrich. Depoimento a CNV, 2013, p. 19

²⁸⁸ HUGGINS; FATOUROS; ZIMBARDO. Op. Cit. p. 327

Depois, veio o último depoimento de Eichmann: suas esperanças de justiça tinham se frustrado; a corte não havia acreditado nele, embora ele tivesse sempre feito o máximo para dizer a verdade. A corte não entendia: ele nunca tinha nutrido ódio aos judeus, e nunca desejou a morte de seres humanos. Sua culpa provinha de sua obediência, e a obediência é louvada como virtude. Sua virtude tinha sido abusada pelos líderes nazistas. Mas ele não era membro do grupo dominante, ele era uma vítima, e só os líderes mereciam punição.

[...]

A não ser por sua extraordinária aplicação em obter progressos pessoais, ele não tinha nenhum tipo de motivação. E essa aplicação em si não era de forma alguma criminosa; ele certamente nunca teria matado seu superior para ficar com seu posto. Para falarmos em termos coloquiais, ele *simplesmente nunca percebeu o que estava fazendo*.²⁸⁹

Otoni Guimarães Fernandes - [...] Aí é uma coisa que eu quero fazer um comentário. Um dos policiais do Fleury, em uma das tardes que me pararam de torturar, eles tinham uma relação absolutamente não ideológica, era absolutamente [im]pessoal, eles podiam estar torturando a mim, um traficante de drogas, eles não tinham raiva pessoal. Depois me tiraram do pau de arara, nós estávamos nesse quarto do meio e o cara: “Você já foi para Cuba?” Ele perguntava...eu falei: “Não! E eu ia para Cuba.” E falava que queria ir, perguntava se a educação era boa. Você sabe o que é o cara ter uma conversa civilizada e de repente o cara te põe em um pau de arara e tortura, te dá choque, te afoga, era uma coisa maluca por conta dessa impessoalidade.²⁹⁰

Carlos Russo Júnior - Aí, teve esse dia e o Gaeta, outra vez, quando eu estive de volta na OBAN, fui para Tiradentes, ficava um tempo e voltava para a OBAN, para o interrogatório, o Gaeta me falou uma coisa: “Eu quero ficar numa boa com vocês.” Eu falei: “Por quê?” E ele: “Eu preciso ficar numa boa com vocês porque um dia vocês ainda vão chegar ao poder, quando vocês chegarem ao poder, vocês vão precisar de mim, não existe quem não precise de uma polícia que dê um pau.” Era muita cara de pau, os caras não sabiam nem o que é democracia.²⁹¹

Apesar de não concordar com a afirmação de Arendt de que Eichmann nunca teria percebido o que estava fazendo – durante o livro a autora relata como ele afirma ter salvo vários judeus ao ajuda-los com o processo de imigração; ou seja, ele sabia, no mínimo, que os judeus estavam fugindo com medo dos nazistas –, creio que seu relato seja sincero: enquanto um burocrata obediente, não necessariamente Eichmann nutria algum tipo de ódio aos judeus, mas não poderia deixar de cumprir uma ordem dada por um superior, mesmo que isso significasse mandar alguém para a morte certa. No entanto, a obediência de Eichmann não me parece tão desinteressada quanto ele tenta sugerir, já que a constante e obstinada aplicação em seu crescimento profissional entrega esse lado perverso do sucesso a qualquer preço, ou melhor ainda, uma ativa ignorância das consequências dessa ascensão.

²⁸⁹ ARENDT. Op. Cit. p. 269 e 310 [grifos da autora]

²⁹⁰ Otoni Guimarães Fernandes. Depoimento a CNV, 2013. p. 19

²⁹¹ Carlos Russo Júnior. Depoimento a CNV, 2012. pp. 7-8

Na fala de Ottoni Fernandes, outro elemento aparece: a profissionalização da repressão, juntamente com a compartimentalização de seus procedimentos, do ego e da masculinidade do agente, pode criar uma cisão radical entre o trabalho que os torturadores realizam e suas vidas pessoais. A “impessoalidade” mencionada pelo depoente pode ser entendida no sentido de “profissionalismo” ou “descomprometimento moral” em relação ao trabalho realizado. Na fala de Carlos Russo, o torturador expressa uma total naturalidade do serviço por ele prestado: todo governo instituído precisa de “uma polícia que dê um pau”. Gaeta deixa claro que seu posicionamento e lealdade não são necessariamente ideológicos, mas sim institucionais: faria o mesmo trabalho independente de quem ordenasse. A constante no pensamento dele é apenas a “natureza” violenta do trabalho policial. Não apenas o sistema repressivo e os órgãos de vigilância política, mas também a própria vida daqueles que fizeram parte deles acabou sendo dividida em “caixinhas”:

Carlos Alberto Libanio Christo (Frei Betto) - [...] Tinha um torturador que vocês identificam aí o tal do Pudim da equipe do Fleury. E cabe a ele a tarefa de levar o padre Carvalheira de volta de carro ao Rio Grande do Sul. E o Pudim era aquele que põe a mão na massa na sujeira mesmo. Tinha um prazer especial. O Cavalheira tinha presenciado tudo isso porque estava lá no fundão do DOPS e toda hora alguém subia e voltava homens e mulheres totalmente arrebatados e falando que “Olha foi o Pudim”. Aí o Pudim saí com o Carvalheira do DOPS pra pegar a estrada pra ir pro Rio Grande do Sul. Mas antes ele fala “Não vou passar em casa tenho que pegar umas roupas não sei quê tenho que avisar a minha mulher.” Quando ele chega em casa. Estava a mulher, os filhos e um lanche preparado e o Marcelo falou “Levei um choque de ver como é que um monstro daqueles dentro de casa era um anjo”.²⁹²

A cena descrita por Frei Betto, frade dominicano que militou na Juventude Estudantil Católica (JEC) e na ALN, demonstra como as esferas do trabalho e da família podiam estar radicalmente separadas na vida dos torturadores. Na descrição das ações de Pudim não há nenhum indício do seu nível de comprometimento ideológico, mas não é isso o que mais importa neste trecho. A questão principal que se coloca aqui é como a burocratização da violência permite aos agentes viverem suas vidas sem ter grandes preocupações morais em relação a seus atos. Dificilmente um funcionário institucional se sentiria desrespeitado como um militar ou policial personalista, já que o respeito e a honra dos primeiros não são individualizados da mesma forma que nos segundos. De acordo com Huggins, Fatouros e Zimbaro:

[...] A definição de respeito apresentada por Márcio, está enraizada na burocracia e dela deriva: é estruturalmente relacional e hierárquica; as transgressões são

²⁹² Carlos Alberto Libanio Christo (Frei Betto). Depoimento a CNV, 2013. pp. 15-16

corrigidas pela própria estrutura e não - como afirmaria o policial personalista - pela força bruta interpessoal. O respeito é presumivelmente alcançado no interior de uma estrutura organizacional e por esta recompensado por mérito. Não deriva, como para a masculinidade personalista, das interações biunívocas ou das obrigações recíprocas que se cumprem de maneira aceitável. Para o funcionário institucional, o respeito é estruturalmente mediado, não personalizado.²⁹³

Portanto, o respeito, tão importante para o agente personalista, tem um significado diverso para o funcionário institucional: enquanto o personalista sente o respeito como algo individualizado, tomando qualquer forma de desrespeito enquanto uma ofensa pessoal que atinge sua honra diretamente (honra esta que deve ser restaurada, por vezes, através da força bruta), o funcionário institucional sente o respeito como algo que a instituição lhe garante ou lhe retira, de forma que as possíveis ofensas e provocações de pessoas torturadas lhe são indiferentes; o reconhecimento e respeito que o repressor de masculinidade burocrática almeja não são provenientes de indivíduos específicos, mas da instituição para a qual trabalha. A mesma é adquirida não através da sua proeza física, mas sim através da eficiência de seu trabalho.

3.3 O institucional e o pessoal: os casos Fleury e Ustra

Nesta última sessão irei analisar duas figuras proeminentes do período ditatorial: Sérgio Paranhos Fleury e Carlos Alberto Brilhante Ustra. Devido ao considerável número de falas que traziam descrições dos comportamentos e ações de ambos, resolvi propor essa pequena sessão que se propõe a analisar as manifestações de masculinidade tanto personalista quanto burocrática presentes em ambos, levando em consideração as sessões anteriores, e buscando acrescentar a elas novos elementos. Não pretendo fazer nenhum tipo de relato biográfico, nem vou me utilizar de material escrito por eles mesmos: minha análise parte dos relatos de vítimas civis e de agentes do Estado prestados a CNV.²⁹⁴ Começemos por Sérgio Fleury:

Antônio Carlos Fon – O Fleury era... Raríssimas pessoas conseguiam conviver com o Fleury, o olhar do Fleury era uma coisa, era um olhar morto, o Fleury era um psicopata, totalmente pervertido, ele cultuava a morte. Para você, eu também vou te dar uma.... Do que ele... Ele já, depois da repressão política, ele [foi] diretor do DEIC, houve um sequestro, quando soltaram, localizaram o cativo, quando o filho dele, que então não era delegado, ele teve dois filhos, na polícia, os dois foram expulsos depois da polícia, por corrupção. Mas, nessa época, um filho dele, que estava na polícia, não era delegado, era investigador e estava nesta diligência. E, ele armou, na

²⁹³ HUGGINS; FATOUROS; ZIMBARDO. Op. Cit. pp. 199-200

²⁹⁴ Apesar de Ustra ter dois livros publicados – *Rompendo o Silêncio* (1987) e *A verdade sufocada* (2006) –, além de várias entrevistas, não encontrei nenhum material autoral de Fleury, o que provavelmente se deve a morte do mesmo em 1979, ainda no período ditatorial. Portanto, o foco será na visão de terceiros sobre ambos.

diligência, para o filho dele matar alguém, matar os sequestradores. E, a gente estava na sala do diretor do DEIC, que era o Fleury, quando chegou a notícia pelo rádio que tinham localizado e que o filho dele tinha matado um cara. E, ele tinha um frigobar na sala, ele foi lá e tirou uma champanhe e abriu uma champanhe para comemorar o fato do filho dele ter se tornado um assassino. Dá para ter uma ideia do que era a pessoa.²⁹⁵

Cleuzer de Barros – Ele [o Celso Maiote] era, tipo assim, de um certo sentido, era um cara que tentava ser mais bonzinho, porque o Fleury era aquele tipo totalmente descontrolado com as drogas, a gente percebia com aquele olho injetado, assim, muito descontrolado. Já o Maiote era o tipo, assim, um pouco mais sóbrio, dava a impressão. E, tinha um outro que era também outro delegado, deixa eu ver se eu lembro o nome dele, que também descia muito. Eles desciam para ficar fazendo, assim, terrorismo com a gente lá em baixo.²⁹⁶

Glenda Mezarobba (Comissão Nacional da Verdade) – Quer dizer que vocês foram intimidados?

Cristina Moraes de Almeida – Eles foram [vizinhos]. Eles eram chamados. Quando chamaram o Zezinho...

Glenda Mezarobba (Comissão Nacional da Verdade) – Ele estava todo dia do lado de fora? Ele nunca notou?

Cristina Moraes de Almeida – Ele estava e ele foi agressivo com o Fleury! Então o pai disse, ele disse: “Olha aqui.”. O pai dele nos contou depois. Ele disse: “Olha, eu tenho mais o que fazer. Homem de delegacia é o senhor!”. Sem imaginar quem era o Fleury. E disse: “O homem de delegacia é você! Eu não sou homem de delegacia. Eu tenho meus problemas particulares. Não vou tomar nota de carro nenhum do vizinho. Porque eu não tenho obrigação de prestar atenção na vida do vizinho”. O Fleury mandou dar uma lição nele. Mandou dar um calmante para ele. Quase o matou.

[...]

Glenda Mezarobba (Comissão Nacional da Verdade) – A sua mãe atribui a responsabilidade [do desaparecimento da irmã] ao Fleury? Ela vai lá e...

Cristina Moraes de Almeida – Foi. Ela enfrentou. Ela esperou o Fleury naquela noite. E acho que eles avisaram o Fleury porque no dia seguinte ele estava lá de manhã. Ela chegou lá estava claro. [...] Ele vai me matar, mas ele já quase matou uma filha e agora vai matar a outra. E era como eles já sabiam. Então, ele a atendeu. “Perdão, até se eu estiver... Desculpa. Indenizar a sua filha. Mas aqui a gente mata bandido e prende subversivo”.²⁹⁷

José Paulo Bonchristiano – Viu, topava qualquer parada, o que ele queria era ver criminoso na cadeia ou então morto, ele era assim.

Mariana Barreiras (Comissão Nacional da Verdade) – Não, mas o Fleury era, mas ele está morto também, então.

José Paulo Bonchristiano – Infelizmente. [...]

José Paulo Bonchristiano – É que eu falei uma coisa assim, normal, que o Fleury mereceria muito mais do que eles falam, porque foi o único delegado que realmente fez tudo que tinha que ser feito na revolução, foi o Fleury, e morreu com quantos? 52 anos.

Mariana Barreiras (Comissão Nacional da Verdade) – Pois é.

José Paulo Bonchristiano – Afogado.²⁹⁸

²⁹⁵ Antônio Carlos Fon. Depoimento a CNV, 2013. p. 7

²⁹⁶ Cleuzer de Barros. Depoimento a CNV, 2013. p. 33

²⁹⁷ Cristina Moraes de Almeida. Depoimento a CNV, 2013. pp. 93 e 153

²⁹⁸ José Paulo Bonchristiano. Depoimento a CNV, 2013. p. 32

Em momentos anteriores desta dissertação, outras referências a Sérgio Fleury apareceram, e por isso serão levadas em consideração para a análise a seguir. No depoimento de Antônio Fon, o delegado aparece como um “psicopata”, “pervertido”, alguém que “cultua a morte”, tanto que inicia o seu filho na “arte” do assassinato e arma uma comemoração por causa disso. Da mesma forma, Cleuzer de Barros o descreve como uma pessoa descontrolada e drogada, um tipo muito violento e assustador. No primeiro trecho da fala de Cristina de Almeida, ela descreve como Fleury teria mandado dar “um calmante” no vizinho que o teria insultado. Nos três casos, o delegado demonstra comportamentos mais próximos da masculinidade personalista, seja pelo seu envolvimento pessoal – em oposição a um envolvimento puramente institucional – e pelo padrão de violência, seja pela forma pela qual o delegado “lavou” sua honra manchada ao ser ofendido por um vizinho de Cristina que se recusara a espionar a família da mesma.

De acordo com o segundo trecho da fala de Cristina, ao ser questionado sobre o desaparecimento da irmã da depoente, o delegado teria negado qualquer envolvimento com o caso, pois em sua delegacia “a gente mata bandido e prende subversivo”. Já José Paulo Bonchristiano, que foi delegado no DOPS de São Paulo, confirma que Fleury queria ver “criminoso preso ou morto”. Bonchristiano admira Fleury e sua obra, afirma que ele fora o único delegado “que fez tudo que tinha que ser feito na revolução”, lamentando a sua morte e dando a entender que o mesmo merecia muito mais reconhecimento do que ganhou. Em ambos os casos, Fleury é caracterizado como uma pessoa que não vê problemas em assassinar os “criminosos” em nome do Estado. No primeiro caso, ele parece se eximir da responsabilidade sobre a morte de presos/as políticos/as, já que a sua equipe apenas os prendia. A ambiguidade da percepção sobre a personalidade do delegado fica patente: aquilo que o tornaria um excelente profissional para uns é justamente o que o torna um ícone da brutalidade para outros.

Ao mesmo tempo em que podemos entender que Sérgio Fleury atuava em nome do Estado, devemos ter em mente que o delegado também parece ter se envolvido com a repressão em específico, mas também com o trabalho policial em geral, de maneira bastante pessoal. Em citação da fala de Ottoni Fernandes no início deste capítulo, o mesmo descreve a cientificidade da tortura da equipe liderada por Fleury: procedimentos altamente técnicos e eficientes. Da mesma forma, Marival Chaves relata a relação do delegado com a burocracia estatal e órgãos de inteligência, inclusive participando na formação de oficiais das FAs. Tais indícios podem apontar para uma faceta mais burocrática de Sérgio Fleury do que a percebida nos depoimentos das vítimas. Vejamos agora Brilhante Ustra:

Leopold Nosek – [...] Assim, eu entrei em uma salinha à esquerda, estavam as duas equipes, uma estava saindo e a outra estava entrando. Estava o Ustra também e ele falou: “Nós já matamos um, não custa matar mais um.”

Raíssa Wihby Ventura (Comissão Nacional da Verdade) – Ele estava se referindo ao...

Leopold Nosek – Ele era uma figura também inesquecível, porque ele era muito... O cara, ele era um cara elegante, bonitão, metido a sedutor. Ele era uma figura, assim.

Raíssa Wihby Ventura (Comissão Nacional da Verdade) – Se você pudesse falar um pouco da sua impressão sobre ele, era... O que você puder também.

Leopold Nosek – Nitidamente, ele comandava tudo aquilo. Nitidamente, ele tinha melhor preparo do que eles, porque ali tinha um bando de gente louca também. Então, ele dava o parâmetro institucional total. Ele tinha o comando, era visível a diferença entre ele e os outros, em termos de autoridade.

[...]

Leopold Nosek – E, o Ustra pousava de... Assim, também ele não me dava a impressão que ele enturmava com as equipes. Tinha uma que era meio mística, que achava que tinha uma missão nisso. Eu fiquei lá uns 15, 20 dias, então, não tinha muito o que me perguntar, eles começavam a contar deles. Mas, então, uma equipe, se eu não me engano, até desse Ubiratan... Capitão Ubirajara, se eu não me engano, era dele. Então, eles tinham umas coisas, número um... Então, que eles tinham uma missão.²⁹⁹

Cristina Moraes de Almeida – Enquanto estava. Aham. O Tibiriçá repetiu: “Tira a calça, esqueceu que não pode vir de calça em uma repartição pública?”, aos berros. Eu não vou tirar calça para nada. Estou quebrada, com dor.

Glenda Mezarobba (Comissão Nacional da Verdade) – Você estava vestida, até aí?

Cristina Moraes de Almeida – Estava vestida até aí, mas a calça bem desabotoada, bem desalinhada, já rasgada. “Com essa calça justa” – ele disse. – “Acaba de tirar a roupa dela!”. Minha calça estava bem desabotoada, bem... a blusa.

Glenda Mezarobba (Comissão Nacional da Verdade) – Ele mandou quem tirar sua roupa?

Cristina Moraes de Almeida – Os encapuzados. Eu comecei a me encolher. Ele puxou a perna, rasgando minha calça, acabando de rasgar a minha calça. Ele pega uma furadeira, e me furou daqui até aqui, com uma furadeira.

Glenda Mezarobba (Comissão Nacional da Verdade) – Com uma furadeira, uma furadeira?

Cristina Moraes de Almeida – Elétrica. Furadeira. Eu não vi mais nada.³⁰⁰

Maurice Politi – [...] Então são humilhações, também não só como o Ustra é conhecido, ele fazia humilhações, fazia assim: tem uma pessoa, não vou falar o nome dela, mas a gente sabe, ele está por aí, tem uma pessoa que nunca mais recuperou porque o Ustra num dia 07 de setembro chegou o Ustra e falou: hoje não vai ter tortura, isso foi em 72, essa história me contou a própria pessoa. Hoje não vai ter tortura, hoje é dia da pátria, hoje é dia de exaltação à pátria e não sei o que, ele tinha esse negócio de patriota e tal, e todos vão cantar o hino nacional, tira todo mundo da cela para cantar o hino nacional, e hoje tem uma comida melhor e tal. E um se recusa a cantar o hino nacional, ou se recusa, ou não canta, ele percebe que o cara, aí sabe o que ele faz, é uma coisa até de falar, você imagina a situação, e o cara hoje é uma personalidade. Tira a roupa, todo mundo estava vestido porque era o dia da pátria,

²⁹⁹ Leopold Nosek. Depoimento a CNV, 2013. pp. 12 e 13

³⁰⁰ Cristina Moraes de Almeida. Depoimento a CNV, 2013. p. 67

ninguém estava sem roupa, ele tira a roupa, dá uma bandeira do Brasil para ele, e você vai de quatro andar correndo daqui para lá com a bandeira em cima e falando viva o Médici. E o cara faz. Nunca mais recuperou, sabe, a humilhação na frente de todo mundo, de estar daquele jeito gritando, porque se você não fizer isso, você vai direto para pau-de-arara.³⁰¹

Roberto Artoni – Nem ele foi padrinho meu. Ele é muito amigo meu, eu gosto muito dele. Eu gosto muito dele. E eu acho que é uma injustiça, esses órgãos aí de imprensa, isso e aquilo: e tome no Ustra. O cara não é nada disso que falam, quando ele foi indicado para ir para o DOI, ele chegou até chorar porque ele não queria.³⁰²

Escolhi estes quatro trechos de depoimentos por razões particulares. Na fala de Leopold Nosek, militante do Partido Operário Comunista (POC), a figura de Ustra aparece como um destaque entre as equipes. Ele “nitidamente comandava tudo aquilo”, tinha mais preparo e dava o parâmetro institucional. Ele também teria a noção de uma “missão”, uma mística tarefa que estaria sendo cumprida através daqueles procedimentos.

No segundo depoimento, pertencente a Cristina de Almeida, dois elementos saltam aos olhos: primeiramente, a grande ofensa aparentemente sentida por Ustra, pelo simples fato de uma mulher estar de calças justas no DOI. Ao mesmo tempo que essa “ofensa” foi absorvida de forma muito pessoal, ela não se refere ao comandante do DOI, mas sim a instituição que ele representa. Em segundo lugar, a violenta reação que essa “ofensa” desencadeia: o ato de furar a perna da depoente com uma furadeira elétrica não pode ser classificado apenas como mais um procedimento burocrático e “objetivo”, buscando uma confissão. O ato é uma punição por uma transgressão específica.

No terceiro depoimento, de Maurice Politi, militante da ALN, a tônica reside na questão das humilhações protagonizadas pelo comandante do DOI-CODI. Como as humilhações podem ser uma arma para reduzir os militantes homens em sua masculinidade, já comentei em capítulos anteriores. O que este relato possui de específico é justamente a moldura que o envolve: em uma atitude bastante arbitrária, porém provavelmente sem cinismo, Ustra decide envolver os/as presos/as políticos/as nas comemorações de 07 de setembro, cessando as torturas e melhorando a comida naquele dia. Digo sem cinismo, pois creio que o, à época, major realmente acreditava estar fazendo uma boa ação para com seus/suas presos/as ao mesmo tempo em que buscava incutir-lhes o “amor à pátria”. A recusa de um dos presos em cantar o hino nacional novamente desencadeou uma reação de ofensa, resolvida desta vez através da humilhação do dito preso. Até mesmo a punição do preso político teve sua iconografia baseada

³⁰¹ Maurice Politi. Depoimento a CNV, 2013. p. 27

³⁰² Roberto Artoni. Depoimento a CNV, 2013. p. 50

no ufanismo: exaltação ao presidente militar, bandeira nacional e a submissão a eles representada na nudez e na posição assumida pelo preso. Isso tudo é importante porque mais uma vez, a ofensa é sentida pelo indivíduo, mas se dirige à instituição. Talvez a reação de Ustra em ambos os casos se dê por uma confusão entre o indivíduo que comanda e representa a instituição e a instituição em si. A resposta do comandante, que muito se assemelha a de uma masculinidade personalista, se mistura a uma defesa da honra institucional do qual o mesmo está simbolicamente imbuído.

Para contrastar com os depoimentos anteriores, coloquei a quarta fala, de Roberto Artoni, amigo pessoal de Ustra, que afirma que o mesmo não seria tudo isso que a imprensa diz dele (ou seja, um cruel torturador), já que o mesmo até “chorou” porque não queria assumir o comando do DOI. Não pretendo desacreditar o relato de Artoni, nem diminuir sua veracidade em comparação com a dos/as militantes citados/as antes dele. Quero apenas refletir sobre suas palavras. Mesmo que de fato o então major não quisesse assumir o comando do DOI, Artoni não explica o porquê dessa recusa: não necessariamente ela teria que ver com as tarefas de repressão política. E, além disso, tendo em vista os relatos tanto de militantes quanto de agentes do Estado, Ustra parece ter se adaptado rapidamente ao trabalho e exercido suas funções com excelência. Gostaria de fazer ainda mais um comentário sobre a questão levantada acima, da confusão entre indivíduo e instituição:

Emílio Ivo Ulrich – Ele foi retirado do DOI-CODI e jamais se soube para onde. Para onde foi levado o Yoshitane Fujimori?

Raissa Ventura (Comissão Nacional da Verdade) – Ele foi retirado do DOI-CODI com vida?

Emílio Ivo Ulrich – Foi retirado com vida. E foi entregue a alguém. Eu não posso conjecturar, mas provavelmente...quem sabe com exatidão, quem sabe com exatidão, mais precisa, é o major da época, Carlos Brilhante Ustra. Que circulava pelo pátio, circulou pelos xadrezes impoluto, vibrando e comemorando a prisão e a morte do Yoshitane Fujimori. E é esse o fato que eu vou relatar, que é a festa que ele promoveu, porque o DOI-CODI, nessa noite do dia 5...da noite do dia 5 para o dia 6 de dezembro, durante... a partir de mais ou menos umas 9 horas da noite, começaram a chegar pessoas [...] Uma comemoração no DOI-CODI. E eu simplesmente ouvia, porque eu não fui levado para a festa que aconteceu no estacionamento, mas durante a noite, por algumas, umas duas ou três vezes, apareceram pessoas que eu nunca tinha visto ali no DOI-CODI, em trajes civis, não vi ninguém fardado exatamente, com uniforme do Exército ou coisa do tipo, mas eles vinham armados, metralhadoras, você percebia, eles andavam com fuzis, e eles estavam todos ali visitando o xadrez e...alguns embriagados, dava para perceber porque alguns falaram comigo do tipo: “E aí, não tem mais ninguém para entregar? Viu, acabamos com o teu chefe! Acabamos com...acabei com...acabamos com vocês!”.³⁰³

Fernando Casadei Salles - Como eu vi também coisa assim que é absurda, absurda

³⁰³ Emílio Ivo Ulrich. Depoimento a CNV, 2013. p. 16

assim, mas que também era o temperamento do Ustra. Um dia eu tô lá vejo uma movimentação esquisita, eu subo olho tem uma mulher super madame né, salto alto, vestido fino e não sei o que e tal, andando com as coisas, eu olho, eu olho, no fim eu vou entender, e uma menininha, uma menininha, é a filha, a mulher e a filha, e o Ustra levou lá para fazer o aniversário dela.

Raíssa Ventura (Comissão Nacional da Verdade) - Como é que você é... Compreende esse evento?

Fernando Casadei Salles - Ela tá na casa dele, o cara é por isso é... É justo, esse cara não é um cara mercenário, ele é, ele é um, é um intelectual orgânico da repressão, ele é o intelectual orgânico, ele faz parte do sistema, quer dizer, ele não é um mero soldado, ele é, ele tá participando como soldado, mas a luta anticomunista dele é, dá margem pra tudo, é a banalização do mal, banalização do mal como diria... Aí cantam, os torturadores todos lá cantam, “parabéns a você, viva”, não sei o que, bolinho, cada um sai da mesa com um bolinho comendo aqueles puta torturador né.³⁰⁴

Em ambos os depoimentos, a questão central é uma festa orquestrada por Ustra: no primeiro caso uma relacionada diretamente à repressão política, referente à prisão e morte de Yoshitane Fujimori, militante da VPR e da ALN; no segundo caso, muito mais prosaico, o aniversário de sua filha é comemorado em seu local de trabalho – um local que não pensaríamos ser apropriado para uma festa de aniversário e nem para uma criança –. A “fronteira” é cruzada nos dois lados: o trabalho – de interrogatório, tortura e assassinato – é sentido enquanto motivo de celebração pessoal e coletiva/institucional, ao mesmo tempo que uma celebração particular – o aniversário da filha – se torna um evento a ser compartilhado com os colegas de trabalho e no ambiente institucional, que parece passar a ser visto como uma “segunda casa”, uma extensão do lar e do ambiente familiar. Nesse sentido o ambiente de trabalho é quase que igualado ao da casa.

Talvez situações semelhantes à de Ustra comemorando o aniversário de sua filha em seu local de trabalho não sejam de todo incomuns. A questão aqui é a posição de comandante que o militar ocupava e, conforme vimos na discussão acima, a imbricação entre sua pessoa e a instituição que ele representava. Desse ponto de vista, não apenas o então major encarnava os valores do patriotismo e defendia a “honra” das instituições como se fosse a sua “honra” pessoal, mas também ele fazia das mesmas sua morada, seu lar: defender a pátria contra a “subversão” era defender a sua própria casa, não apenas em um sentido metafórico e amplo, mas também de forma concreta e específica.

Em resumo, espero ter conseguido apontar para o fato de que as performances de masculinidade de um mesmo agente podem apresentar características dos dois tipos analisados neste capítulo. Dependendo do momento e da situação uma ou outra apresentação masculina poderia fazer mais ou menos sentido. Não quero dizer com isso que os agentes citados se

³⁰⁴ Fernando Casadei Salles. Depoimento a CNV, 2013. p. 44

utilizavam de determinados comportamentos de forma puramente utilitarista: as masculinidades apresentadas por eles foram parte de quem eles eram naquele momento. O que é importante realçar é que o sistema repressivo como um todo se beneficiou desses comportamentos ao mesmo tempo em que os criava e reproduzia. O caráter marcadamente personalista de Fleury teve tremenda importância nos rituais de tortura protagonizados por ele e sua equipe. Porém, claramente o delegado fora também um burocrata no sentido de que esteve intimamente envolvido com as engrenagens governamentais e ajudou a configurar os procedimentos policiais adotados pelas FAs, bem como a “cientificidade” da tortura aplicada por todo o país. Carlos Ustra por sua vez, um verdadeiro funcionário institucional à serviço das FAs, parece ter se imiscuído a instituição a qual pertencia, de forma que em vários momentos seu comportamento se aproximou muito mais de uma masculinidade personalista, especialmente quando a honra das instituições estava em jogo. Finalizo este capítulo com a fala de Fernando Salles, descrevendo uma amizade e trabalho conjunto entre Fleury e Ustra:

Fernando Casadei Salles - [...] E o Fleury, o Ustra ficam assim no pátio conversando, mas assim, dois fraternos, dois amigos fraternos contando piadinha, engraçado, um abraço e não sei o que né, porra, não dando a menor impressão que aquilo que a gente fazia, extrapolações, divergências entre o Fleury e o Ustra, nada disso, tava trabalhando em conjunto[...]³⁰⁵

A camaradagem entre os repressores, tão conhecidos e tão distintos, parece-me simbolizar as engrenagens do sistema montado pela ditadura civil-militar: cada peça funcionando em harmonia com as outras, dando suporte para o funcionamento da máquina como um todo.

Neste capítulo busquei compreender como as masculinidades personalista e burocrática ajudaram a construir o processo de tortura, e acabei por encontrar-me também com o fato de que a tortura em particular e a repressão em geral fizeram parte da construção dessas masculinidades, em um processo dialético. Procurei não fazer grandes distinções entre militares e policiais – apenas algumas pontuais – já que meu objetivo não era esse.

Argumentei que os agentes cujo comportamento se aproxima do modelo da masculinidade personalista foram os mais lembrados individualmente, o que não é o equivalente a afirmar que eram os mais numerosos. Parece-me que estes foram os torturadores

³⁰⁵ Fernando Casadei Salles. Depoimento a CNV, 2013. p. 44

cujo comportamento foi utilizado para facilitar a quebra psicológica dos/das presos/as políticos/as através da intimidação e do medo. Eles podem ser associados a um tipo de masculinidade, ligada à fisicalidade do agente e ao respeito e à honra que o mesmo pensa lhes serem devidos, que contribuiu com uma certa imprevisibilidade e intempestividade da tortura, com uma aparente falta de regras, por vezes até a do cessamento da agressão através da confissão.

O modelo da masculinidade burocrática, que caracteriza a ação de um maior número de agentes da repressão durante o período ditatorial, parece ter sido tanto formador do sistema repressivo, como formado por ele. A “linha de montagem” em grande escala, criada para aniquilar a oposição política, só poderia funcionar através da burocratização e divisão do trabalho. Nesse quadro, os “funcionários institucionais” foram a base para o bom andamento da máquina. Caracterizada pela “racionalidade”, frieza, supressão das paixões da força bruta e da emotividade expressiva, esse tipo de torturador levou a cabo sua tarefa de forma “objetiva”, eficiente e “profissional”, independentemente de quão cruéis suas ações pudessem ser. A submissão da individualidade num coletivo acolhedor facilita a divisão e a supressão de responsabilidades. Através de punições e recompensas, a obediência e a dedicação dos membros da instituição foram asseguradas; o “profissionalismo” garantiu que não houvesse um comprometimento moral e também ajudou a dividir a vida pessoal e a profissional em caixinhas bem definidas. Essa masculinidade contribuiu com as ferramentas necessárias para tornar a tortura uma ferramenta de Estado: para propagar um sistema baseado em tratamentos aviltantes era necessário amortecer as consciências – ou se basear em consciências amortecidas –, e para tanto, uma estrutura calcada na burocracia surgiu. Tal estrutura foi tanto originada quanto originadora dessa masculinidade.

A pequena sessão onde analisei separadamente os relatos sobre Sérgio Paranhos Fleury e Carlos Alberto Brilhante Ustra me ajudou a chegar a algumas conclusões: os agentes repressivos poderiam exibir comportamentos de ambos os tipos de masculinidade analisados aqui, de forma bastante fluída, dependendo da situação. Enquanto Fleury parece um personalista que age de forma burocrática dentro da estrutura estatal, Ustra parece um burocrata que age de maneira personalista quando a honra das instituições – seja o Exército, o DOI, ou até mesmo o Estado brasileiro – está em jogo. Tal “volatilidade” servia ao sistema como um todo e facilitava seu funcionamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da presente dissertação, busquei argumentar sobre a relevância da análise do entrelaçamento existente entre gênero e tortura. Com base no exposto ao longo dos capítulos, creio poder proceder a algumas afirmações: o trabalho repressivo foi marcadamente masculino, com pontuais exceções de policiais mulheres, civis e militares, atuando na área investigativa e ainda mais raramente em campanhas à paisana. Com a exceção de um relato sobre uma torturadora, creio poder afirmar que a tortura no Brasil ditatorial foi também uma área masculina. Tais dados se tornam relevantes na medida em que transparecem um corte de gênero gritante e, por isso mesmo, tornam a análise da repressão e da tortura, sob a ótica das masculinidades, bastante importantes.

Para esta tarefa utilizei-me de três fontes principais, todas envolvendo depoimentos e entrevistas. Analisei os depoimentos dados a CNV, por vítimas civis e agentes do Estado, nos anos de 2012 e 2013, deixando os do ano de 2014 de fora da pesquisa, tendo em vista a falta de tempo hábil para o estudo dos mesmos. Fiz uso também das entrevistas feitas com militares pelos pesquisadores da FGV, constantes no livro *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*, e também dos trechos de depoimentos de mulheres presentes no livro *Luta, substantivo feminino*.

Tive a “felicidade” de encontrar nessas fontes material suficiente para levar a termo a presente dissertação, como – espero – o/a leitor/a tenha notado. Esses três conjuntos de documentos se mostraram extremamente ricos para a temática com a qual trabalhei, mas também apresentaram muitas outras possibilidades de pesquisa, como por exemplo a estrutura repressiva, a memória em torno da ditadura, a atuação das igrejas e dos empresários entre outras. Como expus na introdução deste trabalho, o tensionamento entre memórias torna a análise desse material um trabalho bastante espinhoso, porém fértil: a contradição e a diversidade de interpretações se fez presente, onde tive de levar em consideração não apenas as falas das pessoas envolvidas, mas também o momento histórico em que as mesmas se deram.

As entrevistas da FGV, realizadas no início da década de 1990, representaram um movimento quebra do silêncio ao qual se resguardavam os militares envolvidos com a repressão, assim como uma “nova” posição dos mesmos em relação à memória da ditadura. Esse discurso veiculado pelas entrevistas e livros de memórias da época é, até os nossos dias, repetido por gerações de militares e civis simpáticos ao regime. Já o livro *Luta, substantivo feminino* e os depoimentos da CNV, realizados quase na mesma época – o livro é de 2010 e os

depoimentos ocorreram entre 2012 e 2014 – carregam a mesma tônica dos primeiros relatos de opositores da ditadura, ainda na década de 1980: a denúncia dos crimes da ditadura e a propagação do direito à memória sobre os mesmos. Novos temas são, porém, notáveis nestas produções, especialmente no que se refere ao gênero, mas também em relação aos empresários apoiadores do regime e os profissionais que davam suporte à tortura, como médicos e enfermeiros. Creio ser importante valorizar os depoimentos da CNV, material tão rico que nos ajuda na elucidação de várias questões pendentes sobre o período ditatorial, mas também para trazer à baila discussões que se fazem relevantes para a realidade de nossos dias: vivendo em uma época de pesado conservadorismo político, as pesquisas provenientes desse material podem contribuir para as discussões de gênero, tão execradas pelas vertentes religiosas e conservadoras. Bater nessa tecla me parece importante num momento em que os estudos de gênero caminham na direção de se tornarem a nova personificação do comunismo.

No primeiro capítulo argumentei que o modelo militar de masculinidade se tornou hegemônico no ocidente, criando inclusive uma ligação entre militarismo e masculinidade. Valores como honra, coragem, confiabilidade, coesão de grupo, higiene e violência foram apropriados pelos militares, por vezes em oposição aos civis, mas também pelos homens de maneira geral, em oposição às mulheres. A performance do gênero masculino, inclui demonstrações constantes de todos esses valores e da defesa obstinada e automática da honra. Tal performance é produzida e reproduzida através de intensa vigilância e repressão dos comportamentos desviantes: a posição privilegiada de homem heterossexual se mostra muito frágil e, portanto, requer um grande esforço de manutenção. De “piadas” até violência física, diversos mecanismos são cotidianamente acionados para enquadrar meninos e homens na norma vigente. Isso não significa que os indivíduos são passivos diante do processo de construção de seu gênero: as pessoas constroem a si mesmas dentro das possibilidades apresentadas pela sociedade.

No caso específico dos militares e policiais o intenso disciplinamento – no caso militar – e a convivência diária com colegas durante o trabalho de controle social – no caso dos policiais –, criam as condições para uma certa homogeneidade de pensamento e um adestramento para a obediência. Acredito que tais fatores são importantes para entendermos a montagem de um sistema repressivo ao estilo “linha de montagem”, que divide as responsabilidades e amortece as consciências. Discorri sobre como o discurso militar, especialmente sobre o trote, ajudou no aumento dos níveis aceitáveis de violência aplicada contra presos/as políticos/as. Uma suposta “rudeza” dos militares foi utilizada para minimizar a importância e a intensidade dos maus-

tratos despendidos aos adversários políticos. Esse discurso, que assumiu ter havido uma guerra em curso no Brasil, durante o regime militar, justificou uma ampla gama de violências contra uma parte da população através de mecanismos como a responsabilização das esquerdas pela repressão. Ao mesmo tempo, essas mesmas violências foram “encapsuladas” dentro do jargão dos “excessos” e negadas como invenções daqueles que perderam a “guerra”. As FAs surgiram, no discurso dos militares, enquanto forças meramente reativas: a repressão teria sido uma resposta à agressão das esquerdas. Da mesma forma, o golpe de 1964 e a ditadura como um todo foram descritas pelos militares enquanto reações, nunca como ações organizadas a partir de determinada ideologia política.

Nos dois primeiros capítulos, procurei analisar as diferentes reações apresentadas por agentes envolvidos com a repressão diante de homens e mulheres, pois esse procedimento me permitiu vislumbrar as masculinidades dos mesmos. Se, por um lado, as mulheres militantes foram vistas como seres desviantes, sua ação política foi desmerecida e num nível simbólico a tortura para elas funcionou como instrumento para a *restauração* do lugar das mesmas na ordem de gêneros, por outro, os homens militantes foram vistos como iguais, sendo a sua ideologia desmerecida e a tortura para eles visava *retira-los* de sua posição na mesma ordem.

A análise da repressão através do conceito de “butim de guerra”, ajudou-me a enxergar a atuação das FAs como se fossem uma força de ocupação em um país estrangeiro. Essa lógica “força” os militares e policiais a reconhecerem uma guerra em curso e permite aos mesmos proceder, por vezes, ao saque dos bens dos inimigos, a exposição dos vencidos enquanto troféus e a apropriação sexual das mulheres dos vencidos e das mulheres pertencentes ao “exército” inimigo. Os abusos sexuais e os estupros fizeram parte dos procedimentos de afirmação constante de superioridade e vitória. Também funcionaram como forma de atingir os homens ligados de alguma forma às mulheres violentadas: seus corpos foram transformados em um meio para determinado fim.

A tortura de caráter sexual, assunto espinhoso, dificilmente reconhecido por agentes do Estado e abundantemente relatado por sobreviventes da repressão, foi utilizada como uma ferramenta na realização das tarefas descritas acima. No caso das mulheres, os ataques à genitália, as ameaças de estupro, os estupros, as violências ligadas à maternidade, à menstruação e à virgindade foram formas específicas de humilhar, e buscar a dominação dos corpos e das vontades das mesmas. No caso dos homens, o foco nos genitais e ânus, as frequentes ameaças de violação, especialmente com objetos, buscavam a diminuição do militante em sua masculinidade, dobrando-o à vontade do torturador e o humilhando. Há

bastante semelhança nos procedimentos de tortura, mas sua significação difere bastante. A análise da tortura sexual sob a ótica do gênero me permitiu ver seus conteúdos, para além de sua brutalidade, mas também me possibilitou – algo como uma engenharia reversa – vislumbrar as masculinidades dos torturadores envolvidos: eles acabaram por fazer parte, de forma mais direta, do sistema de vigilância e repressão da ordem de gêneros, trabalhando para sua manutenção. Paradoxalmente, quando homens estavam sendo torturados, esses guardiões da ordem buscaram justamente o contrário, retirar os militantes de seus lugares sociais de gênero “feminizando-os”. Isso, me parece, se dava em função de um sentimento de ameaça à hegemonia da masculinidade que os agentes encarnavam: por um lado, as mulheres militantes ameaçavam deixar de ser recursos nas disputas masculinas, tornando-se sujeitos, indivíduos com capacidade de ação e decisão; por outro lado, os homens militantes também colocavam em xeque a masculinidade dos agentes repressivos, pois eles traziam consigo uma forma diferente de ser homem. Entendo, portanto, que a tortura sexual, em determinado nível, se expressa enquanto um mecanismo de defesa da masculinidade hegemônica, pois através da dor, da humilhação e do abuso, visou-se a destruição daquela feminilidade ou masculinidade que ameaçavam proceder a mudanças significativas na ordem de gênero, ou pelo menos substituir o modelo hegemônico.

Ao longo do presente trabalho, e especialmente no terceiro capítulo, procurei argumentar como o sistema repressivo foi majoritariamente masculino em sua composição. Justamente por isso, o estudo das masculinidades dos torturadores se mostrou relevante. No terceiro capítulo, utilizando-me das sistematizações do livro *Operários da Violência*, de Huggins, Fatouros e Zimbardo sobre as masculinidades personalista e burocrática, procedi a uma análise das fontes, onde o comportamento dos torturadores foi o foco.

Entendo que os torturadores mais lembrados individualmente devido ao seu sadismo, brutalidade e por vezes descontrole, foram aqueles que apresentaram uma performance mais personalista. Foram eles que personificaram o terror da tortura, estabelecendo uma relação mais próxima das vítimas, trabalhando constantemente no desequilíbrio psicológico das mesmas. Foram utilizados pela repressão de forma controlada, visando não pôr em risco a burocracia do sistema. Essa apresentação de masculinidade contribuiu com a atmosfera de terror do ambiente de tortura, com a imprevisibilidade da violência sofrida e com a proximidade psicológica necessária para destruir a resistência dos/as militantes.

Por outro lado, o grosso do sistema repressivo foi executado por agentes com uma performance de masculinidade mais burocrática. A base que sustentava esse sistema precisava

ser bastante obediente e possuir uma visão limitada do processo como um todo, justificando suas ações através do pertencimento a uma instituição, assim como de seu “profissionalismo” e “racionalidade”. Esta apresentação de masculinidade foi responsável pela montagem “científica” da tortura, a divisão em equipes, a assepsia, os métodos e a análise da eficiência de cada um, a medida certa para causar dor sem causar a morte. Também ajudou na criação do descomprometimento moral diante das violações de direitos humanos e nas justificativas dadas para as mesmas. Em outras palavras, podemos dizer que essa performance de masculinidade possibilitou que a tortura existisse enquanto sistema e fosse disseminada amplamente.

Em suma, as masculinidades militar e policial, provenientes dos valores patriarcais ocidentais, porém intimamente ligadas à burocracia contemporânea, durante o período da ditadura civil-militar brasileira, gestaram dois tipos de performances de masculinidade que se entrecruzaram, se produziram e reproduziram mutuamente. As necessidades da situação política deram premência ao modelo burocrático, mas essas mesmas necessidades tornaram a performance personalista imprescindível.

FONTES

Depoimentos de vítimas civis prestados à Comissão Nacional da Verdade nos anos de 2012 e 2013. Disponíveis em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/todos-volume-1/653-v%C3%ADtimas-civis.html>

Entrevistas do CPDOC constantes no livro D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio; CASTRO, Celso. *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro, Ed. Relume-Dumará. 1994.

Trechos de depoimentos compilados no livro MERLINO, Tatiana; OJEDA, Igor (orgs). *Direito à memória e à verdade: Luta, substantivo feminino*. São Paulo: Editora Caros Amigos, 2010.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Fernando Kruel de. Da confissão ao castigo: as diferentes nuances da tortura durante a ditadura civil-militar brasileira de 1964 – 85. In *I Jornada de Estudos sobre Ditaduras e Direitos Humanos*. Porto Alegre, APERS, 2011.

AGGER, Inger; JENSEN, Sören Buus. A potência humilhada: tortura sexual de presos políticos do sexo masculino. Estratégias de destruição da potência do homem in RIQUELME U., Horácio. *Era de Névoas: direitos humanos, terrorismo de Estado e saúde psicossocial na América Latina*.

ARENDDT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. São Paulo, Companhia das Letras. 1999.

ARQUIDIOCESE de São Paulo. Brasil: Nunca Mais. 4ª ed Petrópolis/RJ: Vozes, 1985.

AVELAR, Idelber. *Revisões da masculinidade sob ditadura: Gabeira, Caio e Noll*. Estudos de literatura brasileira contemporânea, n. 43, p. 49-68, jan/jun, 2014.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro. 11ª Edição, 2016 (1ª Ed. 1990)

CALVEIRO, Pilar. *Poder e Desaparecimento: os campos de concentração na Argentina*. São Paulo, Boitempo, 2013.

CASTRO, Celso. *O espírito militar: um estudo de antropologia social na Academia Militar das Agulhas Negras*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar. 1990.

CHIRIO, Mauad; JOFFILY, Mariana. *La verdad de los verdugos: Las comparencias de los agentes de la represión ante la Comissão Nacional da Verdade de Brasil*. Rubrica Contemporanea 5, nº 9. DOSSIER Las declaraciones públicas de perpetradores en contextos posdictatoriales. 2016.

CONNELL, R. W.; MESSERSCHMIDT, James W. *Masculinidade Hegemônica: repensando o conceito*. Estudos Feministas, Florianópolis, 21(1): 241-282, janeiro-abril/2013.

CONNELL, Raewyn; REBECCA, Pearse. *Gênero: uma perspectiva global*. São Paulo, nVersos. 2015.

COLLING, Ana Maria. *A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997.

_____. *As mulheres e a ditadura militar no Brasil*. História em Revista, Pelotas, vol. 10, dez 2004.

D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio; CASTRO, Celso. *Visões do Golpe: 12 depoimentos de oficiais que articularam o golpe militar de 1964*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

_____. *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro, Ed. Relume-Dumará. 1994.

_____. *A volta aos quartéis: a memória militar sobre a abertura*. Rio de Janeiro: Relume – Dumará, 1995.

DUHALDE, Eduardo Luis. *El Estado Terrorista Argentino: Quince años después, una mirada crítica*. Eudeba, 1999.

FERNANDES, Anna Claudia Bueno. *O ataque ao corpo durante a ditadura militar brasileira*. In I Jornada de Estudos sobre Ditaduras e Direitos Humanos. Porto Alegre, APERS, 2011.

FERREIRA, Elizabeth Fernandes Xavier. *Mulheres, militância e memória*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

GASPARI, Elio. *A Ditadura Escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GOFFMAN, Erwin. *Manicômios, prisões e conventos*. Editora Perspectiva, 9ª Ed. 2015 (1ª Ed 1974).

GRACIA, Emerson Flores. *Tortura e violência sexual contra mulheres na ditadura civil-militar brasileira*. Trabalho de Conclusão de Curso. UFRGS. 2014.

HUGGINS, M.; FATOUROS, M.; ZIMBARDO, P. *Operários da violência: policiais torturadores e assassinos reconstruem as atrocidades brasileiras*. Editora Universidade de Brasília, 2006

JELIN, Elisabeth. *Los trabajos de la memoria*. Madrid: Siglo XXI de España Editores, S.A. 2002.

JOFFILY, Mariana. *No centro da engrenagem: os interrogatórios na Operação Bandeirantes e no DOI de São Paulo (1969-1975)*. Tese de Doutorado. PPGH-USP. São Paulo, Universidade de São Paulo (USP). 2008.

_____. *Violências sexuais nas ditaduras militares latino-americanas: quem quer saber?* Revista Sur 24, v. 13 n° 24, pp. 165-176, 2016.

JOFFILY, Olivia Rangel. O corpo como campo de batalha. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheib (Orgs). *Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010.

KANT DE LIMA, Roberto. *A polícia na cidade do Rio de Janeiro: seus dilemas e paradoxos*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Forense, 1995.

LORIGA, Sabina. A experiência militar. In: LEVI, Giovanni; SCHMITT, Jean-Claude (Orgs.) *História dos jovens: a época contemporânea*. São Paulo: Ed. Companhia das Letras. 1996.

MACHADO, Lia Zanotta. Masculinidades e violências: gênero e mal-estar na sociedade contemporânea. In: SCHPUN, Mônica Raisa. *Masculinidades*. São Paulo: Boitempo Editorial; Santa Cruz do Sul, Edunisc, 2004.

MANFREDINI, Luiz. *As moças de minas: uma história dos anos 60*. Editora Alfa-Omega, São Paulo, 1989

MARTINS FILHO, J. R. *A guerra da memória: a ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares*. Revista Varia História, nº 28, 2002.

MAUCH, Cláudia. *Dizendo-se autoridade: polícia e policiais em Porto Alegre, 1896-1929*. Tese de Doutorado. PPGH-UFRGS, Porto Alegre, 2011.

MENDES, Juliana Cavilha. *Histórias de Quartel: um estudo de masculinidades com oficiais fora da ativa*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2002.

MERLINO, Tatiana; OJEDA, Igor (orgs). *Direito à memória e à verdade: Luta, substantivo feminino*. São Paulo: Editora Caros Amigos, 2010.

MOTTA, Arilcides de Moraes (Coordenação Geral). *31 de março: o movimento revolucionário e sua história*. Rio de Janeiro: Bibliotca do Exército Editora, 2003. 15 tomos

NAHOUM-GRAPPE, Véronique. Da dimensão sexual de uma guerra: os estupros em série como arma na ex-Iugoslávia, 1991-1995. In: SCHPUN, Mônica Raisa. *Masculinidades*. São Paulo: Boitempo Editorial; Santa Cruz do Sul, Edunisc, 2004.

OLIVEIRA, Jonas Henrique de. *O corpo como significado ou o significado do corpo: poder, violência e masculinidade na polícia militar*. Revista Vivência nº 35, 2010.

PECORARO, A. Políticas de terror y violencia sexual. In: AUCÍA, Analía et al. *Grietas en el silencio: una investigación sobre la violencia sexual en el marco del terrorismo de Estado*. pp. 115-140. Rosario, CLADEM. 2011.

POLLAK, Michael. *Memória, Esquecimento, Silêncio*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.2, n.3, 1989, pp. 3-15.

RAUTER, Cristina. *Notas sobre o tratamento de pessoas atingidas pela violência institucionalizada*. Psicologia em Estudo, Maringá, v.6, n.2, p.3-10, jul./dez. 2001.

ROHDEN, Fabíola. *Para que serve o conceito de honra, ainda hoje?* Revista Campos, v. 7(2). pp. 101-120. Rio de Janeiro, 2006.

ROSA, Alexandre Reis; BRITO, Mozar José de. Mulheres Fardadas: reflexões sobre a dominação masculina e violência simbólica na organização militar. XXXII Encontro da ANPAD. 2008.

SANSEVIERO, Rafael. *Soldaditos de plomo y muñequitas de trapo: los silencios sobre el abuso sexual en la tortura después que la tortura fue un sistema de gobierno*. In: BAICA, Soledad G.; FERNÁNDEZ, Mariana R. (Comps.) *Las Laurencias: violencia sexual y de género en el terrorismo de Estado Uruguayo*. Montevideo: Trilce, 2012.

SELIGMAN-SILVA, Márcio. *Narrar o trauma: A questão dos testemunhos de catástrofes históricas*. Psic. Clin., Rio de Janeiro, Vol. 20, n. 1, p.65-82. 2008.

WASSERMAN, Claudia. O Império da Segurança Nacional : o golpe militar de 1964 no Brasil. In: WASSERMAN, Claudia; GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos (Orgs.). *Ditaduras Militares na América Latina*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

WOLFF, Cristina S. *Feminismo e configurações de gênero na guerrilha: perspectivas comparativas no Cone Sul, 1968-1985*. Revista Brasileira de História. v. 27, nº 54, pp. 19-38. 2007.

_____. O gênero da esquerda em tempos de ditadura. In.: PEDRO, Joana M.; WOLFF, Cristina S. *Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis, Ed. Mulheres, 2010.